

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 6 DE ABRIL E CONTINUADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS** -----

----- No dia 13 de Abril de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria do Céu Cunha Menezes Fazenda, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel

Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Jorge Manuel do Vale Alves Pereira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques Santos, Luís Branco da Silva, José Dimas Bernardes Salsinha, Manuel Filipe Correia de Araújo, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Maria Inês Santos Viola, Domingos das Dores Rosa Estanislau, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Fernando Pereira Duarte, Isabel Maria Almeida e Castro, João de Deus Gomes Pires, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Maria dos Santos Mello Gonçalves, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Francisco Martins (PSD), por 60 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Fonte. -----

----- José Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- O Deputado Municipal Carlos Marques (BE), que no dia 4 de Fevereiro havia comunicado a impossibilidade para continuar a prestação como Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, comunicou que cessaram os motivos que estiverem na origem dessa indisponibilidade, pelo que a partir desta data reocupava o respectivo lugar na sua bancada. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- José Cal Gonçalves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Jorge Manuel do Vale Alves Pereira. -----

----- Maria Luísa Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou a falta o seguinte Deputados Municipal: -----

----- Abílio Martins Ferreira (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião informando que era a segunda da Sessão Extraordinária iniciada no dia 6 de Abril, de cuja Ordem de Trabalhos restavam para discussão e votação os pontos 5, 6 e 7, tendo sido distribuído um aditamento com mais o seguinte ponto: -----

----- Aditamento: -----

----- **Ponto 8 – Relatório da Comissão Permanente de Divisão Administrativa da Cidade.** -----

----- Seguidamente leu a mensagem que a seguir se transcreve: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Os acontecimentos da sessão de 6 de Abril passado levam-me a dirigir-lhes esta mensagem, com o objectivo, sobretudo, de criarmos condições para que o nosso mandato possa decorrer com o maior sentido cívico e ético, com democraticidade e empenhamento, na diversidade política que nos enriquece e caracteriza. -----

----- Os direitos e deveres de todos nós, como Deputados Municipais, estão expressos em leis da República e incluídos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa. Convém tê-los em conta, em cada dia e em cada situação concreta. Quero aqui citar, do art.º 11º do Regimento, **Deveres dos Deputados Municipais**, as alíneas d), e) e f):

----- “Constituem deveres dos Deputados Municipais (...): -----

----- d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros; -----

----- e) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Assembleia Municipal; -----

----- f) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal e, em geral, pela observância da Constituição e das leis. -----

----- No art.º 12º, **Direitos dos Deputados Municipais**, estão consignados princípios e mecanismos que nos permitem exercer funções com elevação, educação democrática, eficácia e rigor. -----

----- O Período de Intervenção aberto ao Público também decorre da legislação em vigor e tem como objectivos que os munícipes se dirijam à Assembleia Municipal (art.º 66º), “com vista à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como à formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa”, trazendo sugestões e propostas, levantando problemas que carecem de ser resolvidos, reconhecendo o trabalho positivo que é realizado por qualquer Órgão do Município, chamando a atenção para o que deve ser corrigido ou melhorado. Tudo isto com a maior correcção e respeito integral pelos Órgãos Municipais e pelos eleitos. -----

----- Ao Presidente, à Mesa e aos Senhores Deputados compete ouvirem com atenção e deferência o que nos é comunicado pelos Munícipes, tomando devida nota para que possamos intervir como entendermos conveniente, tanto no Período de Antes da Ordem do Dia que se segue como por outras vias regimentais que estão ao nosso dispor. -----

----- O tempo de Intervenção aberto ao Público é exclusivamente o tempo de intervenção dos Munícipes devidamente inscritos. Qualquer falta de respeito pela Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal ou pelos princípios regimentais será

objecto de intervenção do Presidente da Assembleia e da Mesa, podendo levar à interrupção dos trabalhos ou a outras medidas que as leis prevêem, se não houver imediata resolução da situação criada. -----

----- A partir da próxima Sessão, agendada para 27 de Abril, a inscrição dos Municípes que desejem dirigir-se a esta Assembleia passa a efectuar-se nas instalações da Assembleia Municipal, no 2º andar, devidamente acompanhada pelos Serviços, das 13.00H às 14.00H do dia de cada sessão em que o Período de Intervenção aberto ao Público esteja inscrito na Ordem de Trabalhos. -----

----- No início da Sessão, e enquanto decorrer o Período de Intervenção aberto ao Público, os Municípes inscritos para falar vão passar a ficar sentados condignamente em espaço apropriado desta Assembleia, na zona do público, aguardando a vez de intervirem, e aí estarão presentes até ao final do Período de Intervenção aberto ao Público, para que todas as intervenções possam fluir naturalmente, com responsabilidade e sentido democrático, trazendo-nos as opiniões, as notícias e as propostas mais propícias a um melhor conhecimento das situações, a uma mais acentuada intervenção da Assembleia Municipal e de todos os Órgãos do Município. -

----- Perante qualquer comportamento menos adequado nesta Assembleia, serão pedidas explicações, em devida altura, pela Mesa, seja ao Munícipe, seja ao eleito ou eleitos, para que a Assembleia possa avaliar os fundamentos de tal atitude ou atitudes e para que todos possamos cooperar na resolução atempada e firme dos problemas. Quero aqui esclarecer que usaremos todos os meios legais ao nosso dispor para assegurar a boa condução dos trabalhos desta Assembleia Municipal. -----

----- Na Conferência da Mesa e Representantes dos Grupos Municipais que se seguiu à interrupção da Sessão do dia 6 de Abril passado, ponderámos a suspensão total da reunião, adiando-a para hoje, dia 13. Só não o fizemos por respeito aos Municípes e às instituições presentes, que estavam profundamente interessados nas propostas incluídas na Ordem de Trabalhos. A Sessão, depois dos incidentes graves que aqui aconteceram, graças ao que foi deliberado na Conferência de Representantes, decorreu com elevação e espírito democrático, o que todos nós saudamos. Retiremos desses acontecimentos as devidas conclusões. Os problemas aqui desencadeados já vinham, em parte, de outras Sessões anteriores, estão fixados e são conhecidos de todos os Senhores Deputados. Os Senhores Representantes dos Grupos Municipais assumirão, como assumiram no dia 6 de Abril, depois da interrupção dos trabalhos e da Conferência, com o Presidente da Assembleia e a Mesa, as atitudes e medidas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de cada Sessão, com respeito e elevação democrática dos Senhores Deputados e de todos os presentes. -----

----- Quero agradecer aos Órgãos de Comunicação Social que relataram os acontecimentos aqui ocorridos com rigor e sem sensacionalismos, ajudando-nos a todos na formação de um espírito democrático e participativo que urge afirmar e valorizar. Estaremos, como temos estado, o Presidente, a Mesa, os eleitos e os serviços, sempre disponíveis para fazer chegar às senhoras e senhores Jornalistas as informações e todos os elementos necessários ao bom trabalho dos Órgãos de Comunicação Social. Esse trabalho é fundamental para este Órgão do Município, que

é eminentemente deliberativo, função essencial hoje em dia dificultada por uma visão desfocada, em que o exercício do poder parece só existir quando se executa. -----

----- A nossa actividade é, também, profundamente necessária à democracia e à vida participada e progressiva do Município de Lisboa. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Saibamos todos unir esforços, nas diferenças que nos afirmam e nos honram, cooperando de forma viva e democrática, nas reuniões plenárias, nas Comissões Permanentes e Eventuais e em todas as situações de trabalho conjunto, para que possamos chegar ao fim deste mandato com orgulho legítimo de sermos eleitos pelo povo de Lisboa e de cumprirmos e respeitarmos os programas que apresentámos. -----

----- Recentemente, conseguimos melhorar e dignificar as condições de trabalho dos Grupos Municipais, com instalações próprias, meios técnicos e humanos e equipamentos que eram necessários. Oxalá possamos conquistar, ainda neste mandato, novos espaços para melhor funcionamento das Comissões Permanentes e Eventuais. Trabalhamos e trabalharemos em conjunto para que o nosso lema e orientação principal, Rigor e Eficácia, seja comum a todos e assumido na plenitude da vida democrática e participativa que ansiamos e construímos. -----

----- Desejo-vos as maiores felicidades e êxitos políticos e peço-vos o apoio e o trabalho democrático, dignificante, isento e rigoroso que é justo e imperioso esperar de todos os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)** solicitou que a mensagem lida pelo Sr. Presidente fosse rapidamente distribuída ao Plenário, porque, se tinha ouvido bem, em mais de 20 anos de Assembleia Municipal nunca ouviu uma intervenção desse teor feita pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, desejava ler o documento para meditar sobre ele. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu que o documento estava a ser fotocopiado para ser distribuído a todos os Deputados Municipais, à Câmara Municipal e à comunicação social. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 113/2004 – APROVAR A ALTERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE ATRIBUÍDO À ASSOCIAÇÃO AUTO-PARQUES LINS DO REGO, CONSTITUÍDO AO ABRIGO DA DELIBERAÇÃO 82/2000, POR FORMA A PERMITIR A CONSTRUÇÃO DE MAIS UM PISO DE INICIATIVA MUNICIPAL, CUJOS CUSTOS SERÃO SUPOSTADOS PELA CONTRAPARTIDA DE UMA PERMUTA E A ALIENAÇÃO DO LOTE MUNICIPAL N° 2001/048 SITO NA QUINTA DAS LARANJEIRAS À DOLBAC – CONSTRUÇÕES LDª, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 113/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- - A enorme carência de espaços para estacionamento nas zonas limítrofes da Rua Lins do Rego motivou que um conjunto de residentes criasse a Associação Auto-Parque Lins do Rego (adiante também designada somente por Associação), à qual foi cedida o direito de superfície, em subsolo, de uma parcela de terreno municipal com a área de 2.493,04m², pelo valor simbólico de € 4,99/ano (1000\$00/ano), com vista à construção de parque de estacionamento em subsolo, pela Deliberação n.º 82/2000, aprovada em 15 de Março e 2 de Maio, respectivamente, pela Câmara e Assembleia Municipal; -----

----- - Nos termos dessa proposta definiu-se que o parque de estacionamento se desenvolveria em um piso, obedecendo aos termos e condições da Deliberação n.º 500/CM/94, publicada no Diário Municipal de 10 de Janeiro de 1995; -----

----- - O gabinete do então Vice-Presidente, Professor Doutor Carmona Rodrigues, propôs àquela Associação a construção de mais um piso nesse parque, este afecto ao Município, assumindo a CML os custos com a parte dessa obra, cuja quantificação ora consta do documento I anexo a esta proposta; -----

----- - A Associação Auto-Parque Lins do Rego aquiesceu na modificação do conteúdo do direito de superfície, que passaria a incidir sobre o piso menos dois (-2), com uma capacidade total, estimada, de 87 lugares, em condições similares ao direito de superfície anteriormente atribuído, mas com as adaptações resultantes da alteração constante da presente proposta; -----

----- - A Associação, quando lhe foi apresentada a proposta de ampliação do parque, nos termos já descritos, já houvera firmado contrato de empreitada com a empresa DOLBAC – Construções, L.da, que anteriormente usara a designação social Almeida e Duque, Sociedade de Construções, L.da; -----

----- Considerando, ainda, que: -----

----- - Em 19 de Dezembro de 2001 foi apresentada a esta Câmara, em reunião do seu colégio, a Proposta n.º 659/2001, pela qual se propunha a venda à Almeida e Duque, Sociedade de Construções, L.da, do lote municipal n.º 2001/048, sito na Quinta das Laranjeiras, freguesia de Santa Maria dos Olivais, com a área de 1219 m², representado na cópia da planta n.º 01/154/04 do Departamento de Gestão Imobiliária da D.M.F.P.C.G., destinado à implantação de um edifício de habitação nos seis pisos superiores, sendo os dois pisos inferiores destinados à implementação de um Centro Juvenil para a Cidadania, pelo valor de 372.900.000\$00 (trezentos e setenta e dois milhões e novecentos mil escudos) equivalente a 1.860.017,36 € (um milhão oitocentos e sessenta mil e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), a qual não veio a ser discutida nem votada nessa sessão; -----

----- - Contudo, atentas as condições em que esta venda era proposta e os objectivos sociais que a mesma visava – numa construção de oito pisos os primeiros dois seriam cedidos, a título gratuito, ao Centro Social e Paroquial Santa Maria dos Olivais para este aí instalar um Centro Juvenil para a Cidadania – deverá a mesma ser de novo apresentada aos órgãos competentes do Município; -----

----- - É possível a permuta entre os serviços de uma empreitada e a alienação da propriedade do lote municipal atrás identificado, ademais por, para acerto de diferença

de valores, havendo lugar a uma compensação monetária a prestar pelo empreiteiro a este Município, esta não constituir a prestação principal ou o elemento proeminente do contrato; -----

----- - Acresce que, na empreitada para construção do Parque de Estacionamento Lins do Rego, agora com dois pisos, - um em propriedade plena municipal, outro onerado pelo direito de superfície concedido à Associação – as circunstâncias específicas obrigam que a empreitada seja adjudicada à empresa DOLBAC, por não serem estes tipos de trabalho separáveis; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alterar o direito de superfície atribuído à Associação Auto-Parque Lins do Rego pela Proposta n.º 82/2000, com o consentimento desta, permitindo a construção de mais um piso subterrâneo de propriedade plena municipal, passando o direito de superfície da Associação a incidir sobre o piso menos dois (-2), com uma capacidade total, estimada, de 87 lugares, em condições similares ao direito de superfície anteriormente atribuído, repartindo-se os custos da empreitada, nos termos previstos no documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta; -----

----- 2 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alienação do lote municipal n.º 2001/048, sito na Quinta das Laranjeiras, freguesia de Santa Maria dos Olivais, com a área de 1219 m², a DOLBAC – Construções, L.da, destinado à implantação de um edifício de habitação nos seis pisos superiores, sendo os dois pisos inferiores destinados à instalação de um Centro Juvenil para a Cidadania, pelo valor de 1.860.017,36 € (um milhão oitocentos e sessenta mil e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), na condição de a adquirente ceder, logo que edificado, os dois primeiros pisos, a título gratuito, ao Centro Social e Paroquial Santa Maria dos Olivais, por permuta com os serviços da empreitada de construção do Parque de Estacionamento Lins do Rego na parte em que esses custos devam ser suportados pela CML, sendo o remanescente devido ao Município, para igualização dos valores das coisas permutadas, pagas pela DOLBAC em dinheiro à CML.” -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, solicitou que esta proposta aguardasse a distribuição do Parecer da Comissão, que para o efeito estava a ser fotocopiado, passando-se, entretanto, ao ponto seguinte. -----

----- **O Senhor Presidente** concordou com o sugerido, e de seguida abriu a discussão da proposta 114/2004, ponto 6 de Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 114/2004 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AV. DA IGREJA, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM SUBSOLO COM O ÓNUS DE**

USO PÚBLICO À SUPERFÍCIE E CONSTITUIR A FAVOR DA BRAGA PARQUES – ESTACIONAMENTOS DE BRAGA, S.A. A CONSTRUÇÃO DO REFERIDO PARQUE, EM SUBSTITUIÇÃO DO PREVISTO PARA A ALA SUL DO MERCADO DE ALVALADE NORTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 114/2004 -----

----- “Considerando que na sequência do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98 - ao qual concorreram apenas as empresas Somague PMG – Promoção e Montagem de Negócios, S.A. e Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A. -, a Câmara Municipal de Lisboa, adjudicou, através da Deliberação sobre a Proposta n.º 525/2000, a constituição do direito de superfície em subsolo para a construção e exploração de três parques públicos de estacionamento, ao referido concorrente Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A.; -----

----- Considerando que, para a concretização do referido direito, a Câmara deliberou, mediante aprovação da Proposta n.º 574/2001, submeter à Assembleia Municipal a desafectação do domínio público municipal para domínio privado do Município e a constituição em direito de superfície, em subsolo, a favor da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. de três parcelas de terreno sitas na Av. Frei Miguel Contreiras/Rua Bulhão Pato, Av. D. Carlos I/Rua da Esperança e Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, para construção e exploração destes parques públicos de estacionamento subterrâneo; -----

----- Considerando que a referida Proposta n.º 574/2001 não chegou, porém, a ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que por deliberação tomada sob a Proposta n.º 651/2002, a Câmara autorizou a cessão da posição de adjudicatária no âmbito do referido Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98, da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. para a Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A., assumindo esta última todos os direitos e obrigações da primeira no âmbito do referido concurso público;-----

----- Considerando que a zona do Bairro de Alvalade apresenta significativas carências de oferta de estacionamento, com as conseqüentes e reconhecidas dificuldades de mobilidade e de falta de qualidade do espaço público para todos os que a habitam e frequentam; -----

----- Considerando que, tendo em vista a resolução deste problema, e no sentido de proceder ao ordenamento do estacionamento, mantêm-se, desde a década de 90, a intenção da CML de promover a construção de parques de estacionamento para residentes no Bairro de Alvalade, estando previstos dois no lado Nascente deste bairro, nomeadamente na Rua José Duro e no Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- Considerando que, por via do concurso público internacional promovido pela CML e acima mencionado, também para a mesma zona, está prevista a construção de

um parque de estacionamento na Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, com cerca de 200 lugares, em dois pisos; -----

----- Considerando que, no mesmo local, desde Outubro de 2001, a CML está a explorar directamente um parque de superfície que dá apoio ao Mercado; -----

----- Considerando as dificuldades que se têm verificado na concretização dos parques previstos para esta zona, em particular no que se refere ao parque previsto para o Largo Frei Heitor Pinto, que pela sua dimensão e localização estava desajustado das necessidades do local, com os inerentes impactos na mobilização dos residentes; -----

----- Considerando a extrema concentração de oferta de lugares em parque subterrâneo prevista para uma zona restrita do Bairro de Alvalade, com as consequentes dificuldades de compatibilização de acessibilidades e de circulação; -----

----- Considerando o estacionamento caótico que se verifica em toda a extensão da Av. da Igreja, entre a Praça de Alvalade e o Largo Frei Heitor Pinto, para o que os parques em causa são apenas uma solução parcial, concentrada num extremo; -----

----- Considerando as vantagens de privilegiar soluções de estacionamento que se desenvolvam em espaços que não agravem as condições de permeabilidade dos solos, procurando locais já impermeabilizados; -----

----- Considerando o comprometimento, de índole urbanística, que um parque subterrâneo no espaço do Mercado de Alvalade provoca, condicionando uma fracção importante de um terreno municipal; -----

----- Considerando a ocupação actual do parque de estacionamento em funcionamento no recinto do Mercado; -----

----- Considerando que é importante e urgente encontrar uma solução para o problema de estacionamento na zona do Bairro de Alvalade, que seja sustentada técnica e economicamente, com tangíveis benefícios para os residentes e para a cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que a alteração do local de implantação do parque de estacionamento previsto para o Mercado de Alvalade, para o subsolo da Av. da Igreja, nos termos conceptuais do Estudo Prévio que se anexa, com uma capacidade para cerca de 520 lugares, se revela adequada; -----

----- Considerando que esta solução tem inúmeras vantagens sobre as propostas do anterior programa, sendo de destacar: -----

----- a) Tem uma cobertura muito mais significativa e urbanisticamente equilibrada, conforme mapas com áreas de influência apresentados em anexo; -----

----- b) Garante uma oferta alargada para residentes, ultrapassando as dificuldades de concretização do processo referente ao Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- c) Não afecta o jardim e zonas verdes do Largo Frei Heitor Pinto, não contribuindo para o aumento da prejudicial impermeabilização dos solos urbanos; -----

----- d) Não compromete a solução actual de estacionamento de apoio ao Mercado de Alvalade Norte, que, sendo de superfície, tem características mais ajustadas às necessidades específicas dos comerciantes e dos utentes do Mercado; -----

----- e) Não compromete o projecto do Parque José Duro, que poderá seguir o curso delineado nos acordos entre a CML e a respectiva Associação de Residentes; -----

----- f) Permite reordenar e requalificar o importante eixo residencial e comercial que é a Avenida da Igreja; -----

----- g) Permite uma maior acção de ordenamento de estacionamento na zona da Praça de Alvalade, com o correspondente alargamento da oferta legal; -----

----- h) Oferece um espaço de estacionamento numa solução uniaxial sob a avenida, inovadora nos parques de estacionamento existentes na cidade de Lisboa, mas frequente nas principais cidades europeias; -----

----- Considerando ainda que a construção deste parque, restrita à zona de via, afectará minimamente os passeios e poderá ser faseada por quarteirões, de forma a permitir a manutenção dos imprescindíveis movimentos do trânsito rodoviário. -----

----- Considerando que os serviços municipais e a Junta de Freguesia de S. João de Brito se mostram favoráveis à construção, em alternativa ao parque da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, de um parque de estacionamento na Av. da Igreja, uma vez que, estando situado a cerca de 75 metros e não tendo os constrangimentos do anterior, o mesmo permite suprir melhor a carência de estacionamento da zona, em virtude da sua maior capacidade, com a criação de cerca de 520 lugares, em dois pisos em subsolo, em vez dos 220 lugares previstos para aquele; -----

----- Considerando que é também do interesse da empresa Bragaparcques – Estacionamentos de Braga, S.A., titular nos termos acima descritos dos direitos e obrigações decorrentes do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98, a substituição da localização do parque acima referida, coincidindo, assim, o interesse da ora titular da posição do adjudicatário, com o interesse municipal; -----

----- Assim sendo, -----

----- Considerando que é do interesse do Município a construção, em alternativa ao parque de estacionamento da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, de um parque de estacionamento na Av. da Igreja, situado a cerca de 75 metros do primeiro; -----

----- Considerando que a Bragaparcques - Estacionamentos de Braga, S.A. detém uma expectativa juridicamente tutelada resultante de lhe terem sido cedidos os direitos respectivos pela Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A; -----

----- Considerando que ao concurso referido apenas concorreram as duas citadas empresas, não existindo, assim, a favor de outrem qualquer direito ou expectativa, tutelada juridicamente, quer relativamente à construção e exploração do parque de estacionamento da Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, quer relativamente à do parque de estacionamento da Av. da Igreja; -----

----- Considerando que a Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, prevê na alínea a) do n.º 1 do respectivo artigo 29.º que a Administração ceda, mediante acordo directo com os promotores interessados, o direito de superfície destinado a instalações de interesse público - meio a que, por exemplo, o Município recorreu, aquando da constituição do direito de superfície para a construção do parque de estacionamento da Praça do Município; -----

----- Considerando, assim, que a alteração ora proposta, por um lado cumpre, e excede mesmo, a exigência da lei e, por outro lado, corresponde à realização das expectativas,

protegidas pelo direito, resultantes da adjudicação de um concurso público internacional; -----

----- Atendendo, também, ao teor do nº 1 do artigo 57º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei nº 208/96, de 8 de Novembro, nos termos do qual "ficam isentos de contribuição autárquica, por um período de 25 anos, os prédios urbanos afectos exclusivamente a parques de estacionamento subterrâneos públicos declarados de utilidade municipal, por deliberação da respectiva Câmara (..)" e verificando-se que esta medida contribui para minorar o esforço financeiro inicial expendido nestes projectos, vocacionados para servir o interesse público municipal, ---

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- I.- Ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 53º do mesmo diploma legal, autorizar a desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Lisboa, de uma parcela de terreno sita na Av. da Igreja, com a área de 7.782 m2 e assinalada a orla cor azul na cópia da Planta n.º 04/035/02 do mesmo Departamento em anexo, destinada à construção de um Parque de Estacionamento em subsolo, com o ónus de uso público à superfície, em substituição daquela que havia sido adjudicada pela acima referida deliberação que aprovou a Proposta n.º 525/2000;

----- II.- Ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 53º do mesmo diploma legal, autorizar a constituição a favor da Braga Parques - Estacionamentos de Braga, S.A. do direito de superfície em subsolo destinado à construção de um parque de estacionamento em subsolo na parcela referida supra em I., nos seguintes termos: -----

----- - Para efeito de escritura e tendo por referência o valor unitário e o critério usado na proposta aprovada, atribui-se à nova parcela o valor de € 997.338,32 . -----

----- - Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento, ou seja, € 49,88/ano/lugar o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 520 lugares, a contrapartida de €25.937,6/ano, que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente Proposta. -----

----- - Confrontações: -----

----- Norte – Av. da Igreja, junto aos prédios nºs. 2 a 36; -----

----- Sul – Av. da Igreja, junto aos prédios nºs 1 a 33; -----

----- Nascente – Largo Frei Heitor Pinto; -----

----- Poente – Av. da Igreja -----

----- Condições de acordo: -----

----- Condições específicas para o novo parque sito na Av. da Igreja. -----

----- Está prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo para uso público, com uma capacidade estimada de cerca de 520 lugares, distribuídos por 2 pisos, um com a área de 7.782 m² e outro com a área de 7.406,51 m². -----

----- A superficiária deverá proceder a sondagens, por forma a serem identificados e localizados todos os elementos existentes no subsolo e acima do solo que possam ter implicações na construção do parque. -----

----- O projecto será obrigatoriamente baseado no reconhecimento geotécnico específico da zona, nomeadamente na análise dos aspectos referentes à geotecnia, caudais freáticos, agressividade da água ao betão, etc., e dê indicações sobre as características e estado dos edifícios confinantes, propondo eventualmente soluções, quando necessário. -----

----- A superficiária deverá promover um estudo aprofundado sobre a localização das estruturas projectadas para o local, eventuais impactos ambientais, bem como da circulação viária emergente. -----

----- A emissão da licença de utilização da obra será condicionada ao restabelecimento das infra-estruturas existentes no local, cuja fiscalização e coordenação será feita pela Direcção Municipal de Projectos e Obras. -----

----- A actualização do regime tarifário e do preço a pagar anualmente pela constituição do direito de superfície será efectuada através da aplicação da taxa de inflação do ano anterior, determinada pelo índice de preços do consumidor para a cidade de Lisboa, (total com exclusão da habitação) publicado pelo INE e de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos. -----

----- Em tudo o mais se mantém o deliberado na Proposta n.º 574/2001. -----

----- (Processo Privativo n.º 58/DGI/2001). -----

----- - Justificação do Preço Proposto: -----

----- O valor para efeitos de escritura calculou-se com base na Deliberação n.º 133/AM/95, de 28 de Novembro (Ponto n.º 3): -----

----- $C2 =$ coeficiente de sobrecarga urbana ($C2=4$) -----

----- $VU =$ valor unitário fixado pela Assembleia Municipal para o ano de 2001 (9,12 Euros) -----

----- 2 - Parque da Av. da Igreja -----

----- $15.188,51 \text{ m}^2 \times (4 \times 6 \times \text{€ } 9,12) \times 0,30 = \text{€ } 997.338,32$ -----

----- Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento ou seja € 49,88/ano/lugar, o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 520 lugares, a contrapartida de € 25.937,6/ano, que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente proposta. -----

----- III. - A exemplo do aprovado pela Deliberação sobre a Proposta n.º 651/2002, declarar de utilidade municipal o parque de estacionamento subterrâneo sito na Av. da Igreja, em substituição daquele que foi objecto do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98, sito na Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, nesta Cidade de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 57.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 208/96, de 8 de Novembro.” -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que em relação a esta proposta tinha sido distribuído, na reunião anterior, um relatório da Assembleia de Freguesia de São João de Brito. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que esta proposta, a 114/2004, se filiava no mesmo tema que a proposta 113/2004, mas diria que com muito mais dramatismo. -----

----- Efectivamente, este tema tem sido debatido, tiveram o cuidado de ouvir a Associação de Moradores da Zona Oriental do Campo Grande, os moradores da Rua José Lins do Rego e também a Comissão Instaladora do Parque Frei Heitor Pinto que historiou a evolução do problema, e dois membros da Comissão assistiram à Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de S. João de Brito convocada no sentido de tomar posição em relação à construção do parque. -----

----- Uma primeira análise – e aqui juntava as propostas 113/2004 e 114/2004 – permitia constatar que o Bairro de Alvalade representa um marco histórico no desenvolvimento da Cidade de Lisboa, como primeira manifestação de larga escala dos princípios do urbanismo moderno, e recordava o que consta da memória descritiva do então chamado Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro: -----

----- “Além dos edifícios destinados a habitação (habitações colectivas económicas, habitações de renda não limitada, moradias unifamiliares de rendas económicas, moradias unifamiliares de renda não limitadas) observa-se no plano: a conservação de espaços livres arborizados ou destinados a instalações desportivas; a previsão de zonas industriais (pequeno artesanato) e comerciais; a localização de mercados e outros edifícios de interesse público, tais como: escolas, liceus, igreja, centro social, centro cívico, etc.” -----

----- A quase totalidade das intenções do Plano passaram à realidade e, neste momento, o bairro fornecia aos seus habitantes e a todos os que o utilizavam uma qualidade ambiental que se assinalava através de um parque habitacional que, a despeito a idade, mantinha padrões de conforto e áreas ainda hoje aceitáveis, uma gama de equipamentos que para além da satisfação das exigências do bairro possuía uma influência que excedia os seus limites; arborização e espaços verdes públicos e privados contribuintes para uma imagem urbana atraente e, ainda, acessibilidades garantidas por metro (Entrecampos e Alvalade), autocarros e comboio (Areeiro). -----

----- Actualmente apresentava, contudo, carências graves no que se referia a estacionamento no espaço público e ao ordenamento do espaço livre do interior dos quarteirões. -----

----- Analisado esse quadro referente ao parque de estacionamento que se pretendia construir, e tendo também presente a intervenção na reunião da Assembleia de Freguesia onde ocorrera público e que foi um debate vivo e interessado, eram levados

a dizer que se desconhecia, na ausência de um projecto-base aprovado, a localização e as características das entradas e saídas, sabendo-se que seriam seis. -----

----- Recordou que cada dessas entradas e saídas deverá ocupar pelo menos uma área de 3 por 30 metros, grande parte em rampa, possivelmente roubada aos passeios, implicando o derrube de árvores e constituindo fonte de poluição sonora, atmosférica e visual. -----

----- Receava-se, também, que a duração das obras na Avenida da Igreja, ainda que faseadas, pudessem afectar os interesses dos comerciantes e os dos seus clientes, pelo que se chamava a atenção para a prioridade que devia ser dada ao estacionamento público à superfície, tarifado, promovendo a rotatividade e exigindo fiscalização eficaz. -----

----- Por outro lado, não sendo garantido aos residentes lugares cativos no parque explorado por uma entidade privada, receava-se, dada a extensão do parque, que um morador do Largo Frei Heitor Pinto tivesse que ir pôr o carro junto da estátua de Santo António, portanto com prejuízo para a sua comodidade e segurança. -----

----- Surgia ainda o receio que perante a dimensão e características do parque e a acessibilidade da zona, este pudesse vir a ganhar características de um parque dissuasor inserido num tecido urbano estabilizado, já que era um parque apetitoso para quem vinha da auto-estrada do Norte e que tinha ali espaço para estacionar. -----

----- Disse, ainda, que experiências recentes mostravam que as grandes intervenções no espaço público da cidade exigiam rigor em todas as fases de execução desde o programa preliminar ao estatuto de funcionamento, e receavam que esta intervenção fosse brutal e pudesse afastar a comodidade que hoje a Av. da Igreja representava, como local de convívio, de passeio e até como componente lúdica. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, depois de referir que a construção deste parque de estacionamento nascera de iniciativa local, a Junta de Freguesia não estava fora do processo, disse que ouviu os argumentos do relatório, com os quais em parte não concordava, nomeadamente aquele que dizia que um morador do Largo Frei Heitor Pinto dada a extensão do parque poderia ter que parar o carro junto à estátua de Santo António. Esse argumento nem o comentava, mas queria referir que a Câmara, por si, não tinha nenhum interesse em fazer esse parque. Foi a vontade que foi transmitida das entidades locais, mas, a partir do momento em que a Assembleia de Freguesia reuniu, como tinha dito se ela manifestasse uma opinião contrária a Câmara não tinha problema nenhum porque não considerava o parque, na apreciação que faziam da cidade, essencial. -----

----- Contudo, seria bom que as pessoas se lembrassem da posição que estavam a tomar hoje em relação ao estacionamento, nomeadamente na Av. da Igreja podiam ganhar outro tom porque leu nalgumas cartas: “estacionamento pode ser tarifado”, mas o estacionamento tarifado, como era dito noutras intervenções, não resolvia o problema na Av. da Igreja. Havia outras possibilidades de solução! -----

----- Agora, estava de acordo que parques construídos anteriormente, designadamente nas avenidas Miguel Bombarda, Elias Garcia e outros, por exemplo ao pé da Calouste Gulbenkian, feitos na última década, podiam, de facto, ter tirado áreas aos passeios, e

o Deputado Municipal Silva Dias também deveria ter meditado nesses exemplos, até porque era arquitecto com intervenção na Cidade de Lisboa nos últimos anos, e ao fazer esse balanço com certeza teria chegado a essa conclusão. Mas voltava a dizer que os passeios que este parque tiraria eram os mesmos que se tirarão no futuro. A lógica que estavam a aplicar à Av. da Igreja, em relação às árvores estava de acordo, achava que era perfeitamente possível viverem a Av. da Igreja como ela estava, mas desejava deixar claro que a Câmara Municipal, por si, diligenciara no sentido da construção desse parque de estacionamento, que era um projecto com localização em vários sítios. -----

----- Havia os que se opunham também à construção no Largo Frei Feitor Pinto, portanto, não gostavam do parque de estacionamento. Havia uma comissão para o parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto e havia os que se opunham à construção do parque nesse largo, que, como era sabido, também tinha um jardimzinho em frente da igreja, também tirava área aos passeios, também tirava árvores. Depois havia a possibilidade de aproveitar melhor o espaço ao pé do mercado de Alvalade, mas a distância de alguns moradores da Av. da Igreja para um parque ao pé do mercado era a mesma de um morador do Largo Frei Heitor Pinto para a estátua de Santo António. -----

----- Por conseguinte, com essa argumentação era óbvio que nunca mais chegariam a parque de estacionamento nenhum, e era bom que isso ficasse claro, porque parques de estacionamento no deserto em Lisboa não estavam previstos, quer porque não havia desertos, quer porque não eram precisos. Os parques de estacionamento normalmente faziam-se onde havia congestionamento! Congestionamento por causa da construção, falta de espaço público para parar os carros e, portanto, era sempre preciso tirar um bocadinho de passeio ou um bocadinho de espaço público, porque, normalmente, o estacionamento não era no espaço aéreo. Podia ser à superfície mas, mesmo assim, era preciso tirar espaço público. Não estavam ainda na fase de estacionamento em naves aéreas porque os cidadãos não se deslocavam por esse meio. -----

----- Portanto, chamava a atenção para o precedente que representava esta situação, se era por essas razões que não havia parque de estacionamento na Av. da Igreja! Havia uma razão forte, mas que também era um precedente: é que estavam numa altura que não era famosa para o comércio, e quaisquer obras neste momento afectavam a situação dos comerciantes. Mas então só podiam fazer obras no espaço público em Lisboa quando a economia estava a crescer! Tinham que planear e decidir a correr porque os ciclos eram de quatro anos, ora cresciam ora baixavam, quer em Portugal como na Europa e no resto do Mundo. Portanto, teriam de planear já para na próxima fase de crescimento, fazerem as obras e depois pararem. -----

----- De facto, com toda a franqueza, a argumentação pecava um bocadinho por falta de fundamento. -----

----- A terminar disse que para a Câmara o critério era este: a Assembleia de Freguesia deliberara não querer o parque de estacionamento, oxalá os moradores um dia não viessem a pedir outras contas, porque a Câmara apresentou o trabalho, estava disposta

a promover a obra, mas respeitavam a vontade popular, como era próprio de sempre, e nomeadamente num tempo em que celebravam os 30 anos do 25 de Abril ainda mais. -

----- **O Senhor Presidente** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se se podia considerar que a Câmara retirava a proposta, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim, sem prejuízo do debate. -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava fazer uma precisão: é que não havia relatório nenhum da Comissão sobre esta proposta. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse que a intervenção do Deputado Municipal Silva Dias foi enquanto Deputado Municipal e não como Presidente da Comissão, e, de facto, não havia relatório nenhum porque a proposta não tinha baixado à Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Pessoa e Costa (PSD)** solicitou então ao Sr. Presidente da Câmara que retirasse o pedido no sentido de que a proposta fosse retirada. -----

----- **O Deputado Municipal Esmeraldo Cruz (PSD)**, que estava em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito que não se encontrava presente por motivo de doença, disse que lhe parecia haver ali uma confusão em relação aos parques de estacionamento. O parque de estacionamento do Largo Frei Heitor Pinto era um parque para residentes, era isso que estava previsto, e não um parque pago para outras pessoas, tal como o parque da Rua José Duro, por trás do mercado, também era um parque para residentes, o qual, em princípio, teria 160 lugares e as inscrições já iam em 150. -----

----- Por outro lado, a reunião que houve na Assembleia de Freguesia ela não era tão representativa como se pretendia fazer crer, pois não chegaram a estar 60 pessoas, e nessas pessoas estavam membros da Assembleia que concordavam com o parque na Av. da Igreja, tal como estava também o Executivo que estava de acordo com isso. ----

----- E porque era que o Executivo estava de acordo com o parque de estacionamento da Av. da Igreja? Era simples! Ele ia trazer problemas ao comércio, não havia dúvidas sobre isso, não só da Av. da Igreja como das ruas laterais e transversais, e também aos próprios moradores. Se o problema fosse para outras vias todos estavam de acordo, só que não havia dúvida nenhuma que o parque da Av. da Igreja tinha razão de existir, pois os comerciantes, dentro de algum tempo, iriam ver-se aflitos se não houvesse um parque já que hoje na Av. da Igreja se estacionava em segunda quando não em terceira filas. -----

----- Ora, os comerciantes neste momento não se governavam só com os moradores da freguesia, iam muitas pessoas de fora que não tendo estacionamento deixariam de ir lá fazer as suas compras. -----

----- Portanto, o Executivo da Junta de Freguesia era a favor da construção do parque de estacionamento da Av. da Igreja, e tanto quanto sabia não houve decisão nenhuma saída dessa reunião da Assembleia que, como disse, não chegou a ter 60 pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente**, nesta altura, corrigiu a informação que ele próprio havia dado há pouco referindo que a proposta 114/2004 havia efectivamente baixado à Comissão de Urbanismo, por proposta apresentada pelo Deputado Municipal António

Prôa, do PSD, aprovada por unanimidade na reunião realizada no passado dia 23 de Março de 2004. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Esmeraldo Cruz referiu que a Assembleia de Freguesia não era representativa, pelo que lhe perguntava se foi o órgão Assembleia de Freguesia que decidira coisas ou se foi um plenário dos moradores que tinha cerca de 60 pessoas. É que se foi a Assembleia, tendo quorum a decisão era válida, se era um plenário de moradores aí já havia razão de ser para se dizer o que se disse. -----

----- **O Deputado Municipal Esmeraldo Cruz (PSD)** respondeu dizendo que o que sucedeu na Assembleia de Freguesia foi ouvir as pessoas, nada tinha ficado decidido. Não ficou lá decidido que o parque não ia ser feito porque não queriam, nem houve votação sequer. Portanto, não era significativo não sendo a questão posta à votação das pessoas presentes. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que ontem houve reunião da Comissão de Urbanismo e nessa reunião ele próprio perguntara ao Sr. Presidente se a proposta tinha ou não baixado à Comissão, tendo-lhe o Sr. Presidente da Comissão respondido que não, que tinha falado com o Sr. Presidente da Assembleia e tinha sido essa a indicação. A isso respondeu então que não estava nada convencido, porque embora não tivesse estado presente na reunião do dia 23 de Março tinha a ideia que a proposta havia baixado à Comissão, e confirmava-se agora que tinha razão. -----

----- Mas, independentemente dessa matéria, aquilo que deduziu da intervenção do Deputado Municipal Silva Dias era que ele procurara apresentar ali algumas justificações para que não fosse tomada hoje uma deliberação, ou seja, que a proposta baixasse à Comissão. E, como já havia uma deliberação para o efeito, entendia que a discussão hoje carecia de sentido devendo ser dada continuidade ao trabalho da Comissão, que ainda não se iniciara. -----

----- Depois, a propósito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que era necessário que percebessem se mantinha a retirada da proposta ou não. Certamente teria sido induzido em erro por uma pretensa apresentação de um relatório da Comissão, mas manifestamente não era esse o caso porque a Comissão não se pronunciou sobre a proposta. -----

----- Aliás, estiveram a discutir sobre a matéria e definiu-se que não havia objecto visto que, como referira, existia a noção de que a proposta 114/2004 não tinha baixado. -----

----- Sobre a dicotomia entre os interesses divergentes dos moradores que necessitavam de estacionamento e dos moradores que se sentiam prejudicados pelo incómodo das obras, em relação ao que o Sr. Presidente da Câmara procurou chamar a atenção da Assembleia para que se encontrasse ali um ponto de equilíbrio, disse que era evidente que o trabalho que tem sido realizado em Lisboa sobre essa matéria aconselhava a que não perdessem a esperança, visto que ele tem sido feito com

qualidade e certamente iria continuar, já que o estacionamento em Lisboa, hoje em dia, era das necessidades que os cidadãos mais sentiam. -----

----- Portanto, não lhe parecia que pudessem ter uma atitude populista, que apenas porque havia algumas pessoas que se opunham a que se construísse, que se modernizasse a cidade, abdicassem daquela que era a responsabilidade da Autarquia, que era decidir e governar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que podiam continuar a discutir, pragmaticamente, mais um parque de estacionamento aqui, mais dois parques além, mais três acolá, porque esse pragmatismo dava que não se encontrava uma política clara, definida, uma espinha dorsal sobre como resolver os problemas do trânsito e do estacionamento na Cidade de Lisboa. -----

----- Lembrou que o BE tem defendido que o problema do estacionamento na cidade tinha de passar por duas vertentes centrais, que não lhes parecia que esta proposta resolvesse. -----

----- Primeira, grandes parques de estacionamento à entrada da cidade, junto aos nós rodoviários e ferroviários, parques esses gratuitos para quem tivesse passe social, e seguros para que as pessoas lá pudessem deixar os carros e não entrar com eles na cidade. -----

----- Segunda, que houvesse parques para os moradores porque eles necessitavam de sítios onde pôr os carros. Mas parques para os moradores, sublinhou, de iniciativa dos moradores, porque continuar a criar novos parques de estacionamento na cidade em geral, era contraditório com a política anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara que defendia uma política no sentido de afastar os carros da cidade. Só que, quantos mais parques de estacionamento criasse, mais facilitava a entrada dos carros na cidade. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara tem referido, e bem na opinião do BE, que os parques não deviam ser subterrâneos mas em silos. Lembrava-se que os líderes de todos os Grupos Municipais estiveram numa reunião, com o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores, para apresentação do anteprojecto do Arqtº Frank Gehry para o Parque Mayer, e quando a Câmara tinha a opinião de fazer um parque de estacionamento por baixo do Parque Mayer com vários pisos, a opinião do Arqtº Frank Gehry foi que não fizessem mais dessas coisas, no máximo um piso, que não cruzassem mais as linhas de água da cidade. E depois havia buracos em Alcântara! Iriam continuar a meter cimento para debaixo da cidade e depois tinham um camião a enterrar-se num buraco? -----

----- Em suma, era preciso que houvesse uma coluna vertebral nesta matéria: grandes parques à entrada da cidade, e parques na cidade, em silos, para moradores. -----

----- Depois, porque não tinha percebido, era preciso esclarecer se a Assembleia de Freguesia tinha ou não uma decisão tomada, porque, se bem se lembrava, havia um ofício da Assembleia de Freguesia a dizer que havia uma posição. Isto independentemente de dizer que esperava que ninguém estivesse ali a pôr em causa o carácter democrático dos órgãos consagrados na Constituição, ao referir que num órgão qualquer tinha mais validade ou menos validade uma decisão consoante o

número de pessoas que estava presentes, e não consoante aquilo que estipulava a lei do regime democrático conquistado há 30 anos. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que se tratava de um esclarecimento meramente processual para referir que a sua intervenção de há pouco foi em seu nome e não como Presidente da Comissão, nem aquilo que disse foi debatido, estudado e aprovado em sede de Comissão. -----

----- Portanto, foi como cidadão de Lisboa, cidadão que conhecia e vivia muito próximo de Alvalade, que via com certo desgosto que uma das zonas onde o carácter cívico de viver na cidade, o convívio, o recreio e o passear, podiam vir a ser alterados pela decisão de construir um parque de estacionamento, que era sempre um elemento perturbador, e com as suas seis bocas ao longo do espaço que vai da estátua de Santo António até ao Largo Frei Heitor Pinto, poderia retirar aquele carácter amável que todos reconheciam à Av. da Igreja. -----

----- Disse, depois, que a questão que foi posta foi fazer um parque de estacionamento na Av. da Igreja, um parque público de exploração privada, em lugar do parque de estacionamento no Largo Frei Heitor Pinto. E foi esse ponto de desgosto da população que estava interessada na construção desse parque, para residentes, que via trocado esse parque para residentes por um parque público que não servia os residentes e que, possivelmente, não serviria também as características de rua comercial de Alvalade e da cidade. -----

----- Por outro lado, conviria também fazer uma análise do que têm sido esses parques de estacionamento e se têm contribuído ou não para a disciplina do estacionamento. Tinham muito próximo da Assembleia o exemplo do Parque Roma, cuja entrada em funcionamento não disciplinou o trânsito na Av. de Roma, em frente dos Correios e das livrarias Barata e Bertrand estavam sempre três filas de carros, e, portanto, o que era necessário era inculcar um sentido de civismo a quem usava o carro e uma fiscalização enquanto fosse necessário. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por referir que não era fácil decidir mas tinha que se decidir. Há pouco, de facto, houve um semi-equívoco porque efectivamente tinha sido votada a proposta para baixar à Comissão, pelos vistos não foi tratada, não houve um relatório da Comissão. Mas tinha a ideia que foi por proposta do Deputado Municipal António Prôa, que hoje não falou, mas que era um dos que estava na base desse desencontro de opiniões, o que era legítimo porque estas matérias era difícil que fossem partidárias. Era natural que dentro de cada partido houvesse opiniões diferentes sobre esses temas, não o chocava nada. -----

----- Conhecia muito bem aquela zona, fez o liceu todo no Liceu Padre António Vieira, andou por ali na adolescência e juventude e também por razões familiares, mas se se construía um parque no Largo Frei Heitor Pinto gostava que lhe explicassem a diferença que havia para o parque da Rua José Lins do Rego. Havia um jardim bonito no Largo Frei Heitor Pinto, na Rua José Lins do Rego também, qual é que era de moradores? O da Rua José Lins do Rego não era de moradores? Mas era porque havia um jardim? É que jardim também havia no Largo Frei Heitor Pinto! -----

----- Estava de acordo com o que disse o Deputado Municipal Carlos Marques, para não dizer que ele estava de acordo consigo, estavam de acordo um com o outro, porque defendia essa política para a cidade, anunciou-a e foi quem mais de bateu por ela nas últimas eleições, e não queria dizer que o BE ou outras forças políticas a não tivessem defendido também. Mas ali não era uma zona só de moradores!-----

----- Havia dois problemas na construção de estacionamento em altura. -----

----- Primeiro: era preciso encontrar espaço disponível. Podia dar vários exemplos de bairros em Lisboa onde andava quase todos os dias à procura de um sítio para construir estacionamento em altura e não encontrava. Não havia! Portanto, tinham que ter espaços onde houvesse prédios livres, ou devolutos, não os podiam expropriar e pôr as pessoas de lá para fora para construir o estacionamento em altura. Era muito bonito enunciar as coisas em tese, só que depois tinham que ir à realidade. Se o Deputado Municipal Carlos Marques lhe arranjasse ali um sítio onde pudesse fazer um estacionamento em altura, era já! -----

----- A um aparte respondeu: “sim, também é lisboeta, isto diz respeito a nós todos. Lisboa, Deputado, como diz o outro bem parecido, simpático, alto ou baixo não interessa, tem todas as razões para se empenhar nisto. Acho eu, somos lisboetas! Se me arranjar um sítio nós arrematamos já!” -----

----- Mas havia outra questão que era importante. É que o estacionamento ali não era só para moradores, o estacionamento ali ia servir também uma das zonas comerciais mais bonitas e mais privilegiadas de Lisboa e, portanto, deveria permitir que as pessoas que usavam o automóvel pudessem parar e fazer o tal urbanismo comercial. Ou seja, haver mais espaço para as pessoas andarem a pé, libertar lugares de estacionamento para passeios até mais largos, e, portanto, haver um estacionamento que permitisse desenvolver ali o comércio. Já não dizia fechar a rua ao trânsito, não estava a falar nisso, mas desenvolver a parte comercial. -----

----- Por isso, correspondendo a apelos de várias famílias, políticas neste caso, diria que a Câmara não retirava a proposta, o PS sugerira, tanto quanto sabia, que ficasse mais 15 dias na Comissão, mas pedia à Assembleia que não ficasse mais que 15 dias para que chegassem a uma conclusão. Todos, porque a responsabilidade era de todos!

----- No entanto, queria assegurar uma coisa. Também não queria – disse referindo-se ao Deputado Municipal Silva Dias – que saíssem árvores dali. Se fizessem o parque de estacionamento, fariam as entradas e saídas mais bonitas, enquadrando-as o melhor possível, não prejudicando os comerciantes. O princípio da Câmara era que se os comerciantes fossem prejudicados pelas obras, apresentando a relação dos prejuízos nos termos da lei, fossem indemnizados. Esse era um princípio da Câmara enquanto pessoa de bem. Portanto, da parte da Câmara, havia abertura para o fazer. -----

----- Mas com oposição dos locais, não! Agora, iam fazer um parque bonito que respeitasse a Av. da Igreja. Não tinha problema em lembrar que o Primeiro-Ministro mora na Av. da Igreja, ainda ontem ele lhe disse: “acho que há um problema com a Av. da Igreja, veio um senhor comerciante lá a casa dizer que as obras do parque de estacionamento vão prejudicar o comércio”. Enfim, tocava a todos, mas tinham que decidir, e decidir bem fazendo as coisas bem feitas. -----

----- Portanto, mais 15 dias na Comissão, se o Sr. Presidente da Assembleia estivesse de acordo, para chegarem a uma proposta de base que permitisse desenvolver um bom projecto. Mas isso tinha que ter regras: ou faziam o parque da Rua José Lins do Rego e então faziam o parque do Largo Frei Heitor Pinto, porque faziam a obra e depois deixavam o jardim arranjado de novo, ou então nem num sítio nem outro. -----

----- Portanto, sugeria que chegassem a uma conclusão sobre os dois, porque, se não, fariam um parque na Av. da Igreja. -----

----- Vamo-nos entender, estou certo disso, referiu a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que já se habituaram às palavras simpáticas do Sr. Presidente da Câmara, mas, mais uma vez, elas não correspondiam à realidade, porque havia uma diferença substancial de qualidade entre o papel dos Deputados Municipais e o papel dos Vereadores. É que os Deputados Municipais não eram funcionários da Câmara, não tinham tempo para andar pela cidade, nem sequer dirigiam os serviços da cidade. -----

----- Pessoalmente estaria no dispor, e certamente os outros Deputados Municipais também gostariam de ter tempo para andar pela cidade, só que tinham que trabalhar para poderem comer no dia-a-dia. Mas gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, se tinha essa opinião, na sua qualidade de Vice-Presidente do PSD falasse com o seu colega Secretário de Estado da Administração Interna sobre o projecto que o PSD tinha na Assembleia da República, onde teve o prazer de participar num debate, e o convencesse que a lei que o PSD apresentava, tal qual como a apresentada pelo PS, mantinham as Assembleias Municipais da mesma forma manietadas, sem capacidade para terem uma vigilância democrática activa e concreta, nomeadamente prestando a colaboração necessária para o desenvolvimento das cidades, porque se recusava uma proposta concreta que foi feita nesse debate, no sentido de que houvesse pelo menos uma Comissão Permanente de Deputados Municipais, de todos os partidos, a tempo inteiro nas Assembleias Municipais, sem os quais, em grande parte – lamentava dizer isso mas dizia-o pelos anos que tinha de experiência – se sentiam defraudados pela incapacidade que tinham para apoiar e ajudar a resolver. -----

----- Portanto, não tinha qualquer problema, mas não era funcionário da Câmara. -----

----- Mas entendia que não podiam seguir um outro princípio, o princípio de que viam coisas muito bonitas na teoria, sobretudo quando estavam nos programas eleitorais, mas depois, quando chegavam à prática, tinham sempre uma resposta para o assunto. Fazia uma pergunta: quando discutiram o último Orçamento e o Plano Plurianual da Câmara dizia-se que havia 75.000 casas devolutas, números da Câmara! Não havia sítios para fazer silos em Lisboa? Lamentava, mas se havia 75.000 casas devolutas era porque deveria haver muitos sítios para se poderem fazer silos na cidade. E o argumento que não havia condições para princípios lindos era um argumento que ouviam há muitos anos para fazer tanta asneira, pedia desculpa mas era o que pessoalmente sentia e o que sentia o Bloco de Esquerda. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que não era para intervir, mas porque o Sr. Presidente da Câmara fez a equiparação desta situação com a do parque da Rua José Lins do Rego queria dizer-lhe que não podiam

ser equiparadas. O PS foi visitar a praça da Rua José Lins do Rego, e aí havia uma alternativa, talvez melhor, para construir um parque de estacionamento sem destruir o jardim. Aliás, se não houvesse nenhuma alternativa poderiam aceitar que estavam perante uma situação semelhante e que uma decisão para um lado poderia valer para o outro. -----

----- Mas, neste caso, havia alternativas. O Sr. Presidente da Câmara é que talvez não tivesse visitado o local, ou se visitara não esteve particularmente atento a essas alternativas. De maneira que talvez fosse bom visitar o local, se quisesse ele próprio poderia servir de guia para lhe mostrar onde estavam essas alternativas. -----

----- A um aparte respondeu que pessoalmente não foi ao local no mandato anterior porque não estava eleito para nenhum órgão municipal, mas queria referir que um bom político também reconhecia os erros e também podia repensar decisões, e tanto quanto sabia o Dr. João Soares, já perto do fim do mandato, visitara o local e lá mesmo reconheceu ser um erro construir o parque de estacionamento naquele sítio e comprometeu-se a alterar. Muito naturalmente essas coisas eram assim mesmo porque não se fazia tudo com uma varinha mágica, mas a verdade era que havia essa declaração de princípio para reparar um erro que estava para ser cometido, e o Sr. Presidente da Câmara tinha agora oportunidade de não cometer esse mesmo erro. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que o que o levava a intervir agora não foi o desafio do Sr. Presidente da Câmara porque já o teria feito antes se num dado momento não tivesse ficado confuso com a questão da proposta baixar à Comissão ou não, se ela seria discutida nesta reunião ou mesmo se seria retirada. Mas uma vez que ia baixar à Comissão guardaria algumas considerações sobre a matéria quando a proposta subisse novamente a Plenário. -----

----- O que efectivamente o levou a usar agora da palavra foi a intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques relativamente à capacidade de fiscalização e de exercício do cargo de Deputado Municipal, pois das palavras que foram proferidas tinha entendido que nas actuais circunstâncias não havia condições para exercer, de forma cabal, o mandato que tinham como membros da Assembleia. -----

----- Ora, pessoalmente já foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa quando o PSD estava na oposição, era-o agora com o PSD com responsabilidades na Câmara, e tanto nas circunstâncias anteriores como nas actuais sempre observou os meios suficientes para sentir o exercício do seu mandato com suficiente capacidade para representar o povo de Lisboa que os elegeu a todos. -----

----- Portanto, não discutia se a solução que o Deputado Municipal Carlos Marques apresentou, a tal Comissão Permanente, seria melhor ou pior, mas era seguramente outra Assembleia, porque esta Assembleia, na sua opinião, tem vivido muito bem com as actuais características. A discussão poderia levá-los muito longe em relação a outras matérias, não ia entrar por aí, mas queria sublinhar que nas actuais circunstâncias a capacidade de fiscalização, a sua pelo menos, não estava diminuída face aos meios de que dispunham. -----

----- Rematou dizendo que, pessoalmente, sentia que tem desempenhado o seu mandato com capacidades suficientes para representar o povo de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que a proposta 114/2004 continuava na Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, por mais 15 dias, e seria agendada, em aditamento, na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária do dia 27 de Abril. -----

----- **Continuação da apreciação da proposta 113/2004.** -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, acentuou que a proposta 114/2004 não continuava na Comissão mas sim que tinha baixado agora à Comissão, mas podia garantir que os 15 dias seriam respeitados pois a Comissão, com grande empenho, sempre tinha procurado resolver os problemas que lhe chegavam. ---

----- Depois leu o Parecer da referida Comissão, que a seguir se transcreve: -----

----- PARECER -----

----- “Determinou o Plenário da Assembleia Municipal na sua reunião de 23 de Março que a Comissão Permanente de Urbanismo Rede Viária e Circulação emitisse parecer sobre a proposta 113/2004 referente à construção de um parque de estacionamento na Rua Lins do Rego, por iniciativa de uma associação de residentes, dentro dos princípios gerais que enquadram a Política de Estacionamentos de Parques Residenciais (Deliberação n.º 500/CM/94). -----

----- No desempenho desse mandato a Comissão ouviu a Associação Auto-Parque Lins do Rego e a Associação de Moradores da Zona Oriental do Campo Grande e na sua quase totalidade os elementos da Comissão inteiraram-se das condições que o local hoje apresenta e tomaram ainda, conhecimento da versão final do projecto que a Associação Auto-Parque Lins do Rego mandou elaborar para o local. -----

----- Porque na Proposta 113/2004 se admite com vista à construção do referido parque de estacionamento a “permuta entre os serviços de uma empreitada e a alienação de um lote municipal destinado a um edifício de habitação sito na Quinta das Laranjeiras com seis pisos superiores, sendo os dois pisos inferiores destinados à implementação de um Centro Juvenil para a Cidadania”, a Comissão teve a oportunidade de ouvir o Pároco da Freguesia de Santa Maria dos Olivais, dinamizador da acção daquele equipamento social. -----

----- Após análise da situação, e muito embora sinta que o prazo para discussão da Proposta tenha sido manifestamente curto, a Comissão constatou o seguinte: -----

----- 1 - É inquestionável, por alicerçado em sucessivos compromissos com o Executivo Municipal, o direito que assiste à Associação Auto-Parque Lins do Rego de construir um parque de estacionamento para os seus associados com o programa que estabeleceu. -----

----- 2 - A hipótese de uma localização alternativa, ainda que próxima, poderá vir a desinteressar a Associação por necessariamente distante no tempo e por obrigar aos custos inerentes à reformulação dos projectos. -----

----- *(Aqui, num aparte pessoal, disse que o projecto que lhes foi apresentado dava algumas garantias da manutenção da qualidade daquele espaço. Contava alguns exemplos da cidade de parques de estacionamento que não alteraram grandemente a paisagem urbana, como era o caso do Parque Roma, que também teve grande*

discussão na Assembleia Municipal, ele próprio como morador próximo pôs questões à sua construção, e hoje reconhecia que o parque tranquilizara a zona, se bem que não tivesse resolvido o problema da Av. de Roma). -----

----- 3 - Não são evidentes, face aos elementos que constam da proposta, as vantagens para a resolução do problema resultantes da permuta que se anuncia, nomeadamente por ser insuficiente a caracterização dos objectos da permuta, no que diz respeito às características do edifício da Quinta das Laranjeiras, custos envolvidos e explicitação dos critérios de selecção do empreiteiro. -----

----- *(Num novo aparte pessoal, disse que esta inclusão de novos personagens e novos interesses no problema, era capaz de vir a complicar a sua solução).* -----

----- Face ao exposto: -----

----- 1 - A Comissão solicita ao Executivo que no prazo máximo 15 dias sejam enviadas à Assembleia elementos que permitam ajuizar com maior rigor os fundamentos da permuta. -----

----- 2 - Compromete-se a Comissão no prazo máximo de 15 dias, após a recepção desses elementos emitir parecer definitivo sobre a proposta 113/2004, tal como se encontra formulada. -----

----- Propõe, ainda, a Comissão que, independentemente da resolução do problema do Parque de Estacionamento da Rua Lins do Rego e porque se apresentam casos semelhantes no Bairro de Alvalade, o Executivo faça elaborar, aproveitando, inclusivamente, os estudos já existentes, um Plano de Reordenamento do bairro visando os seguintes aspectos: -----

----- 1 - Estudo de reabilitação das zonas livres do interior do quarteirões e que faça a identificação dos titulares da propriedade e proponha o seu melhor aproveitamento em benefício da população. -----

----- *(Num terceiro aparte pessoal, disse que quem conhecia Alvalade estava ciente da grande potencialidade dos espaços entre os edifícios e do seu aproveitamento, ou desaproveitamento, caótico).* -----

----- 2 - Cálculo da capacidade global de estacionamento, sem prejuízo das características ambientais e funcionais do Bairro. -----

----- *(Num quarto e último aparte, disse que uma solução mais doce, mais soft, permitiria, possivelmente, aumentar a capacidade de estacionamento do bairro sem grandes cirurgias, sem grandes intervenções no espaço urbano, sempre traumatizantes para a vida da cidade).* -----

----- 3 - Valorização das características específicas de Alvalade como marco histórico na evolução do urbanismo na nossa cidade e no País.” -----

----- Finda a leitura disse que o Parecer foi aprovado por maioria e tinha apenas a seguinte declaração de voto: -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- “Os Deputados Municipais João Pessoa e Costa (PPD/PSD), Fernando Pinto Trindade (PPD/PSD) e José Rui Roque (CDS-PP) votam contra o Parecer da Comissão que aponta no sentido do adiamento da discussão, em Plenário, da proposta

113/2004 por, no nosso entender, não ser a solução que melhor defende os interesses das partes envolvidas no processo. -----

----- Seria bem mais adequado ao estado de desenvolvimento do projecto aplicar a seguinte metodologia: -----

----- 1) Aprovação da proposta de alteração do direito de superfície (ponto 1 da proposta 113/2004), possibilitando dessa forma a construção do 2º piso do Parque. Esta modificação possibilitaria o acréscimo de 87 lugares que contribuirão para a melhoria das condições de estacionamento do local e para a redução do custo unitário dos lugares de estacionamento. -----

----- 2) Solicitar esclarecimentos sobre a permuta a celebrar com a DOLBAC-Construções, Lda (ponto 2 da proposta 113/2004) de forma a garantir a racionalidade do processo de financiamento das responsabilidades da CML. -----

----- A argumentação da maioria dos membros da Comissão, de que há que estudar alternativas à localização actual, não tem base em informações e ou dados técnicos relevantes. -----

----- Ainda que a solução alternativa claramente mais racional venha a ser encontrada, hipótese que não se nos apresenta credível, tal implicaria o desperdiçar de investimentos, em tempo, expectativas e dinheiro, bem como o adiamento do projecto por um prazo alargado e que ninguém pode prever com segurança. -----

----- Os Cidadãos promotores deste projecto não merecem que se lhes peça para trocar o certo, um projecto pronto a iniciar e a expectativa de estacionamento melhorado até final de 2005, pelo incerto, um “hipotético” novo parque numa “hipotética” nova localização tudo baseado nos “hipotéticos” resultados de um “Estudo global de circulação e estacionamento do Bairro de Alvaiade”. -----

----- (O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM), que não esteve na reunião da Comissão onde o Parecer foi aprovado, subscreveu-o, posteriormente, solidarizando-se com os subscritores do mesmo). -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que também quanto a esta proposta desejava deixar claro que a posição da Câmara Municipal de Lisboa era ir ao encontro da vontade manifestada por muitos moradores. Cada vez mais se punha essa questão no exercício da cidadania, muitas vezes falavam mais os que diziam não do que aqueles que queriam dizer sim. Outro dia ouviram as vozes daqueles que, também moradores, não gostavam deste projecto, e teve ocasião de lembrar logo que seria bom ouvir-se a Associação de Moradores, porque a Associação de Moradores promotora desse parque, em conjunto com a Câmara de então, não foi ali tratada nas intervenções anteriores como tal. Quem foi chamada de Associação de Moradores foi a associação das pessoas que se opunham a este projecto. Sabia que hoje estavam presentes, têm tido contactos vários de moradores ... -----

----- **O Senhor Presidente**, depois de pedir licença para interromper, esclareceu que quem pediu primeiro a audiência à Comissão foi a Associação de Moradores da Zona Oriental do Campo Grande, a seguir foi a Associação promotora do processo a pedir audiência e também já foi recebida. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, retomando o uso da palavra, agradeceu o esclarecimento acrescentando que não punha em dúvida, mas, como estava a dizer, manifestou-se primeiro quem dizia não. Não estava a dizer que tivesse sido recebida primeiro, mas manifestou-se primeiro quem dizia não do que quem dizia sim. -----

----- Disse, depois, que há pouco o Deputado Municipal Miguel Coelho referiu que havia um sítio alternativo que permitiria não eliminar o jardim. Mas o jardim ficaria, seria reposto, árvores substituídas, aliás havia algumas até que deviam mesmo ser substituídas, portanto o jardim seria até requalificado. Agora, o problema que se punha era o mesmo de que há pouco falava o Sr. Presidente da Comissão de Urbanismo. Não precisava de guia, já tinha andado lá por trás, pelas arrecadações, conhecia o espaço que a Câmara tinha lá que era o depósito dos calceteiros, conhecia essas zonas todas. Não estava a dizer que fosse um argumento intransponível, mas depois a distância do tal sítio alternativo para casa seria a mesma que do Largo Frei Heitor Pinto à estátua de Santo António. -----

----- Portanto, voltava a sublinhar o apelo que há pouco fez da congruência nos argumentos dos critérios de decisão. -----

----- Mas pretendia deixar claro que se a obra fosse feita como estava previsto, o jardim continuaria a existir, ficaria até melhor do que existia agora. -----

----- Fazia só uma corrigenda: é que, pela informação que tinha, o que foi dito no final do mandato anterior não foi que era um erro, mas sim que ficava para depois das eleições. Que era melhor ponderar, mas que estava previsto a obra ser feita depois das eleições por causa da polémica então existente. Agora, a obra nunca foi abandonada! E tanto quanto sabia – isso podia ser considerado por alguns despiciendo – havia investimento, esforço financeiro de moradores resultante do seu aforro, das suas poupanças, para esse projecto de construção do parque de estacionamento. -----

----- Julgava também que havia uma solicitação para a Comissão ponderar melhor o assunto, por isso voltava a pedir um prazo célere, que pudesse ser também o mesmo da proposta anterior, ou seja, 15 dias. Aliás, como o Sr. Presidente referira a Associação promotora do parque já foi recebida, havia agora a ponderação para ser feita dos vários argumentos, mais uma vez manifestava a disponibilidade da Câmara para fazer a obra até porque aquela praceta precisava de uma requalificação e aproveitariam a obra para a fazer. Se não houver parque de estacionamento também a fariam, mas já agora juntavam o útil ao agradável. -----

----- Portanto, eram dois casos em relação aos quais desejava fazer uma nota: talvez que ao resultado do primeiro ímpeto soprassem agora ventos de alguma moderação nos dois casos, da Av. da Igreja e da Rua José Lins do Rego, para fazerem aquilo que ia de encontro às necessidades da maioria da população. E iriam fazer de modo bonito e participado por todos em qualquer das duas situações, se viesse a ser essa a decisão. -

----- **O Senhor Presidente**, depois de ler a parte final do Parecer da Comissão, onde se solicitava que a Câmara enviasse, no prazo máximo de 15 dias, elementos que permitissem ajuizar com maior rigor os fundamentos da permuta, comprometendo-se a dar o respectivo Parecer nos 15 dias seguintes à recepção desses documentos, perguntou à Câmara se havia condições para fazer chegar o mais rapidamente possível

os elementos solicitados, para que se pudesse incluir a proposta na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária que começava no próximo dia 27 de Abril. -----

----- Depois perguntou ao Presidente da Comissão se, não havendo outras inscrições, poderiam dar como consensual esta matéria ou se a Comissão entendia que o Parecer deveria ser votado. -----

----- A um aparte do Presidente da Comissão, de todo inaudível por produzido fora do microfone, disse que então se ia passar á votação do Parecer, que tinha anexo, como já foi dito, uma declaração de voto dos Deputados Municipais Pessoa e Costa e Fernando Pinto Trindade, do PSD, e Rui Roque, do CDS-PP, que na Comissão votaram contra o aludido Parecer. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o Parecer, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- **PONTO 7 – AMBIENTE NA CIDADE – PROJECTOS E ALTERAÇÕES EM IMPLEMENTAÇÃO NO PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO E NO PARQUE DA BELA VISTA.** -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o que tinha ficado consensualizado na Conferência de Representantes foi que usavam da palavra os proponentes deste debate, o PCP e o PEV, e depois a Câmara Municipal com a projecção do Power Point. -----

----- Depois lembrou também que duas moções apresentadas na reunião anterior, uma pelo PCP e outra pelo BE, transitaram para este ponto da Ordem de Trabalhos, pelo que também estavam em apreciação para serem votadas no final: -----

MOÇÃO

MOÇÃO NÚMERO SETE

----- “ Considerando que: -----

----- 1. O actual Parque Florestal de Monsanto, com uma área de cerca de 1000 ha, constitui um importante elemento do desenho da estrutura ecológica da Área Metropolitana de Lisboa; -----

----- 2. A protecção de um espaço natural como o de Monsanto, com reconhecido interesse paisagístico e ambiental, contra todas as formas de degradação, nomeadamente perante a forte pressão exercida pelos interesses que não reconhecem na necessidade de manutenção dos equilíbrios ecológicos um limite à desmesurada expansão urbana e construtiva; -----

----- 3. O Parque de Monsanto, resultante da interacção que se pretende harmoniosa entre a actividade humana e a natureza, evidencia acrescido valor estético e natural num contexto urbano/metropolitano de graves conflitos entre usos do solo incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida; -----

----- 4. Os anunciados projectos de implantação, em Monsanto, de diversos equipamentos urbanos e desportivos, como a feira popular ou o hipódromo, resultariam em graves prejuízos para a principal mancha verde da Cidade; -----

----- 5. Devem ser adoptadas medidas que, a nível regional e local, permitam a requalificação e uma gestão flexível e eficaz da área de Monsanto, que garantam a

fixação dos elementos morfológicos estruturantes, a manutenção de uma escala de sobrevivência e diversidade ecológica e a valorização das características de paisagem natural e semi-natural do Parque. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de uma proposta ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente para classificação como Área Protegida do espaço actualmente abrangido pelo Parque Florestal de Monsanto, nos termos previstos pela Lei de Bases do Ambiente e pelo Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSETE** -----

----- “Considerando: -----

----- 1 – Que o Projecto de Requalificação do Parque Mayer está longe de concretização em face da falta de acordo com os seus proprietários; -----

----- 2 – Que, entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa criou compromissos com a Fundação “O Século” e com os Feirantes da Feira Popular, cujo cumprimento não pode estar condicionado à solução dos problemas agora surgidos; -----

----- 3 – Que a Câmara celebrou em 2003/07/22 um Protocolo com a Fundação “O Século” em que se comprometia a garantir uma renda suficiente para custear a obra social desta Instituição, com base na verba que esta recebia da Feira; -----

----- 4 – Que os atrasos do pagamento, por parte da Câmara, das contrapartidas previstas no Protocolo, que atingem já 778.631 euros a que se somam mais 216.684 euros a vencer esta semana, colocam a Fundação “O Século” situação de ruptura de tesouraria, impedindo-a de fazer face às necessidades dos 260 utentes das valências permanentes, das quais 165 são crianças, bem como de pagar os vencimentos dos trabalhadores da obra social e dos trabalhadores em serviço na Feira Popular; -----

----- 5 – Que com o encerramento da Feira Popular a situação dos Feirantes é, igualmente, muito grave já que desta actividade dependem mais de 150 famílias que se encontram actualmente em condições sociais e económicas muito difíceis dado que até hoje a Câmara, apesar dos compromissos assumidos publicamente, também não lhes deu qualquer indemnização ou alternativa para o prosseguimento da sua actividade. -----

----- O Grupo do Partido Comunista Português submete à Assembleia Municipal a seguinte Recomendação: -----

----- Que a Câmara, independentemente das soluções que vierem a ser encontradas para o Projecto de Requalificação do Parque Mayer: -----

----- a) cumpra os compromissos assumidos com a Fundação “O Século”, pagando, de imediato, quer as prestações em atraso quer, pontualmente, as prestações a que esta tem direito; -----

----- b) promova de imediato o diálogo com os Feirantes, por forma a minorar a grave situação em que se encontram, ressarcindo-os dos prejuízos que o encerramento da Feira já provocou.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----
----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----
----- “Este ponto da ordem de trabalhos foi proposto pelo PCP e pelos Verdes tendo em conta a importância de que se revestem e assumem, no momento actual, os problemas levantados com os projectos e acções previstos para o Parque de Monsanto e para o Parque da Bela Vista. Duas estruturas essenciais para o ambiente e a qualidade de vida da cidade e na região. -----
----- Pela extensão e gravidade de que se revestem as medidas preconizadas, pela actual gestão, muitas opiniões e posições contrárias foram expressas, incluindo também, as aprovadas nesta Assembleia. -----
----- O levantamento de um amplo movimento de luta pela defesa do Parque de Monsanto, constituído por organizações do mais variado tipo, representativas de utentes, ecologistas, Juntas e Assembleias de Freguesia, associações de moradores e outras, revela bem o quanta apreensão levantou ou gerou tal processo. -----
----- Também a forma antidemocrática como se tem conduzido este processo, ao melhor estilo desta gestão. A provar esta afirmação estão aí os *outdoors* colocados no local são um bom exemplo da tentativa de apresentar estas medidas como um facto consumado. -----
----- A tese, tal como afirmou o Sr. Presidente à comunicação social é, e cito: “deixar as pessoas falar um bocado, para que depois o produto final seja mais favorável”, a quem? garantindo ao mesmo tempo que ouve as críticas, mas nada mais claro! Falem mas eu já decidi! -----
----- É sintomático que só após a afirmação deste amplo movimento de luta e de inúmeras opiniões de variados campos políticos, expressas na comunicação social, foram ouvidos os representantes deste movimento pelo Presidente da Câmara, que é simultaneamente responsável pelo Pelouro. -----
----- Contrastando com esta postura, o Senhor Presidente, embora diga que não gosta do campo de tiro em Monsanto, com o que estamos de acordo, aceita as pressões que diz ser alvo, para não o desactivar. -----
----- Muitos milhares têm protestado e sentem de facto o perigo, quando estão sujeitos a levar e levam chumbadas, incluindo crianças. -----
----- E que dizer do solo que se contamina de chumbo ano após ano, para que alguns se possam divertir. De facto não faz sentido. -----
----- Esta investida, pretensamente bem intencionada com os slogans de “Monsanto é pura diversão”, “Até que enfim Monsanto é nosso”, “Um Parque Urbano mais vivido”. afirmações estas que merecem uma análise mais profunda: -----
----- Primeiro: -----
----- Tal com afirmou o Arqtº Ribeiro Telles “Este Parque deve constituir um espaço de Recrear - porque recrear é renascer, é lazer (É o ler um livro a ouvir cantar os pássaros) é passeio (a pé ou de bicicleta), é o contacto com a natureza, com a flora e com a fauna, com o descanso, com o seu ritmo.” -----

----- Não com o ritmo acelerado e ansioso da urbe de onde queremos fugir nos tempos livres. Não foi para isso que foi criado este Parque! -----

----- Segundo: -----

----- O Parque Florestal de Monsanto tem um estatuto legal e um conceito original que o 25 de Abril restabeleceu. -----

----- Em 1990, após discussão pública, foi aprovado por todas as forças políticas, o Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto (PORM). Procurando ser uma Unidade Estrutural Ecológica e equilibrada, um equipamento ambiental estratégico para a cidade e a Região. -----

----- Na sua implementação surgiram equipamentos e intervenções ecologicamente compatíveis com o Plano estabelecido, trazendo muitos milhares de visitantes e utentes. -----

----- A ideia de que ninguém vai a Monsanto não passa de um mito. -----

----- É assim claro que o que se pretende é esconder o facto de existir um Plano e um conceito de Parque Natural. Os quais permitiram implementar intervenções de ordenamento e revitalização que devem continuar. -----

----- O que se quer agora é subverter esse processo, mais uma vez, tal como em 1970 e nos anos 87 e 88, o Sr. Presidente da Câmara quer agora alterar, o estatuto de Parque Florestal para Parque Urbano, como vem assumindo publicamente. -----

----- Não há que ter quaisquer dúvidas, o Parque que o Senhor Presidente quer é “um Parque de diversões” com extensas áreas concessionadas e de clubes privados, com entradas pagas, caindo assim por terra o anúncio pomposo de que “O Monsanto é nosso”! de quem e para quem ... pergunto eu. Isto não é lotear o Parque? -----

----- Tem sido afirmado que há um Plano de Reconversão de Monsanto? De que Plano estamos a falar?. Um Plano que trará brevemente ao Monsanto mais de 20 milhões de visitantes anualmente? Quer-se transformar o Monsanto numa urbe? O Monsanto é um pulmão da região e como tal pela sua importância ambiental não deve ser transformado. -----

----- Havendo várias soluções de localização na cidade, e mesmo que não houvesse, para a instalação de um Parque de Diversões, tipo Feira Popular ou para o Hipódromo, porquê optar por Monsanto? -----

----- Quando existem áreas expectantes ou desocupadas, que deste modo, poderiam ser renovadas ou requalificadas. -----

----- É um facto que a pressão dos interesses imobiliários incluindo os actuais terrenos da Feira Popular e do Hipódromo do Campo Grande, conduz a uma desmesurada e descontrolada construção urbanística em desfavor de novos espaços públicos. -----

----- Melhorar sim! Destruir não! -----

----- Para actual maioria na Câmara todos os projectos de eventos, desde que mediáticos o suficiente, apõem-se ao interesse publico e das populações. -----

----- O Ordenamento do Território, o planeamento, o ambiente e a qualidade de vida que são suporte a uma Cidade Sustentável, não podem ser minimizados em favor de interesses privados. -----

----- E quanto ao Parque da Bela Vista, em Marvila, e a realização do Rock in Rio?

----- Não sendo o PCP contrário à realização deste evento, embora noutra local, gostaríamos de saber o que vai a Câmara fazer ao Parque após a sua concretização. ----

----- Vai reconstruir e recuperá-lo consoante o projecto original dando seguimento ao Plano de Estrutura Verde - com o corredor de Cheias, incluindo a renovação da Mata da Madre Deus -Vale Fundão - Olivais - Parque Urbano de Beirolas? -----

----- Vai continuar com o conceito estratégico para a cidade de Parque Periférico, no qual se inserem este e outros planos nomeadamente o Parque do Vale da Ameixoeira, hoje despojado de algumas zonas já urbanizadas, e do Parque Norte, no âmbito do Plano de Urbanização do Lumiar, da execução do Parque do Vale do Forno e do Parque de Carnide e do alargamento do Parque de Alvalade à Quinta do Narigão? ----

----- E o que se está a fazer para complementar este Plano com uma grande intervenção na construção de espaços de pequena e média dimensão. -----

----- E o corredor verde de Monsanto? -----

----- Ficou feito o Jardim Amália Rodrigues e praticamente concluído o Jardim de Campolide, mas, desde há mais de dois anos nada mais foi feito. -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras -----

----- O PCP tem como seus estes e outros projectos para a Cidade, contribuiu para a sua concretização no anterior executivo. -----

----- Porque é que foram parados ou não implementados? -----

----- Nós temos a resposta certa e antecipada! Para a actual maioria que gere a Câmara este não é o seu projecto, o seu é o do imediatismo e do casuísmo ao sabor dos investidores mesmo que não seja do interesse público. -----

----- Mas há planos a serem cumpridos, a começar pelo PDM, enquanto não for revisto! -----

----- E essa é uma bandeira de luta! -----

----- É com a concretização deste Plano e a preservação dos muitos oásis da nossa Lisboa que teremos uma cidade ambientalmente sustentável. -----

----- O Movimento de luta pela defesa de Monsanto e as populações podem continuar a contar com o PCP!” -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que ia limitar-se agora a fundamentar a proposta do debate, reservando-se para, no decurso do mesmo, dizer aquilo que entender sobre o assunto. -----

----- Disse, então, que o que levou o PEV a ser um dos proponentes deste debate foi o facto de, ciclicamente, serem os lisboetas surpreendidos com uma espécie de mais um coelho a sair da cartola, os coelhos já eram muitos e os que se pretendiam para Monsanto eram gordos de mais para passarem despercebidos. É que não eram só os lisboetas que sobre o assunto apenas conheciam as intenções, também a Assembleia Municipal pouco sabia em concreto. -----

----- Portanto, o agendamento deste debate teve, para já, a virtude de dar oportunidade à Câmara Municipal de Lisboa para informar a Assembleia sobre quais os projectos para Monsanto e para o Parque da Bela Vista. -----

----- Contudo, não deixavam de registar que foi necessário agendar este ponto – ou então foi coincidência – para que a Câmara lhes dissesse o que em concreto pretendia fazer do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Por outro lado, este debate tinha também a virtude de se discutirem projectos importantes para a cidade, e permitiria à Câmara inteirar-se sobre o que pensava a Assembleia dos projectos anunciados. Como há bem pouco tempo se referia num conhecido semanário, num artigo aliás brilhante, aquilo de que precisavam era uma gestão autárquica transparente, planeada e participada, e não uma espécie de Pai Natal caprichoso a desembulhar presentes fora de época e que ninguém pediu. -----

----- Seguidamente, conforme o Sr. Presidente havia anunciado no início do debate deste ponto, seguiu-se uma projecção durante cerca de 15 minutos, cujos *slides* foram sendo acompanhados e explicados pelo **Sr. Engº João Tremoceiro**, Director Municipal do Ambiente Urbano, que foi referindo que o Parque de Monsanto ocupa cerca de um oitavo da área da cidade, que numa cidade como Lisboa era de esperar que para cada habitante houvesse cerca de 30 m² de estrutura verde principal, e neste momento tinham cerca de metade, ou seja, entre os 15 e os 18 m² por habitante. -----

----- Em termos de arborização, disse que se estimava que a estrutura verde da cidade tivesse cerca de 645.000 árvores. -----

----- Quanto ao Plano de Ordenamento de Monsanto, disse que foi actualizado em 2001, e tinha como principal objectivo promover a a gestão sustentável do parque, tendo em vista uma oferta alternativa de espaço de recreio informal, desporto de ar livre, temática ambiental e cultural. E era para aí que muitas das intervenções feitas em Monsanto se tinham encaminhado. -----

----- Disse que o Plano de Ordenamento dividia Monsanto em três grandes zonas, (zonas essas que estavam a verde no *slide*) mas se se reparasse nas que estavam a côr laranja elas representavam os hectares do parque que estavam condicionados, quer porque eram áreas militares, quer porque eram áreas fronteiras da auto-estrada, áreas muito perigosas e já comprometidas com outros usos como o Parque de Campismo, portanto áreas que já não eram realmente acessíveis, porque acessíveis à população eram oitocentos e tal hectares. -----

----- Existiam áreas que, embora acessíveis, pelas suas características naturais também não era muito fácil levar para lá população e por ela ser usada de uma forma mais fácil, e existia depois a área que tinha um potencial para atrair mais população para aquele tipo de recreio que foi definido no princípio. -----

----- Portanto, Monsanto estava dividido em três grandes áreas: Monsanto-norte, que se estendia desde o Bairro da Serafina passando pela Mata de São Domingos de Benfica, Calhau, até á zona da Quinta da Fonte, franja que já era bastante utilizada; depois tinham uma área sul que se começou a utilizar na semana passada e que era uma área muito pouco utilizada pela população; e, por fim, tinham uma área que ainda não foi trabalhada mas que tinha potencial para ser mais utilizada pela população, que era a zona poente, isto é, toda aquela zona acima do Bairro da Boavista. -----

----- Existia ainda uma outra zona, mais abaixo junto do Forte do Duque, que também era uma outra área que podia ser valorizada. -----

----- Monsanto, em termos do Plano de Ordenamento, estava dividido em parques recreativos como o Alvito e a Serafina, áreas de recreio informal onde existiam caminhos, algum equipamento e informação às pessoas, mas para um recreio extensivo. E também áreas de conservação onde praticamente não existia nenhum equipamento a não ser alguma sinalização para as pessoas se orientarem, mas que eram áreas mais dedicadas à conservação da natureza que se localizavam nas zonas de mais difícil acesso, e todos esses três usos fundamentais estavam caracterizados. -----

----- Em termos do cenário de utilização do PORM, disse que estes dados já foram confrontados, o Parque está integrado numa associação internacional de parques e têm confrontado esses números com diversos parques de toda a Europa e eram coisas razoáveis. -----

----- O que constava como número potencial de visitantes/ano era um número que tentava mostrar que a principal oferta de Monsanto tinha a ver com o recreio informal e com a conservação da natureza, porque em termos de áreas definidas no plano, 233 hectares eram para recreio informal, 350 hectares eram para conservação da natureza, e várias áreas temáticas que constavam eram, por exemplo, como aquilo que era chamado o parque ecológico, e depois tinham os parques recreativos que chegavam aos 32,7 hectares. Eles tinham essa área para uma estimativa de 800 visitantes por hectare/dia o que, no total, dava mais de nove milhões de utentes por ano. Mas esse era um número que disparava porque a capacidade de resposta desses parques, com restaurantes, ruas pavimentadas e estacionamento próximos era completamente diferente de uma área de recreio informal, onde os 233 hectares para uma estimativa média de gestão sustentável do parque para aqueles usos definidos no princípio, apontavam para uma capacidade de carga de mais 80 pessoas por hectare/dia, o que iria originar, ao longo do ano, cerca de seis milhões de utentes. -----

----- E a mesma coisa se passava com as áreas de conservação da natureza que com 20 utentes por hectare/dia dava mais de dois milhões de utentes. Portanto no total teriam, de uma forma sustentável e distribuídos ao longo dos 365 dias do ano, uma estimativa na ordem dos 20 milhões de utentes. -----

----- Falando de aspectos mais recentes do parque, disse que este ano foi realizada uma intervenção em cerca de 336 hectares, intervenção que teve a ver com a limpeza da vegetação e que causara muito estranheza nalgumas pessoas pelas características da limpeza que foi feita, que incidira, sobretudo, no corte de desinfestantes, seja acácias e, principalmente, pitósporo. -----

----- Muito pontualmente foram abatidos pinheiros mansos com o objectivo de permitir a sua progressiva evolução para um povoamento de carvalhal. As pessoas não podiam olhar, os técnicos não faziam isso com certeza mas deviam explicar que um parque era algo que evoluía, não era algo que estava sempre com a mesma vegetação, sempre com a mesma forma. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto foi plantado na década de quarenta de uma determinada forma, foi infestado de acácia e pitósporo, principalmente de pitósporo de uma forma brutal, o pitósporo estava a tomar conta de grande parte dos povoamentos do parque e tinham povoamentos velhos que não estavam a evoluir para

outro tipo de povoamentos. O pinheiro, que foi introduzido no início, era uma árvore pioneira que tinha como princípio preparar condições para que o carvalho pudesse aparecer, e agora estavam a fazer a substituição do eucaliptal por carvalhos. -----

----- Por exemplo, a Av. Keil do Amaral, do lado esquerdo, tinha um povoamento de eucaliptal e de pinheiro das Canárias que estavam infestados de pitósporo, foram abertos e foram outra vez plantados pinheiros das Canárias. Aliás, Monsanto tinha a maior área de pinheiro das Canárias da Europa continental. -----

----- Por outro lado, na zona de Montes Claros muita gente viu com certeza a remoção do acacial, e tinham outras zonas de pinheiro manso onde o pinhal era de tal maneira denso que não deixava entrar a luz sol e por isso as únicas plantas que nasciam eram o aderno justamente porque era uma planta que aguentava a sombra. -----

----- Portanto, a intervenção que foi feita este ano teria no próximo uma continuação, sobretudo de remoção de pitósporo em 65 hectares, e depois entrar-se-ia numa manutenção regular e mais simples. -----

----- No ano passado fizeram um cálculo de risco de incêndio, que também era um dos aspectos que fundamentava a intervenção da Câmara, tendo em conta aspectos que não podiam alterar como o declive do terreno e a exposição, e também os aspectos que já podiam controlar como o coberto vegetal que lá existia, as características das plantas e a forma como elas podiam arder ou não, e também a forma como existiam, mais densas ou menos densas. E de 2003 para 2004, tendo em conta os mesmos parâmetros, conseguiram uma redução drástica do risco de incêndio. -----

----- Ainda sobre a prevenção de incêndios, referiu que algumas medidas que foram e estavam a ser tomadas tinham a ver com a montagem de um sistema de vigilância, que iria cobrir praticamente o parque todo e assentava em três câmaras: uma na zona das Amoreiras, outra na zona da torre da Portugal Telecom e a terceira na torre dos bombeiros, na Cruz das Oliveiras. Também a instalação de seis depósitos de água, com uma reserva estratégica da água que ficava instalada no parque e que a qualquer momento podia dar apoio evitando deslocações maiores dos auto-tanques em caso de incêndio e, ainda, a reparação e sinalização de 23 quilómetros de pistas florestais. -----

----- Por outro lado, já no ano passado houve um reforço dos meios da guarda florestal, seja com viaturas, moto-quadro, cavalos e bicicletas, como também o reforço com outras forças de segurança que juntamente com a guarda florestal passaram a fazer a vigilância de algumas zonas pontuais do parque, e foi implementado o programa “Jovens em Monsanto”, que em 2004 iria decorrer outra vez, e que era constituído por brigadas de dois escuteiros num total de oito brigadas, que para além da segurança participavam também na informação ao público. Isso para além do reforço que se pretendia fazer este ano da sinalização viária e da sinalização pedestre. -

----- Continuando a comentar os *slides* apontou vários exemplos da reparação das pistas florestais no parque, que para além de permitirem um mais rápido combate aos incêndios podiam ser também uma forma para os utentes do parque, quer de bicicleta, quer a pé, quer a cavalo, melhor usufruírem do parque. -----

----- Quanto às plantações mostrou o faseamento das mesmas até à época de plantações de 2006/2007, acrescentando que o objectivo tinha a ver com a evolução

desejável dum ecossistema como o do Parque Florestal de Monsanto e também aspectos de segurança. Mas, efectivamente, havia necessidade de promover, a curto prazo, uma evolução do ecossistema que suportava o parque. -----

----- Em termos quantitativos disse que existiam mais de 40.000 árvores e 32.655 arbustos, seriam colocadas 74.000 plantas e só este ano já tinham sido colocadas 24.000. Eram árvores e arbustos que estavam a ser colocadas com fertilizantes e com polímeros que permitiam a fixação da água, e neste momento tinham condições para poder regar no verão para que essas plantas pudessem ter algum sucesso. -----

----- Referiu que toda a encosta da A5 foi limpa e plantada em manchas nalgumas zonas, com modos de plantação específicos desenvolvidos para aquelas áreas, que incluíam árvores e arbustos, arbustos que produziam baga e grão para atrair a fauna e valorizar do ponto de vista ecológico o parque. -----

----- Fundamentalmente estavam a substituir pitósporo e acácia e podiam ver (no *slide*) a quantidade de plantas que se estavam a colocar, assim como na Mata de São de Benfica onde removeram pitósporo e acácias, mas sobretudo pitósporo, e a diversidade de plantas que foram colocadas porque já concluíram as plantações. -----

----- Outra das intervenções para criar condições de nidificação para as aves, porque eram depois essas aves que podiam mais facilmente controlar as pragas e as doenças dos próprios povoamentos porque eram aves insectívoras, era a colocação de ninhos. O programa de colocação de ninhos ia continuar para o ano. Já houve a colocação de muitos ninhos como era visível por todo o parque, e neste ano teriam com certeza 2.500 ninhos colocados. -----

----- Falando da dinamização do parque, disse que a acessibilidade estava (no *slide*) mais ou menos esquematizada. Quem ia dos jardins de Campolide encontrava um estacionamento onde podia arrumar o carro e entrar para o Calhau ou para a Serafina de uma forma muito fácil, a pé ou de bicicleta, como quisesse. Para todos os acessos que queriam privilegiar em toda a zona norte de Monsanto, havia um estacionamento de apoio ao público, construído na Mata de São Domingos de Benfica, que permitia que as pessoas deixassem ali os carros e pudessem depois entrar no parque e percorrer os caminhos. Assim como estava pensada e também organizada toda a recepção ao público pela zona sul, pela zona da Alameda das Universidades, pela zona que vai dar à Av. Keil do Amaral, desde Montes Claros até ao Alvito. -----

----- Disse, ainda, que este ano iriam ter dois autocarros, em permanência, gratuitos para a população, para poderem andar no parque e se deslocarem a diversos pólos de interesse. Esses dois autocarros iriam funcionar durante a semana e seriam quatro no fim-de-semana, e combinados com o eléctrico que já no ano passado funcionou na zona sul iriam permitir às pessoas usufruir do parque e transportarem-se a elas próprias juntamente com as bicicletas, se as tiverem, para a outra zona do parque. -----

----- Agora estava-se a trabalhar no sentido de criar a tal rede de vias cicláveis e pedestres que permitissem ligar as diversas zonas do parque. O utente do parque gostava muitas vezes de andar no meio da mata, mas também havia os que, até por uma razão de segurança, gostavam de andar próximo das estradas. -----

----- Portanto, havia um percurso que fazia toda a circular de Monsanto, que permitia que as pessoas andassem de bicicleta e a pé no parque, sem se cruzarem. Já começavam a ter no parque agora os problemas que ele próprio, por exemplo, viu em parques da tal associação a que pertenciam, por exemplo em Barcelona, que era os ciclistas chocarem de frente com aqueles que corriam a pé. Felizmente já tinham nalguns pontos utentes suficientes para causar esses problemas, mas era um problema para resolver, era preciso criar pistas separadas para os dois tipos de utentes. -----

----- Quanto aos pólos de oferta, disse que no ano passado verificara-se que a alguma da oferta que existia faltava-lhe dimensão, escala para o parque, dentro das características específicas da oferta do parque, mas faltava-lhe escala, e, portanto, este ano apostaram em quatro grandes pólos de oferta. Além disso, existiriam eventos pontuais, feiras na zona da Av. Keil do Amaral como já existiram no ano passado mas com uma melhor organização, em que estariam também envolvidos Departamentos da Câmara, assim como espectáculos musicais no anfiteatro Keil do Amaral. -----

----- Sobre a localização desses pólos, disse que três se situavam na zona sul, um em Montes Claros que tinha a ver com o “Cavalo na Aventura”, outro na zona do Moinho do Penedo que tinha a ver com o desporto um bocadinho mais formalizado, e outro ainda na Av. Keil do Amaral que tinha a ver com tudo o que era patins em linha, enquanto que na zona norte iriam ter um novo núcleo numa zona a que chamavam o Parque da Pedra e tinha a ver com o desporto aventura, junto da Pedreira da Serafina, que estava certo iria ser uma grande descoberta dos lisboetas este ano. E a ligar esses dois núcleos existiriam então os tais autocarros e o conjunto de vias cicláveis e pedestres, que este ano iriam estar melhor sinalizadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que aquilo que acabaram de ver e ouvir, que dizia fundamentalmente respeito a acções programadas e levadas a cabo neste mandato, era suficientemente elucidativo, falava por si. Não iria dizer que era esmagador, mas era esclarecedor do trabalho que estava a ser feito em Monsanto. -----

----- Disse, depois, que não foram referidos na exposição do Sr. Engº Tremeceiro outros aspectos que naturalmente teria de ser ele a expor, mas que gostava de sublinhar. -----

----- Por exemplo, alguns aspectos do trabalho de segurança que foram referidos foram desenvolvidos ao abrigo de um plano de emergência para Monsanto, que determinou que fosse feito logo no início do mandato, e que mobilizou a participação da generalidade das forças da protecção civil. Pretendia sublinhar que tudo o que estava a dizer não invalidava que reconhecesse que trabalho tinha sido feito anteriormente, porque não gostava de utilizar Monsanto como arma de arremesso político. Tinham lá a zona da Serafina e várias áreas de intervenção, a obra que estava prevista e que foi concluída já no actual mandato para o parque infantil do Alvito, tinham intervenções várias, zonas científicas, de exposição, de investigação até para as escolas, que foram acções bem feitas. Portanto, não pretendia com o que dizia minimizar o trabalho que foi feito antes. -----

----- Mas desejava também ter, se lhe permitiam, a contrapartida! Não querendo fazer nenhuma espécie de contrato, gostava de ter o reconhecimento que havia muito feito, por exemplo, no plano da segurança em Monsanto, do qual neste momento podia falar porque derivava do mero censo comum. A inexistência de uma reserva estratégica de água enquanto não havia o devido sistema que permitisse o afluxo da rede a Monsanto em caso de acidente, que se dispensava de dizer quais, era uma falha incompreensível ao longo de décadas! Não era do mandato A, B ou C, era de décadas! Portanto, era uma reserva estratégica de água que tinha que existir sempre. -----

----- A afectação, a colocação no quartel de bombeiros dos carros de intervenção adequados àquele espaço e não outros que lá estavam previstos para qualquer tipo de acontecimento urbano dessa natureza, suscitara também uma intervenção ao abrigo desse plano de emergência. A vigilância 24 horas por dia nos postos de vigia que foram referidos, os locais que pediu para sublinhar, que estavam feitos e estavam na fotografia, foram feitos agora. Era uma falha do senso comum não haver em todos aqueles caminhos locais para os carros dos bombeiros fazerem inversão do sentido de marcha, como não haver identificação dos caminhos e a devida sinalização para que uma pessoa que eventualmente tivesse um acidente quisesse avisar e não soubesse dizer onde estava ao certo -----

----- Portanto, todo esse trabalho foi elaborado ao pormenor no primeiro ano deste mandato, com a participação das forças da Protecção Civil e com os serviços chamados “Os Verdes da Câmara” que tinham um trabalho que sempre era bom realçar. -----

----- Ainda bem que o Executivo disponibilizava verbas para fazer a limpeza que ali foi referida, mas o que lhe foi dito pelo Eng^o João Tremoceiro, Director Municipal do Ambiente Urbano, foi que o mais importante era a manutenção! Não era só fazerem este ano a limpeza que era preciso fazer há muito tempo, nalgumas áreas, mas sim que esse trabalho fosse feito todos os anos com regularidade para que, tanto quanto possível, não voltassem a crescer as silvas, os matagais e os infestantes e fosse controlado o aparecimento dessas espécies. -----

----- Por conseguinte, desejava dizer que tal como reconhecia, e nem sequer como político mas como lisboeta, que desde há muitos anos Monsanto era muito bonito, que obras várias bonitas lá foram feitas e que muitos dos presentes, pelas mãos de seus pais, lá foram ao tal avião, ao tal eléctrico de que agora se ouvia falar no Parque do Alvito, tal como muitos agora lá levavam os filhos ao Jardim do Índio, da Serafina, ou do Alvito, nas festas de ano das suas escolas ou dos seus amigos. Portanto, havia obra bonita feita em Monsanto! As espécies zoológicas que lá estavam, aquelas aves a serem estudadas naquele centro de estudo, havia obra bonita! No Parque do Calhau várias intervenções que estavam feitas e das quais, como lisboetas, se deveriam orgulhar. -----

----- Agora, havia e há muito trabalho para fazer. Enquanto houvesse mundo haveria sempre trabalho para fazer, mas este, diria, era quase básico. -----

----- Como pensava também que seria uma contrapartida básica reconhecer que o amor a Monsanto exigia que se erradicasse a prostituição de lá para que o parque

pudesse ser melhor vivido. Ouviram ali falar em “carga”, que era um termo que não gostava, mas sim a afluência que Monsanto suportava, onde se admitia um número de 20 milhões de pessoas/ano para os diferentes tipos de espaços, e se passarem dos dois milhões para quatro vezes mais em quatro anos com certeza ficariam felizes. -----

----- Quanto ao que referiu o Deputado Municipal Joaquim Cunha que Monsanto era para os clubes privados, disse que o que se via lá era que havia espaços que tinham uma frequência de 50.000 pessoas por ano, mas gostava que fossem por ano mais cerca de 6 milhões de ricos de clubes privados em Monsanto. Pessoas ricas de espírito e de formação! É que não as havia! -----

----- Aliás, o PCP conhecia bem a política de formação no desporto de países da antiga Europa de Leste, onde havia aspectos muito bem sucedidos dessa política de massas na formação desportiva, e conseqüentemente deveria ser o primeiro a reconhecer o que se passava em Monsanto hoje em dia. Alguns, que conseguiam ter a iluminação de compreenderem a importância da prática desportiva em Monsanto iam para Monsanto apesar do que lá havia, insegurança e prostituição, e agora não estava de acesso generalizado à população? Eram uns tantos, mais afeitos ao desporto, mais esclarecidos nessa perspectiva. De resto, um dos membros da Associação de Amigos de Monsanto outro dia numa reunião onde foi para bater o pé contra a Sociedade Hípica e outras coisas, disse: “Sr. Presidente, vou dar uma boa notícia. Eu antes ia às 8 horas da manhã sozinho fazer os meus exercícios, hoje em dia já vai uma boa comitiva desde que foram tomadas estas medidas de reforço de limpeza e de segurança”. Portanto, eram poucos mas a Câmara queria que fossem muitos usar Monsanto. -----

----- Disse que leu, no passado fim-de-semana, uma notícia na comunicação social que dizia: “Monsanto loteado” e que acrescentava: “agora vai a Sociedade Hípica, fala-se também num parque de diversões, depois houve terreno para os Jardins de Santo António que era uma urbanização ao lado do Aquaparque, foi para a universidade”. Enfim, outras questões, em Caselas nomeadamente, mas que não tinham a ver com decisões da actual Câmara. -----

----- E quando o Deputado Municipal do PEV dizia: “ainda bem, foi preciso este movimento para ser agendado na Assembleia um debate sobre Monsanto”, sendo certo que já várias vezes ali falaram de Monsanto, perguntava se já alguma vez foi feito algum debate quando a Monsanto foram subtraídas parcelas de território para essas finalidades, em mandatos anteriores. Foram suscitados debates na Assembleia Municipal? Foram feitos debates sobre a importância do parque? -----

----- Ficava contente por serem feitos debates sobre o Parque de Monsanto, que a Câmara queria que fosse florestal e urbano, era esse o seu estatuto. Nem só florestal e muito menos só urbano! -----

----- Portanto, esse parque, enriquecido, era um parque não para clubes privados mas para acessos da população. Em vez do Monsanto do egoísmo que tivessem o Monsanto da partilha generalizada pelos cidadãos. -----

----- Mas, a propósito de clubes privados e de tempos anteriores, permitia-se ler a seguinte passagem: “A dimensão, qualidade e beleza das instalações onde os sócios

investiram mais de 300.000 contos, constituem um importante atributo do Parque de Monsanto que importa preservar e melhorar”. Essas instalações eram as do Clube Português de Tiro, e o que acabou de ler, com data de 27 de Outubro de 1994, em pleno tempo da anterior coligação que era entusiasticamente apoiada pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, estava assinado por um antecessor seu. Esse clube privado, aprovado pela Assembleia Municipal e como tal assumido o protocolo pelo Município, dizia esse seu antecessor que a beleza daquelas instalações, daquele espaço, daquelas obras, daquela prática do tiro, importava preservar e valorizar para enriquecer Monsanto. -----

----- Portanto, não era esta Câmara que trabalhava para os clubes privados! -----

----- A um aparte em que alguém disse que não tinha nada a ver com isso, respondeu que o Deputado Municipal Joaquim Cunha não estava em Lisboa, vivia na Austrália, não era do partido que apoiava a coligação, nunca tinha ouvido falar do Dr. Jorge Sampaio, nem fazia ideia nenhuma do que foi feito nessa altura. Agora era pena que não fizesse ideia do que se passou! Também tinha vários amigos que eram sócios do Clube Português de Tiro, só que a sua posição não tinha a ver com os seus amigos. ----

----- Já no início deste mandato o Vereador Pedro Pinto teve ocasião de dizer o que pensava o Executivo sobre o facto de estar em Monsanto esse clube, que tinha sem dúvida umas instalações muito bonitas, mas, pessoalmente, nunca faria um protocolo desses, com o devido respeito ao Dr. Jorge Sampaio. E não fazia porque não considerava que fosse o mais importante para Monsanto. O mais importante para Monsanto era tratar da segurança, da limpeza, fazer a plantação de dezenas de milhar de árvores, seriam 70.000 até 2004 e só este ano já se plantaram 14.000. Isso era cuidar de Monsanto! -----

----- Mas, factos eram factos, e em 1994 isso foi assinado para Monsanto. Nos anos anteriores foi subtraído território a Monsanto, mas a actual Câmara não iria subtrair nenhum território a Monsanto e queria quanto a isso deixar completamente descansados os Senhores Deputados Municipais. -----

----- Por exemplo, a cedência do campo de treinos para o Direito, com certeza um clube importante, mas não foi isso uma prática reiterada? Houve debate na altura? Esse espaço tinha um café, uma esplanada, era bonito, sem dúvida, mas para o Direito em pleno Parque Florestal de Monsanto! E ninguém falou?! Já nem falava no CIF! ----

----- Se lhe perguntassem a opinião diria que estava de acordo com essa cedência. Apesar de ter sido feita por outros, estava de acordo. Fizeram bem o Eng^o Abecasis, o Dr. Jorge Sampaio e o Dr. João Soares em terem feito essa cedência para a prática do desporto ao ar livre. Não ficou mal, foi uma decisão compreensível porque o parque deveria ser vivido e comportar mais vivência. -----

----- Por isso, permitia-se sugerir que tornassem Monsanto um instrumento de concórdia. Não gostava de ouvir, por exemplo, o Deputado Municipal Joaquim Cunha dizer: “olhe, está aqui esta minha ideia, gostava de ouvir o debate e depois dizer que já decidi.” Porque, se fosse justo, teria de reconhecer que já houve pontos importantes da gestão da cidade em que depois de terem ouvido o debate, nomeadamente o

Presidente da Câmara, tomaram decisões no sentido de irem ao encontro de um consenso tão alargado quanto possível. -----

----- Sobre a sucata do Alvito disse que ainda tinham lá uns bons problemas. Tinha lido, há dias, as declarações do Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara sobre o apoio ao projecto “Plano de Desenvolvimento da Encosta da Tapada” mas tinham ali ainda algumas questões. Já saíram alguns depósitos de sucata, mas do lado esquerdo, para quem subia, ainda tinham alguns problemas. Como tinham ali também as instalações de Agronomia com umas utilizações que eram louváveis, com alguns campos de rãguebi construídos ali para a prática desportiva que era aquilo que fundamentalmente se pretendia. -----

----- Acerca da Sociedade Hípica disse que houve um semanário que este fim-de-semana noticiou que o investimento orçava os 3,2 milhões de contos, e o Deputado Municipal Joaquim Cunha referiu que era para dar lugar a interesses imobiliários. Interesses imobiliários ali onde estava o *Jockey* eram da Universidade de Lisboa que queria construir residências para estudantes, portanto sair de lá a Sociedade Hípica, mas com certeza ninguém se atreveria a desmenti-lo se dissesse que os seus três últimos antecessores tiveram a mesma intenção. E se tiveram a mesma intenção, das duas uma: ou agora havia humildade democrática para dizer que ele estava errado e estavam os que o antecederam, ou então se estavam certos também ele estava certo. ---

----- Já ontem tinha dito e repetia: “não se podia dizer que não havia túneis em Lisboa, mas este agora não podia ser porque era ‘dele’; os casinos estavam abertos em todo o País, mas o casino de Lisboa era perigoso porque eram ‘eles’ que o queriam abrir; já havia torres em Lisboa, mas agora mais torres não porque eram de outro tempo”. Quer dizer, os outros Presidentes de Câmara queriam levar o *Jockey* para Monsanto e a ideia era boa, mas agora, como era “deles”, não podia ser! Não podiam continuar nisso, se não o debate democrático estava viciado. A intenção era ou não era louvável? Quanto a si era, e não era por a ideia ser de outros que deixava de dizer isso. E não era para construção especulativa mas sim para a Universidade de Lisboa tomar conta daqueles terrenos! Isso seria especulação? -----

----- Sobre a Feira Popular, disse que se os Deputados Municipais o conseguissem convencer que ela – que era uma das hipóteses para a instalação da sede de novos Ministérios mas que neste momento podia dizer já que não seria pretendida pelo Governo para essa finalidade – não fazia sentido ali, urbanisticamente tal como o plano previa, com uma construção equilibrada entre espaço público, habitação e escritórios, pessoalmente entendia que fazia sentido como remate da Av. da República. Podiam debater, e levaria a reunião de Câmara publicamente, como fazia sempre, as propostas e projectos que para ali existissem, que, provavelmente, até deviam ser logo a base da hasta pública dos terrenos se ela viesse a existir. -----

----- Portanto, em relação a Monsanto desejava tranquilizar completamente, e aproveitava para informar a Assembleia que teve ocasião de falar com os seus colegas de Loures e de Oeiras sobre a possibilidade da Feira Popular que existia em Entrecampos ir para os respectivos concelhos, e a resposta que deram foi que agradeciam mas não estavam interessados. Isto só para confirmar a ideia de todos, ou

quase todos, que tal como estava a Feira Popular não podia continuar. A Presidente da Câmara de Oeiras e o Presidente da Câmara de Loures disseram que não, aquilo que estava em Entrecampos não queriam, portanto estavam de consciência tranquila porque os concelhos vizinhos tinham exactamente a mesma opinião da Câmara de Lisboa. -----

----- Por isso, teriam que se encontrar uma nova solução para um parque de diversões adequado ao tempo moderno. No Alvito estava a ser desenvolvido um projecto com a participação, fundamentalmente, desses serviços que o iam desenvolver, adaptando a empreitada existente, em que seriam instaladas diversões, um bar, um restaurante, tudo adaptado ao parque florestal. Por exemplo, a “casa assombrada” em vez de ter fantasmas, em vez de ter uma múmia deitada numa cama ou fosse o que fosse, teria um urso a sair da toca, ou um mocho a viajar para assustar alguém, ou um lobo a aparecer pelo meio da floresta, portanto seria um parque de diversões adaptado ao sítio. A “montanha russa”, ela própria baixa, teria uma circulação talvez chapinhando um pouco em água pelo meio das árvores, com um percurso que fizesse viver o parque. Não seria uma feira de outro tempo, mas sim um parque de diversões que fizesse mais felizes as crianças e as famílias que iam ao Parque do Alvito e ali tivessem mais entretenimentos ao lado. Era isso que estava previsto, era isso que estava a ser desenhado e que seria presente à Assembleia quando estivesse pronto. ----

----- E promoveram este debate, mesmo sabendo que iam levar tareia, porque, como diz o povo, do debate nasce a luz. Por exemplo, em relação à Sociedade Hípica as associações de ambientalistas disseram que tomasse atenção porque a implementação desse projecto podia implicar o abate de 171 árvores, ao que respondeu que isso não implicaria de certeza, que iriam reconferir! Se os serviços referirem algumas, até pelas necessidades referidas devem ser replantadas, mas não havia abate de árvores como não havia abate de território coberto de vegetal para dar espaço de utilização fosse a quem fosse. Monsanto não perderia área coberta de vegetal com esta Câmara, a não ser pelas boas razões ambientais! -----

----- Portanto, gostava que tudo isso ficasse muito claro para que a comunidade, toda ela, ficasse tranquila. Porque quando o Deputado Municipal Joaquim Cunha dizia: “gosta que fique pior e depois apareceu um produto melhor”, às vezes não se importava muito, confessava! Adorava que as pessoas fossem lá depois, vissem o produto final e dissessem: “que maravilha, afinal diziam que isto era mau e isto está bom”. Mas achava que não valia a pena assustar as pessoas, era como os disparates que se têm dito sobre o túnel! Portanto, não valia a pena que ficassem assustados porque ninguém ia fazer mal a Monsanto! -----

----- Ainda sobre a Sociedade Hípica, disse que estava no plano de 1991 a instalação do Clube Hípico. Estava lá! Poder-se-ia dizer que não era um hipódromo, mas chamassem-lhe hipódromo, *jockey*, ou sociedade hípica, porque iria haver um sítio para saltar a cavalo, um sítio a que o povo teria acesso livre e aulas para praticar. Não ia dizer o mesmo que disse o Dr. Jorge Sampaio do golfe, com o que estava de acordo também, “democratizar desportos que são bons e que só alguns podem fazer”. E neste momento em Monsanto, com monitores e os guardas florestais, já estavam a ensinar

crianças a andar a cavalo. O Marechal Spínola, elementos da GNR, uma duquesa ou fosse quem fosse passeavam-se de cavalo em Monsanto e o povo não podia, mas não era essa a sua concepção. A sua concepção era a de um Parque de Monsanto vivido, com o devido limite, como acontecia nas cidades europeias que tinham essa riqueza. --

----- Continuando a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que leu uma reportagem num jornal, no passado fim-de-semana, a propósito das obras do Jardim do Campo Grande, em que várias pessoas foram interrogadas e a preocupação era para onde iam os barcos. Enfim, chegaram ao delírio porque o Jardim do Campo Grande precisava de obras como de pão para a boca! De facto, a ideia da Câmara era aumentar o espelho de água e melhorar o talude sobre esse mesmo espelho de água para as pessoas puderem até estar mais na relva, junto da água. Mas não deviam ficar preocupados com o que não merecia preocupação. -----

----- Voltando a referir-se à Sociedade Hípica, disse que só seria feito o investimento se o projecto fosse para diante e se fossem os privados a financiá-lo na sequência dos acordos que a Reitoria fizesse para os terrenos que vierem a ficar libertos. A Câmara não iria pagar nem pouco mais ou menos essa verba para a construção de um hipódromo. Portanto, aquela notícia mais uma vez não correspondia à realidade. E o Sr. Reitor Barata Moura tal como o pró-Reitor, que várias vezes têm reunido com o seu Chefe de Gabinete, sabiam, eram testemunhas disto que estava a dizer: não havia nenhum projecto que não tivesse a devida contrapartida financeira, quer para a Universidade, quer para a Câmara. -----

----- Por conseguinte, considerando totalmente legítimas todas as preocupações, tinham que reconhecer o seguinte. Monsanto agora até fechava aos fins-de-semana, não tinha lá prostituição, estava limpo, estavam a plantar árvores, a Quercus esteve no lançamento, não iria nenhuma Feira Popular de fumos ou fosse o que fosse para Monsanto, mas sim diversões como já lá havia outras que eram boas e bonitas, portanto estavam a trabalhar para melhorar Monsanto. -----

----- Sobre o Parque da Bela Vista, disse que o Deputado Municipal do PCP que interveio sobre a matéria referiu que estavam de acordo mas não ali e agora; não eram contra o Rock in Rio mas não concordavam que fosse ali. De facto, também não era um sítio que o entusiasmasse, desde o princípio. Agora, já que era ali, tinham obrigação de pôr o Parque da Bela Vista tal qual como ele é, mas não era fácil. Porque quando se dizia que podia ser noutra sítio, perguntava onde! Monsanto? Era pior! Mas andaram e pediram para serem estudados vários sítios. Aquilo ia levar tanta gente que isso naturalmente os preocupava. A Câmara já lá tinha investido algum dinheiro e tinha que ser muito cuidadosa com a reposição daquele parque, que era tão bonito naquela zona da cidade. -----

----- Por isso, desejava dizer aos Deputados Municipais, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, que Monsanto não iria ser objecto de nenhuma malfeitoria, só benfeitorias. Portanto era bom que todos se revissem no trabalho que iria ser feito em Monsanto, em vez de contribuírem para alarme, porque não foi por causa de qualquer associação gritar que a Câmara começara este trabalho há dois anos e o continuara a

partir daí. É que nenhuma associação tinha falado. Nenhuma! Faziam isso do coração, genuinamente, por amor à causa. -----

----- Portanto, seria bom que colaborassem todos porque, se não, era a história do pastor e do lobo. É que às vezes gritava-se tanto, tanto, tanto, e depois as pessoas iam lá e viam que, afinal, o parque estava mais limpo, estava mais bonito, tinha mais gente a correr, era mais vivido, mais ordenado, não tinha prostituição, tinha mais divertimentos, as crianças sorriam mais, as famílias tinham mais que fazer, havia menos carros, mais transportes públicos, mais navetes. E mais ninhos, até isso! Até esquilos têm pedidos mas explicaram-lhe que ali tinham algumas particularidades. Tinham a Alameda Keil do Amaral, tinham o *blus*, tinham o *rock*, tinham vários fados, o castiço e o tradicional. -----

----- Monsanto não iria ter mal nenhum, mas ficava honrado por a Assembleia Municipal tomar a iniciativa de debater os espaços verdes, nobres e ricos, da cidade. E esperava que os Deputados Municipais ficassem com a garantia de que se estava a fazer bem a Monsanto, porque, ao fim e ao cabo, estavam todos a fazer bem a Monsanto, nomeadamente com a iniciativa deste debate. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, começou por se congratular pelo facto da Assembleia Municipal ter tomado a iniciativa de agendar esta matéria para debate, pois por iniciativa da Câmara estava convicto que nunca a discutiriam. E estava convicto porque a lei conferia que os cidadãos pudessem pedir documentação, ele próprio a pedira como cidadão mas o Sr. Presidente da Câmara nem lhe respondera e tinha 10 dias para o fazer. Mas, como não lhe respondera, escreveu para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que funciona na Assembleia da República com um juiz conselheiro a presidir, não sabia se a Câmara já teria recebido comunicação dessa entidade para lhe entregar a documentação porque tinha 20 dias para o fazer. -----

----- Por conseguinte, estava convencido que era a contra-gosto que o Sr. Presidente da Câmara estava ali. E o Sr. Presidente da Câmara, de facto, por mais que falasse não convencia ninguém. Por exemplo, não convencia os jornalistas e por isso se lia em quatro páginas do Expresso que se referiam a Monsanto: “Golpes no pulmão”, e o mesmo semanário também referia, e não era a mesma jornalista, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara já falou que era “Monsanto vendido a retalho”. -----

----- Mas Monsanto estava na preocupação da esquerda há muitos anos. E tanto estava que o Engº Rui Godinho mandara para as Juntas de Freguesia – a sua recebeu isso – documentação sobre Monsanto, dizendo, nomeadamente, a área, o que lá estava plantado, que animais lá havia, aves, enfim, tudo! Depois tinha também referências aos parques do Alvito, da Serafina, do Calhau, do Fundão, de Alvalade e da Madre de Deus. -----

----- Acrescentou que o Engº Rui Godinho era o Vereador responsável pelo Ambiente e Espaços Verdes tendo depois sido substituído pelo Vereador Manuel Figueiredo e, como era sabido, apesar de estarem em coligação havia distinções entre o PCP e os seus parceiros de coligação, o PS. Por exemplo, na questão do Aquaparque houve um grande problema e então começou a haver uma rota de colisão entre o Engº Rui

Godinho e o Presidente da Câmara, e depois também com o Provedor do Ambiente. Ele próprio era então Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, a Comissão foi visitar o Aquaparque e na altura viram a Villa Restelo, onde já estavam as árvores cortadas, e a Comissão tomou posição contra. -----

----- E, de facto, Monsanto foi muito mal tratado, quer pelo Estado, quer pela Câmara, mas não era de agora, era de há muitos anos. Por isso puseram lá a tropa, a Penitenciária, o hospital, o Aquaparque, uma série de coisas. -----

----- Agora, na zona no Alvito, na entrada de Monsanto, o Arqtº Miguel Correia trabalhava para uma empresa, a Encosta da Tapada S.A., que tinha um mega-emprego previsto para essa área, com 1.300 fogos, sendo que esse arquitecto era, até há bem pouco tempo porque o Sr. Presidente da Câmara não lhe renovou o contrato, o coordenador do PDM da Cidade de Lisboa. Não sabia o que fez o Arqtº Miguel Correia enquanto colaborara com a Câmara, mas de certeza teria feito um fato à medida deixando os ovos postos nos ninhos antes de se ir embora. Com certeza absoluta! Por isso, teriam que ter cuidado porque com o próximo PDM era natural que começassem a nascer pintos onde não queriam. -----

----- Ainda sobre esta questão, disse que ela se situava dentro do plano de pormenor do Alvito, e o Sr. Presidente da Câmara, há pouco, referira-se a uma coisa que ele tinha dito sobre o alargamento da área desportiva do Atlético. De facto, ainda no tempo em que era Vice-Presidente da Câmara o Sr. Prof. Carmona Rodrigues, estavam em discussão pública os termos de referência do plano do Alvito e a sua Junta, por escrito, pôs isso que a Lusa agora repescara transcrevendo o que ele então havia dito. -----

----- Mas o certo era que agora iam ser feitos 1.300 fogos num local que tanto preocupava o Sr. Presidente da Câmara. Também ficou um pouco satisfeito por ver retirados dali os sucateiros, mas não estava de todo satisfeito porque o Sr. Presidente da Câmara só mandou limpar onde iria ser feito o empreendimento, quando, de facto, havia mais sucateiros no Alvito como do outro lado de Monsanto também havia, mas continuavam impunemente. -----

----- Disse que citava este caso porque a empresa dona do terreno fazia demolições sem chegar a acordo com quem lá estava, deixando ali uma situação inacreditável. Ainda ontem lá estive com uma televisão, o homem que filmava era do Leste europeu mas falava bem português e dizia-lhe que só tinha visto coisas do género em zonas bombardeadas, ao que respondeu que, infelizmente, a Câmara estava a bombardear a sua freguesia naquela zona, tinha os canhões apontados para ali. -----

----- A um aparte respondeu que o Sr. Presidente da Câmara gostava muito da Vila Teixeira, mas desejava dizer-lhe que a Vila Teixeira estava classificada para preservar e não para a deitar abaixo. -----

----- Continuando, disse que no fundamental estavam de acordo com aquilo que lhes foi apresentado pelo Engº João Tremoceiro. Quanto a isso havia unanimidade! Um plano de emergência para Monsanto, mais água, mais polícia, mais guardas florestais, mais motas-quatro, cavalos. Etc. Helicópteros a Câmara ainda não tinha mas se o Sr. Presidente da Câmara comprou um quando estava na Câmara da Figueira da Foz

podia comprar também um para Monsanto para vigiar. Estavam de acordo com isso tudo! -----

----- A um novo aparte, respondeu que vinha no Jornal de Notícias de hoje, se era mentira não sabia, mas, de facto, estava lá. -----

----- Estavam também a favor da erradicação da prostituição. Tudo o que significasse mais segurança para o parque estavam totalmente de acordo, mas não estavam de acordo com o que se pretendia para o parque. -----

----- Disse, ainda, que, como se recordavam, a última reunião da Assembleia foi atribulada e nessa reunião a Plataforma por Monsanto tinha previsto fazer uma intervenção mas não pôde fazê-lo, pelo que uma vez que teve acesso ao documento que essa organização distribuiu a todas as bancadas ia lê-lo porque, de certa maneira, o que ia dizer estava nele reflectido. -----

----- Esse documento, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizia: -----

----- “O Parque Florestal do Monsanto é o pulmão verde de Lisboa. Isto é um facto incontestável. As condições ambientais a nível mundial estão a deteriorar-se, isto também é um facto constatado por todos. -----

----- Faz portanto tudo o sentido reflectirmos sobre como preservar e se possível ampliar o Parque Florestal cuja contribuição para a qualidade do ar que respiramos e para a nossa qualidade de vida é cada vez mais indispensável. A sua presença possibilita a milhares de cidadãos de todas as idades contactarem com a natureza perto de suas casas e escolas. É um espaço único com estas características de extrema importância para a educação ambiental. -----

----- Alguns projectos desenvolvidos pelos anteriores executivos camarários como a construção do Espaço Monsanto, Parque da Serafina, do Parque do Calhau, das ciclovias, dos percursos pedestres e a renovação do Parque do Alvito (concluída e inaugurada já neste mandato) entre outros são extremamente positivos. E já neste executivo iniciativas como o encerramento de certas vias ao trânsito, o plano de emergência para Monsanto, limpeza e reflorestação da mata e o reforço da segurança e o afastamento da prostituição. -----

----- Em contrapartida temos infelizmente exemplos de grande agressão no Parque como é o Campo de Tiro, que polui os solos, os cursos de água e provoca poluição sonora com a aprovação de todos os executivos camarários nos últimos anos. -----

----- O próprio Presidente da Câmara de Lisboa já reconheceu publicamente que a existência do Campo de Tiro é incompatível com as actividades desenvolvidas em Monsanto e com a sua filosofia. É urgente retirar o Campo de Tiro do Monsanto e efectuar uma limpeza profunda nesses 20ha. É urgente haver a coragem política de enfrentar o *lobby* do Campo de Tiro que até hoje não houve. -----

----- Também já tentaram após o desastrosos projecto Aquaparque, transferir a Feira Popular para o mesmo espaço, o que apenas foi impedido através da acção da Associação de Moradores e Amigos de São Francisco Xavier. -----

----- Não vou mencionar todas as tentativas que houve no decorrer dos últimos anos de construir, privatizar e lotear partes e “franjas” do Monsanto. Todos sabemos do que

se trata e é vergonhoso. Basta referir que o Parque Florestal Monsanto tinha cerca de 900ha dos quais agora só restam cerca de 600ha. -----

----- Surgem agora com o novo executivo presidido pelo Exmo. Sr. Dr. Santana Lopes novas propostas de privatização e loteamento do Parque Florestal do Monsanto, nomeadamente através da instalação e transferência de equipamentos como o Hipódromo e da Feira Popular. Podem dizer o que quiserem e fazerem os projectos a aguarela, mas não deixam de ser duas infra-estruturas pesadas que requerem estacionamento, acessos, infra-estruturas de saneamento básico, eléctrico, etc. É absolutamente impossível transferir este tipo de equipamentos sem agredir fortemente o Parque Florestal. Quem diz o contrário ou está de má fé ou fala por desconhecimento. A área prevista para a instalação do Hipódromo é de 17ha, correspondente a 17 campos de Futebol, numa encosta densamente arborizada que terá de sofrer grandes terraplanagens e transformações, consequência directa de uma terraplanagem é o abate de árvores. As áreas previstas para a instalação da Feira Popular, tem como consequência a destruição e privatização de parte do Parque do Alvito e no caso do segundo pólo vir a ser construído a destruição e privatização de um parque tão importante como o do Calhau. Estes espaços que hoje são públicos irão transformar-se em espaços privados. -----

----- Mas isto é apenas um dos aspectos, o outro é que de facto, e por muito que custe aos interesses imobiliários e outros, o Parque Florestal é público e pertence aos cidadãos. Não está em saldo, nem pode ser visto como uma alternativa economicamente interessante para a construção e instalação de equipamentos privados. -----

----- Os únicos projectos que fazem sentido para Monsanto são os da educação ambiental, da promoção de desportos não motorizados, não poluentes e que enriqueçam a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto não pode ser objecto de loteamento de qualquer tipo, se o fizerem correm o grave risco de um dia acordarem sem Monsanto, sem Árvores e sem alternativas ao betão. -----

----- A transferência da Feira Popular e do Hipódromo não é responsabilidade dos cidadãos, embora estes percebam que a solução Monsanto seja economicamente mais vantajosa para todos os interessados, excepto os utilizadores. A Câmara Municipal de Lisboa terá que procurar outras soluções. -----

----- Lisboa tem o privilégio de ter no seu coração um Parque Florestal que não pode de forma alguma ser transformado num parque urbano. -----

----- Lisboa precisa de um ou mais Parques Urbanos não para substituir o Parque Florestal mas para co-existir numa cidade que já merece uma abordagem mais cuidada e virada para um futuro saudável e com um desenvolvimento sustentado. -----

----- Os cidadãos de Lisboa não estão a dormir e não vão deixar que estes e outros projectos negativos se realizem no Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Apelamos ao bom senso de quem gere o nosso município e ao apoio de todos os representantes dos munícipes para a defesa do Parque Florestal de Monsanto.” -----

----- Finda a leitura do documento, referiu que no dia 1 de Abril houve uma sessão na Junta de Freguesia de Alcântara sobre esse tema, convidaram a Câmara toda, o Sr. Presidente e 16 Vereadores, mas, infelizmente, só apareceu o Sr. Vereador Manuel Figueiredo, embora o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt tivessem mandado comunicações dizendo que não podiam estar presentes. E, nessa sessão, uma das pessoas que apelou a um tratamento totalmente diferente do parque foi o Arqtº Ribeiro Teles, pessoa que, como todos sabiam, se tem batido pelo Parque de Monsanto, a ponto de em 1974 ser o pai de um Decreto-Lei para a preservação de Monsanto, Decreto-Lei esse que, durante muitos anos, defendeu as arremetidas contra Monsanto. Por isso, era um homem que falava de cátedra, era um homem interessado em Monsanto e não um homem que estivesse a soldo deste ou daquele, quer partidária, quer economicamente. -----

----- Defendeu o Arqtº Ribeiro Teles, na altura, que o Parque de Monsanto deveria ter um estatuto de parque natural, pelo que pessoalmente se congratulava pelo facto de na quarta-feira, dia 7 de Abril, ter lido num jornal que “Os Verdes”, no dia seguinte, iriam entregar na Assembleia da República um diploma para que Monsanto fosse considerado área de paisagem protegida. Daí os seus parabéns a “Os Verdes”. -----

----- Por fim, disse que até à semana passada estava lá um *outdoor* que dizia: “Feira Popular de Monsanto” mas a Câmara, há cerca de oito dias, substituiu-o por um outro que dizia: “Parque de Diversões do Alvito”. O que é que mudou além do cheiro e das moscas, Sr. Presidente da Câmara? -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara ouviu a exposição que ali fizeram, e sob pena da política se tornar numa conversa de surdos, a exposição que foi feita, nomeadamente por um dirigente dos serviços da Câmara, mereceria da parte do Sr. Presidente da Junta – e fazia notar que havia outros Presidentes de Junta de freguesias confinantes com Monsanto – uma palavra de reconhecimento, porque eram boas notícias para todos e uma prova do trabalho que estava a ser feito. -----

----- Mas houve duas referências feitas pelo Sr. Presidente de Junta que gostava de ver esclarecidas. Já não falava na questão do helicóptero que referiu que ele tinha comprado na Figueira da Foz e que essa notícia vinha no Jornal de Notícias, que várias pessoas já viram e não encontraram. Mas acreditava que viesse. -----

----- A um aparte que disse que não era no Diário de Notícias de hoje mas de ontem, respondeu que o de ontem também já foi lido e não encontraram nada, pelo que perguntava se seria o mesmo Diário de Notícias. É que havia vários Diários de Notícias, e no de Lisboa não era! Mas, de qualquer maneira, aproveitava para esclarecer que não comprara helicóptero nenhum, o que aconteceu foi que a Protecção Civil da Figueira da Foz tinha, no verão, um helicóptero no qual, ao contrário de outros, nunca entrara, e que prestava apoio às populações procurando crianças na serra, combatendo fogos florestais, o que permitiu, graças a esses meios e outros, que durante quatro anos praticamente não tivessem um hectare de floresta ardida e tivessem um serviço de Protecção Civil elogiado por todo o País. -----

----- Mas realmente gostava de saber onde estava isso escrito, até para mandar uma carta a esclarecer, porque, de facto, nunca comprara nenhum helicóptero e nem sequer tinha percebido a que propósito isso foi referido. -----

----- Agora, havia uma coisa mais séria! O Sr. Presidente de Junta falara no projecto do Arqtº Miguel Correia para a Encosta da Tapada e, sobre isso, fazia duas perguntas:

----- Primeira. O Sr. Presidente de Junta referiu que fez uma declaração por causa do Atlético, e a pergunta era se foi ou não a apoiar o projecto da Encosta da Tapada. Aliás, como veio também nos tais jornais ainda há dois dias, onde apoiava o desenvolvimento urbanístico e que estava muito contente com aquele projecto pelos benefícios que ia trazer para o Atlético. -----

----- Segunda. Esta era mais grave porque o Sr. Presidente de Junta disse que ele não continuou o contrato com o Arqtº Miguel Correia, mas que este deixou os ovos postos. De facto, o Sr. Presidente de Junta dizia várias vezes que as respostas para si não eram frequentes, e realmente havia uma questão de comunicação e de linguagem. O Sr. Presidente de Junta falava de ovos, de moscas, de cheiro, enfim, viviam em mundos diferentes. Havia de facto uma linguagem para comunicar, e se não sabiam falar não valia a pena. Pessoalmente, confessava, não sabia falar a linguagem que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara falava. -----

----- Portanto, não valia a pena responder-lhe porque não sabia falar a sua língua, essa língua a que permanentemente recorria para tratar as outras pessoas. -----

----- Perguntou, ainda, se se lembrava que o Arqtº Miguel Correia, num debate que promovera, apresentou o projecto da Encosta da Tapada em 1999 e 2000, no Stand Umipim, em Cane, com o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Soares, e com o Arqtº Leonel Fadiga, Presidente da AMBELIS e arquitecto paisagista do projecto, pela informação que tinha. Portanto, não foi ele nem a actual Câmara! Aliás, a única declaração que fez até hoje foi que os promotores daquele empreendimento certamente não iriam ter ali aquilo que esperavam nem pouco mais ou menos. -----

----- Por fim, depois de referir que passavam a vida a passar por cima destes factos que não eram da responsabilidade desta Câmara, perguntou se o Sr. Presidente de Junta teria falado contra isto quando viu, em Cane, o Arqtº Miguel Correia a apresentar esse projecto para a sua freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que em boa hora se realizava este debate sobre Monsanto e sobre a importância que o parque tinha para cidade, e a oportunidade era reforçada pelo impasse que, neste momento, Monsanto atravessava. Ou seja, assistiram ali a uma apresentação por parte dos serviços camarários e a uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que lhes evidenciaram uma realidade positiva, uma realidade omissa de problemas e de obstáculos, que perspectivava e omitia, no fundo, a transformação irreversível do Parque de Monsanto. -----

----- No entanto, havia uma série de questões que não foram abordadas nessas intervenções, mas que eram decorrentes da realidade que apresentaram. E, para permitir a fluência do debate, abreviava os considerandos colocando directamente as seguintes questões à Câmara. -----

----- Previa-se um aumento da afluência de utentes do parque em cerca de dois ou quatro milhões em 2004, se bem tinha entendido, para aproximadamente 20 milhões, e constatando-se, por uma regra lógica e de bom-senso, que a afluência ao parque decorria nos períodos de lazer, ou seja, nos fins-de-semana, feriados e períodos de férias, perguntava se o parque estaria preparado para esse aumento de utilização! Era preciso conhecer – e tinha esse privilégio por morar perto do parque – em concreto o terreno. Aos fins-de-semana e durante os períodos de lazer as filas de carros estacionados nas bermas das estradas já eram incomodativas, quer para quem circulava de automóvel, quer para quem fruía o espaço a pé ou em bicicleta. Estaria o parque preparado para essa afluência? Estaria isso programado? Essa questão foi omissa na apresentação, não viram ali qualquer pista nesse sentido. -----

----- Depois havia outra realidade inquestionável e que configurava o impasse. Neste momento, Monsanto, mais do que uma zona de lazer e que deveria continuar a sê-lo, estava também transformado num circuito escapatório para o trânsito, isto é, muita da confluência do tráfego para a entrada e saída de Lisboa já se processava pelo parque. Isso para o PS era preocupante, e não viram da parte da Câmara a abordagem desse problema, que o era de facto, nem a apresentação de soluções alternativas que pudessem tornar mais optimista o espaço de Monsanto e a sua relação com a cidade. --

----- Relativamente à prostituição disse que, de facto, constatavam que aquela concentração de pessoas que se dedicavam a essa actividade na zona do Alto da Ajuda ou já no Parque Florestal de Monsanto, se foi deslocando para baixo em direcção ao pólo universitário, mas o problema continuava a existir. Estava a Câmara a acompanhar? Havia alguma monitorização? Havia algum diálogo com as associações que se dedicavam ao apoio às prostitutas? Elas com certeza não deixaram de existir, pelo que esta conquista anunciada pela Câmara poderia ser meramente temporária! Seriam precisas medidas de fundo, mas essas também não foram anunciadas. -----

----- Outro paradoxo na intervenção era o Clube de Tiro. De facto, todos desejavam qualidade de vida para Monsanto, mais espaços para fruir, mas era impossível fruir os espaços em redor do campo de tiro porque o chumbo das espingardas caía por cima da cabeça dos utentes, pelo que gostava que o Sr. Presidente da Câmara assumisse ali uma posição clara relativamente a essa matéria. Seria de continuar em Monsanto ou não? Deveria o clube ser intimado para realizar obras de forma a tornar aquele espaço mais seguro para as pessoas que não se dedicavam ao tiro? Esta era, de facto, outra questão sobre a qual importava reflectir. -----

----- Prosseguindo, disse que para a Mata de São Domingos de Benfica também existia, desde o tempo do inesquecível Sr. Gomes Branco, um projecto abandonado, um projecto que era de hotelaria, portanto um bar ou restaurante que lá estava, em ruína, há uma série de anos, e durante esses anos todos nada foi feito. Poderia o Sr. Presidente da Câmara dizer que era de anos anteriores, só que o problema nascera de uma gestão do PSD e com algum aventureirismo à mistura, não tendo havido diálogo com a Câmara de então para resolver esse problema. Estaria a Câmara a equacionar a requalificação desse espaço? -----

----- É que se olhassem para as infra-estruturas que foram criadas, geridas e mantidas durante o tempo em que a coligação de esquerda gerira os destinos da cidade e os dois anos da actual gestão, o balanço era manifestamente desequilibrado para os dois últimos anos. Falava do Parque do Calhau, do Parque da Serafina, do Parque dos Moinhos de Santana e das sinalizações e caminhos, pois foi, efectivamente, a coligação de esquerda responsável por esses benefícios e por essas aquisições para a cidade. -----

----- Sobre o hipódromo e a Feira Popular, disse que a experiência recente na gestão do Município tem demonstrado que os resultados da conjugação e mistura de problemas não eram produtivos, e misturar, novamente, interesses imobiliários, ou empreendimentos imobiliários associados ao hipódromo, com a sua transferência para o Parque Florestal de Monsanto, poderia ser outro daqueles problemas que requeriam revogações. E daí também um alerta para a Câmara. -----

----- Por fim, disse que era muito positiva a política ambiental e a campanha que o Sr. Presidente da Câmara desenvolveu em prol da reflorestação de Monsanto, mas isso ao PS não parecia suficiente e até mesmo desenquadrada de outras políticas que eram necessárias face aos problemas que se colocavam ao parque, e esses problemas necessitavam de esclarecimentos a bem do debate sobre Monsanto. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o debate relativo à questão de Monsanto parecia partir do pressuposto, como ouviram por parte dos partidos da oposição, de que se preparava a destruição do parque. Porque, de facto, quem produziu as intervenções nesse tom de destruição do Parque de Monsanto, parecia ignorar não só aquilo que foi exibido hoje como aquilo que tem sido a obra da actual Câmara Municipal. -----

----- Era ou não verdade que se estava a trabalhar em termos de segurança do Parque Florestal de Monsanto? -----

----- Era ou não verdade que tinha desaparecido a prostituição e que se alteraram os hábitos de frequência do Parque Florestal de Monsanto? -----

----- Era ou não verdade que houve medidas de reflorestação em que, pela primeira vez em 60 anos, houve alguém que se lembrara que era necessário haver operações de reflorestação e de reconversão de alguns espaços? -----

----- Era ou não verdade que o Sr. Presidente da Câmara já garantira que não ia haver urbanizações, nem depois da revisão do PDM? -----

----- Era ou não verdade que existiu, durante anos e anos a fio, uma sucata no Alvito? -

----- Era ou não verdade que durante anos a fio os partidos que governaram a Câmara durante doze anos compactuaram com o Clube de Tiro? -----

----- Era ou não verdade que pela primeira vez, desde há muitos anos, o Parque Florestal de Monsanto tinha concepções novas e actualizadas? -----

----- Dir-lhe-iam, com certeza com opiniões fundadas, que a actual Câmara tinha uma concepção diferente do Parque Florestal de Monsanto! Talvez fosse verdade, mas então discutiriam se as concepções estavam erradas, se eram antagónicas, ou se eram impossíveis de se conciliar. -----

----- Diziam que era muito bom sair a prostituição, mas logo questionavam o que era feito das prostitutas e dos seus direitos sociais. Era verdade que essa era uma situação que a todos deveria preocupar, mas o que era certo é que durante anos e anos a fio a preocupação não era só com os direitos sociais das prostitutas, a preocupação era que elas continuavam lá e impediam uma frequência normal do parque. Antes as pessoas iam de dia ao Parque Florestal de Monsanto para passear ou fazer desporto, mas quem lá ia de noite não dizia que ia lá porque tinha vergonha, e hoje quem lá ia aos concertos tinha orgulho de dizer que foi ao Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Seria ou não verdade que pela primeira vez, depois de anos e anos, se tratara da segurança, em termos de incêndios, do Parque Florestal de Monsanto: -----

----- Seria ou não verdade que pela primeira vez apareciam planos e projectos para serem discutidos em relação a essa questão. -----

----- Portanto, podiam falar de orientações diferentes relativamente àquilo que queriam, se um parque florestal era compatível ou incompatível com um parque urbano, se não era possível ter um parque florestal que tivesse componentes urbanas numa capital! Mas em vez de estarem a falar disso, não! Viam os partidos da oposição a citar o Expresso, como se o Expresso quando fazia os títulos que fazia fosse uma fonte fidedigna, por que, caso contrário, o PCP também não seria um partido democrático segundo as manchetes do Expresso do ano passado e outras coisas que tais. -----

----- Por conseguinte, a questão era que ou a oposição dizia que tinha concepções diferentes sobre o Parque de Monsanto e então passavam a discuti-las tecnicamente, ou então que não viessem ali dizer que a Câmara queria destruir Monsanto, porque era um facto que a esta Câmara bastaram dois anos para acabar com coisas que há 60 anos andavam a ocorrer, com culpa de todos inclusive de Presidentes de Câmara do seu próprio partido, não tinha qualquer problema em assumir isso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que gostaria que agendassem para a próxima Conferência de Representantes essa nova figura, que não se encontrava no Regimento nem na Lei das Autarquias, que era durante um ponto da Ordem de Trabalhos – onde a lei era explícita que apenas podiam intervir Deputados Municipais ou Vereadores – intervir um técnico da Câmara. -----

----- Já que se falava de experiências anteriores, lembrava-se como Vice-Presidente da Assembleia, de uma séria crise com o então Presidente da Câmara, Dr. João Soares, que na altura insistia em querer trazer à Assembleia um produto multimédia, bem feito, sobre o elevador para o Castelo, queria que um técnico o apresentasse e não o pode fazer porque estava escrito de forma explícita que durante um ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal só podiam intervir o Presidente da Câmara ou o seu representante legal e os Deputados Municipais. -----

----- A seu ver teria que haver igualdade para todos porque, se não, o BE também podia apresentar ali, por exemplo, o Arqtº Ribeiro Teles para falar. E não traziam, naturalmente. -----

----- Portanto, gostaria que isso fosse agendado para saberem, com clareza, como podiam funcionar todos em plena democracia e de acordo com a legalidade. -----

----- Seguidamente, depois de saudar o PCP e “Os Verdes” pelo agendamento deste debate de grande importância, agradeceu aos Presidentes de Junta o convite que dirigiram ao BE para estar presente num debate em Alcântara, onde lamentava que não tivesse estado ninguém da Câmara, porque, sinceramente, foi um debate onde aprendeu algumas coisas, e todos os dias precisavam de aprender. -----

----- Nomeadamente aprendeu que o que estavam a conversar sobre Monsanto é que Monsanto era nos anos quarenta uma zona desértica, e por decisão de Keil do Amaral na altura foi feito um projecto para florestação com árvores importadas porque não havia nas florestas portuguesas pinheiros e eucaliptos, e que exactamente ao fim dos seus 60 anos de vida, portanto nesta altura, elas estavam a produzir o efeito técnico que era produzir a sua vegetação natural, essa sim que dava a clorofila necessária para o tal pulmão da cidade, como lhe costumavam chamar. -----

----- Portanto, como disse o técnico da Câmara, e bem, o que se tratava não era tanto defender os pinheiros ou eucaliptos que, aliás, não eram floresta natural portuguesa, mas tratava-se mais de defender a própria vegetação natural que estava a crescer porque era essa que estava a trazer o verde necessário àquele pulmão da cidade, que, aliás, não era só da cidade mas de toda a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Parecia-lhe que o problema foi bem tratado, nomeadamente com os combates aos vários infestantes que cresciam e que era preciso retirar, portanto tudo o que ali foi apresentado pela Câmara parecia-lhe estar no caminho certo. Gostou da apresentação, estava-se a tratar de coisas sérias, quer para a defesa do parque, quer em termos de caminhos, quer para a segurança, quer para os incêndios, quer para ir para lá pessoas, etc. Agora, o problema que se colocava era saber quais os projectos futuros. -----

----- A propósito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que se tinha lembrado de uma anedota de uma senhora que teve um furo num cano e chamou um canalizador para o consertar. O canalizador estava a soldar, tinha um ajudante em baixo caiu-lhe um pingo de solda na orelha e, claro, disse grande quantidade de palavrões. A senhora chamou o canalizador e disse-lhe que não queria lá em casa uma pessoa tão mal-educada, o canalizador chamou o empregado e perguntou-lhe: “então o que é que tu disseste?” Respondeu: “Ah, eu só disse que me caiu um pinguinho de soldinha na orelhinha, não foi mais nada”! -----

----- É que não iam pôr nada em Monsanto! Era apenas um sobe-e-desce que havia de passar pelo meio das árvores, mas que não ia cortar vegetação nenhuma nem nenhuma árvore! Os cavalos eram apenas para andar a passear! Se fosse isso estavam todos de acordo, não havia problema nenhum! -----

----- Só que o problema não era esse! Compreendiam que o Expresso tivesse posto aquela notícia e que tivesse até tentado enganar a Assembleia Municipal dizendo que Monsanto ia ser loteado. Isso era uma luta interna do PSD sobre quem ia ser o candidato a Presidente da República, o que, naturalmente, ao BE não dizia respeito. O que era certo é que um hipódromo em Monsanto, diziam todas as pessoas e isso não foi negado, correspondia a 14 estádios de futebol, a 14 hectares! Esse é que era o

problema! Nem uma árvore, nem uma das vegetações naturais, não as infestantes, seriam derrubadas em 14 hectares? Mas isso era só “um pinguinho de soldinha na orelhinha”! Iam só pôr um restaurante, mais “um pinguinho de soldinha na orelhinha”! -----

----- Não compreendia como seria possível tratar do problema da Feira Popular, com a quantidade de diversões que se pretendia, ou tratar da questão do hipódromo, porque se era o problema de ter lá cavalos e qualquer cidadão poder ir passear a cavalo no meio da mata, ficavam encantados, não viam qualquer problema nisso. O problema era pôr lá um hipódromo, não se podia chegar ali e dizer que isso era só “um pinguinho de soldinha na orelhinha”, não podia ser, não acreditavam que isso fosse assim! -----

----- Portanto, queriam ver os projectos no concreto porque ninguém acreditava que alguém para rentabilizar um sobe-e-desce, uma montanha russa ou outra coisa qualquer, como hoje as conheciam em muitos sítios, e sítios grandes, não se retirasse nenhuma árvore nem se retalhasse nenhum bocado da floresta natural que agora estava a crescer ao fim de 60 anos. Esse é que era o problema de fundo! -----

----- Quanto ao que o Sr. Presidente da Câmara referiu de que não ia haver nenhum loteamento, pedia muita desculpa mas não acreditava, e não acreditava porque o problema de fundo não era que o Sr. Presidente da Câmara tivesse alguma maldade contra o Parque de Monsanto. Aliás, nesse debate em Alcântara, disse que não acreditava que o Sr. Presidente da Câmara não fosse também um defensor das áreas verdes. Mas não era esse o problema! O problema era outro, era um problema de fundo muito grave, e esse problema muito grave é que tinham que tratar de cara levantada. -----

----- O problema sério é que quando ali discutiram o Orçamento de 2004 para a Câmara Municipal de Lisboa, por artes mágicas 20 milhões de contos que estavam previstos como receitas da alienação de parte do capital da EPUL e da EMEL de repente passaram daí para uma rubrica, que estava no parágrafo acima, designada “alienação de património municipal”. E agora era preciso achar património para se encontrar esses 20 milhões porque, se não, o Orçamento não dava certo? Esse era um problema sério que estava colocado! -----

----- Não se vai lotear, vão-se pôr junto do hipódromo residenciais para universitários. Acreditava que fosse verdade, mas o problema que se punha era porque noutra sítio que era possível pô-las se ia lotear. Isto era um problema de xadrez, tirar de um lado para pôr no outro. -----

----- Aliás, hoje sabiam, objectivamente, que em vários sítios da Cidade de Lisboa a preocupação da Câmara era saber onde tinha terrenos e onde podia lotear, e dava um exemplo concreto. Existia, desde o tempo em que era Presidente da Câmara o Dr. Jorge Sampaio, uma proposta concreta para se fazer um centro-de-dia, para jovens e idosos, atrás da igreja de Benfica, chegou a ser feito um projecto para isso por um arquitecto da Câmara, mas nunca mais se avançou. Há tempos, porém, esse arquitecto resolveu dizer que gostava de voltar a pôr o projecto de pé para esses terrenos municipais atrás da igreja de Benfica, e a resposta que veio da Câmara foi que já não

era possível porque esses terrenos estavam a ser loteados para serem vendidos. Esta era a realidade objectiva que tinham pela frente, fosse onde estava agora o hipódromo ou fosse noutra sítio qualquer. -----

----- Recordou que o Sr. Presidente da Câmara fez ali uma intervenção há algum tempo, o Deputado Municipal Pedro Portugal, na altura, até teve uma atitude ousada ao dizer “será que está a propor uma decisão para não construirmos mais na Cidade de Lisboa neste momento?”. Mas o problema era que continuavam a ver construir quando era a própria Câmara a dizer que havia 75.000 fogos devolutos na cidade, que, a uma média de 3 pessoas por fogo, dava mais de 200.000 pessoas. E falavam em lotear terrenos para construir novas coisas? -----

----- Os terrenos onde actualmente estava a Feira Popular eram terrenos apetecíveis para fechar a Av. da República dando-lhe ali um enquadramento com escritórios, habitação e jardins? Claro! Toda a gente sabia! Mas o problema que estava colocado, hoje, era se continuavam a retirar espaço à cidade ou se apostavam decididamente na sua recuperação. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara gostava muito de falar do passado, mas nalgumas coisas até nem tinha razão. Por exemplo, houve manifestações e até cenas de pedradas com os homens que estavam a abrir o terreno para o campo de futebol de Direito. Com certeza o Sr. Presidente da Câmara não se lembrava mas vieram notícias nos jornais de manifestações de moradores do Bairro da Boavista contra o campo de futebol naquele sítio, quando eles não tinham nenhum campo para poder jogar. E a contrapartida, para calar os moradores desse bairro, foi fazer lá, ao lado do campo de Direito, também um campo desportivo para o Boavista. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara podia não se lembrar mas não podia dizer que muita gente esteve a favor quando alguém decidira pôr o campo de tiro no sítio onde estava agora em Monsanto, como não podia dizer, porque não correspondia à verdade histórica, que ninguém se tinha levantado contra o campo de tiro, porque pelo menos ele se tinha levantado na Assembleia Municipal contra o campo de tiro, tal como “Os Verdes”, e o PSD que nesse tempo também estava representado na Assembleia. E não era sequer só o problema dos chumbos caírem na cabeça das pessoas ... -----

----- A um aparte respondeu que sabia que foi o Dr. João Soares! Pessoalmente também fazia coisas erradas e não tinha problema nenhum em dizer que as fazia. O problema não era esse! O problema era se para justificar o errado de agora se tinha que ir buscar o errado do passado, em vez de se ver se o que se pretendia hoje era certo ou não. O que queria era discutir o futuro, o que queria saber era se valia a pena isso ou não. -----

----- Por isso, dizia que era preciso ver esses tais projectos, mas, com toda a franqueza, como era hábito no BE, queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que quanto à tática do “pinguinho de soldinha na orelhinha” o Bloco não estava de acordo. Não estavam de acordo e não valia a pena o argumento que a Feira Popular actual era uma feira boa porque não era. Era uma feira atrasada, arcaica, estava historicamente esgotada. Mas quando foi discutido na Assembleia Municipal o plano

da EXPO veio a essa Sessão para uma apresentação o Eng^o Cardoso Cunha, e estava previsto que a Feira Popular e toda a zona lúdica de divertimentos da cidade fossem para essa zona, a seguir às construções da EXPO até ao rio Trancão. Portanto, tinham aí um terreno que não fazia mal a ninguém, que tinha transportes, estava terraplenado, tinha tudo! Havia um problema, é que ia para Loures e, por isso, podia não vir algum dinheiro para a Cidade de Lisboa. -----

----- A um novo aparte respondeu que esse era um problema da Câmara de Loures, mas que estava aprovado no projecto da EXPO, estava. -----

----- Portanto, o problema que estava colocado ali era defenderem concretamente Monsanto como um pulmão da Área Metropolitana de Lisboa. Foi por isso que o BE apresentou uma Moção para que a área do Parque de Monsanto passasse a área protegida. Ouviram a proposta do Arqt^o Ribeiro Teles para que o Parque de Monsanto passasse a ser uma área de maior defesa, entendiam que ele não tinha capacidade legal para defender isso, mas achavam que passar Monsanto a área protegida era o assunto certo. -----

----- Disse, por fim, que com o caminho que a Câmara tem percorrido até hoje o BE estava de acordo porque estava bem feito e entendiam que deveria prosseguir esse caminho, mas inverter esse caminho agora achavam que não. -----

----- **O Senhor Presidente**, aludindo à primeira questão colocada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, disse que era evidente que iriam reflectir sobre essa matéria em Conferência de Representantes porque tiveram a informação dada pela Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt que a projecção não duraria mais de 5 minutos e durou mais 15 minutos, e também não foram informados do facto da projecção ser explicada por um técnico da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que não era para fazer esta primeira nota, mas depois da intervenção do Deputado Municipal José Godinho tinha que a fazer e na esteira, aliás, da mensagem que o Sr. Presidente ali leu. É que se podia inferir, e não viu esse reparo feito pela Mesa, da afirmação feita pelo aludido Deputado Municipal que, quando leu o comunicado da associação que referiu, disse que devido a factos tumultuosos que houve na última reunião da Assembleia aquela associação não pôde falar nessa reunião. Mas era preciso convir que as inscrições estavam feitas ainda antes da abertura dos trabalhos e quando estes foram iniciados e depois reiniciados foram feitas todas as intervenções que estavam previamente fixadas. Portanto, não foi em virtude de qualquer acontecimento que essa associação não falou, porque de acordo com a intervenção do Deputado Municipal José Godinho parecia que havia ali uma causa/efeito entre uma coisa e outra. Por essa razão, solicitava que se repusesse a verdade dos factos nesta matéria porque essas ilações, relativamente indirectas e extensivas eram um pouco abusivas, e, portanto, que se assumisse a mensagem que o Sr. Presidente enunciou. Naturalmente a Mesa seria a primeira e depois todos em igualdade de circunstâncias. -----

----- Entrando na matéria em debate, disse que aquando da discussão das moções na reunião anterior tinha sugerido ao BE que a relativa à classificação de Monsanto como

área protegida, fosse adiada para este debate porque entendia que ficaria enriquecida não ser discutida no período de Antes da Ordem do Dia mas sê-lo agora neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Mas, pese embora a bondade da solução, tinha uma dúvida que entendia que era importante e nuclear para este debate. Já se citaram ali vários artigos de jornais, já se referiu o Dr. Jorge Sampaio enquanto Presidente da Câmara, e ainda hoje, como Presidente da República, ele fazia algumas afirmações ou constatações de facto que eram a generalidade das situações das áreas protegidas. E por lá passaram vários governantes de vários quadrantes políticos, do seu partido inclusive, do PS uma das suas grandes promessas era o Eng^o Sócrates, e tinham um panorama global, em termos de áreas protegidas, que era alguma ausência, para não dizer relativamente maioritária, de planos de ordenamento no interior das mesmas. -----

----- Ao colocarem essa Moção percebia a intenção mas confessava que tinha dúvidas que ela fosse sinónimo de uma melhor protecção do parque nessa precisa medida. De facto, pela transferência de alguma classificação que ali era feita, importantes transferências de competências, de intervenções de todo um quadro legal, ficavam-lhe sérias dúvidas se seria sinónimo efectivo de uma melhor protecção de Monsanto. -----

----- Portanto, a razão de ser da abstenção de princípio nessa Moção tinha a ver com isto: percebia a bondade da solução, entendia que era um caminho a percorrer, mas chamava a atenção para os proponentes de que não seria o facto de declararem que era área protegida que automaticamente a tornava protegida nesse sentido, porque todos viam que o panorama global das áreas protegidas, 17 % da área do território nacional, estava longe de constituir que fossem áreas protegidas no verdadeiro sentido do termo, ou comparativamente com aquilo que viam noutros países onde havia uma protecção eficaz dessas mesmas áreas protegidas, isto é, um zonamento e utilização diversificada de usos relativamente bem regulamentados, o que não verificavam na generalidade das áreas protegidas portuguesas. -----

----- Lembrou que tinha começado por dizer que houve vários governantes, inclusive do seu partido, que tiveram responsabilidades na gestão das áreas protegidas, e continuava a ser um défice grande que tinha, em termos de conservação da natureza, essa gestão. -----

----- Tinham Monsanto que era uma realidade diferente como parque florestal e urbano, como ali foi transmitido, parecia-lhe que a intervenção da Câmara era suficientemente elucidativa e foi de acordo com um vector político que lhe parecia fundamental que era a devolução de Monsanto aos cidadãos e uma possibilidade de alargamento de utilização universal do parque. Esta era a mensagem essencial que ali foi colocada em cima da mesa no sentido de se saber se estavam, ou não, de acordo que Monsanto deixasse de ser reduto de algumas actividades, umas mais marginais outras menos, laterais por aí fora, ou fosse alvo de uma utilização universal por parte dos cidadãos. -----

----- E parecia-lhe que, de acordo com aquilo que se retirava da maior parte das intervenções, que não havia dúvida que esse era o caminho, pelo menos era-o na lógica do PSD, para fazer uma utilização do parque devolvendo-o às pessoas. Como

disse o Sr. Presidente da Câmara bastava fazê-lo em termos de exemplos comparados com parques de grandes cidades europeias, ainda que houvesse zonas até de interdição de utilização no sentido de que havia situações de reserva integral ou situações paralelas como havia nas áreas protegidas. Portanto, não estaria excluída essa possibilidade onde manifestamente houvesse, de facto, um valor conservacionista que assim o exigisse. Naturalmente que não era toda a área que tinha esse valor conservacionista, nenhuma área protegida tinha a 100% a tal interdição humana e, portanto, quando muito poderia haver em Monsanto algumas áreas que poderiam ter essa interdição de acordo com o zonamento que os técnicos fariam tendo em conta algumas mais-valias conservacionistas que pudessem ocorrer no interior do parque. ---
----- Agora, a grande mancha que o parque permitia era, de facto, uma utilização de equipamento diversificado dos cidadãos da Cidade de Lisboa, que lhe parecia o caminho a ser seguido, em vez de algumas bolsas aqui e acolá mas uma utilização diversificada. -----

----- Falou, por fim, de algumas referências que lhe pareceram correctas da parte do PS, dizendo que, nomeadamente, reconhecia um problema, que era quotidiano, de alguma utilização de fluxo rodoviário, que era importante que fosse tido em conta pela Câmara, porque, de facto, nos dias úteis havia algum escoamento rodoviário excessivo por Monsanto. Mas a mensagem que lhe parecia essencial, a que de uma forma isenta teriam que dar o benefício não da dúvida mas de alguma certeza, tinha a ver com os factos ali dados pela Câmara, que consistiam, efectivamente, na devolução do parque que outrora esteve de costas para a cidade para agora passar a ser utilizado pelos cidadãos. -----

----- **O Senhor Presidente**, respondendo à matéria referida no início da intervenção anterior, disse que hoje mesmo, na Conferência de Representantes, analisaram, mediante uma informação que prestara, que no passado dia 6 houve instituições que estiveram na Assembleia a tentar inscrever-se para intervir e não o conseguiram pela ordem sequencial que foi organizada. -----

----- E também houve o caso de uma senhora que tirou a senha n.º 2 e depois foi impedida de intervir porque havia uma outra em quarto lugar que iria falar sobre o mesmo assunto. -----

----- Mas numa Ordem de Trabalhos como tinham, a Associação de Moradores da Zona Oriental do Campo Grande, a Fundação o Século, a Associação de Amigos de Monsanto e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, etc., não poderem intervir parecia-lhes um bocado complicado, mas ver-se-ia como iam tratar essas matérias. Para diante já resolveram, já decidiram em Conferência de Representantes, e é evidente que a metodologia que iam utilizar seria a ordem das inscrições, sendo que depois a Mesa olharia para o conjunto das inscrições e poderia tomar alguma decisão sobre o assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que o que pôs em causa foi referir-se que a questão do tumulto impossibilitou a associação falar. Isso era de todo errado e não foi esclarecido por parte da Mesa. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que nesse mesmo dia ele próprio pediu a essa associação que lhe entregasse o documento, e ele fazia parte da documentação da Assembleia neste momento. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para defesa da honra, referiu que não foi isso que disse, mas sim que a última reunião da Assembleia foi muito tumultuosa e houve uma associação que não pôde intervir porque já a não deixaram inscrever. Portanto não havia aí qualquer causa/efeito. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, disse que o Parque da Bela Vista era um parque jovem, e como tudo que era jovem estava em crescimento. Estava em crescimento o seu parque arbóreo e preocupava-os que ele pudesse ser tolhido, assim como também estava em crescimento a área física do próprio parque, conforme projecto que estava na Câmara. -

----- Recordou que há algum tempo sugeriu que fosse criado, naquela zona em que estava para crescer o Parque da Bela Vista, um parque de diversões onde coubesse a dita Feira do Relógio e até um conjunto de feiras populares. A Câmara, nomeadamente o Sr. Vereador Pedro Pinto, dizia que era uma sugestão que lhe agradava, mas que era uma sugestão cara e, como tal, optara-se por pôr a Feira do Relógio numa avenida principal, a Av. Santo Condestável, que, quanto a si, era uma medida igualmente cara e que não servia ninguém. -----

----- Isto era só um comentário, mas, se calhar, como ninguém queria a Feira Popular o Parque da Bela Vista, lá ao fundo ao pé da Quinta da Montanha, junto da linha do comboio, poderia ser uma boa solução. -----

----- Mas, como vinha dizendo, o Parque da Bela Vista era jovem em termos de árvores e de crescimento, e como era jovem era natural que existissem algumas lacunas, se bem que elas nada pusessem em causa se fosse pensado um crescimento sustentável, e era esse crescimento sustentável que com a sua intervenção pretendia ali salvaguardar. -----

----- Disse que com a decisão da Câmara em autorizar a realização do festival Rock in Rio, sem ouvir as populações nem as organizações ambientalistas, houve um conjunto de organizações que se foram manifestando e questionando a Câmara Municipal de Lisboa sobre o Parque da Bela Vista após a realização do Rock in Rio. O que estava em causa não era a realização do festival Rock in Rio, que estava decidido, mas o que efectivamente preocupava muita gente era o que iria ser o Parque da Bela Vista após a realização desse festival. -----

----- E realmente tinham preocupações quanto a esse futuro, nomeadamente na área do respeito ambiental, paisagístico e em termos de infra-estruturas como a iluminação, o saneamento, o arvoredo, a rede de rega, o sistema de combate a incêndios, para já não falar do usufruto, sem taxas, por parte da população. -----

----- Referiu que tinha intenção de apresentar, oportunamente, uma recomendação no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara a tomada de medidas com vista a garantir a segurança, a higiene urbana e o bem-estar de todos quantos visitavam aquele magnífico espaço verde da cidade, quer durante, quer após o evento,

e que assumisse perante a Assembleia que após o evento procederia às obras de remoção dos entulhos e outras matérias inertes, e daria continuidade ao projecto de reflorestação a ampliação do parque, com vista à não adulteração estética e salvaguarda paisagística desse valioso património municipal. -----

----- Em síntese, o que pretendiam era que a Câmara ali assumisse, hoje, que o Parque da Bela Vista iria ficar melhor dotado, melhor equipado e com melhores infra-estruturas do que estava antes da realização do Rock in Rio. Aliás, como tem sido frequentemente afirmado pela Câmara sempre que era confrontada pela comunicação social com essas preocupações das populações, ambientalistas e Junta de Freguesia. ---

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, referiu que, em jeito de balanço o PS considerava que este debate tem sido positivo. Positivo porque permitia debater o presente e perspectivar o futuro, e também para que a Câmara pudesse colher as opiniões da Assembleia Municipal e pudesse, se fosse caso disso, inflectir nalgumas das suas medidas anunciadas. -----

----- Disse, depois, que a Câmara, através de um técnico, fez ali a apresentação do trabalho que estava a ser feito, e o PS desde sempre elogiara esse trabalho, apresentara soluções e correcções a coisas que estavam menos bem. Lembrava-se, por exemplo, do Deputado Municipal Dias Baptista fazer várias sugestões ao plano que estava em prática para Monsanto, matérias que não estavam a correr bem e que precisavam de ser melhoradas, que a Câmara aceitara e que permitiram que a fruição de Monsanto por parte dos lisboetas pudesse decorrer como todos queriam. -----

----- Por isso não aceitavam aquelas pressões que por vezes lhes colocavam, e agora neste debate também, de uma oposição “bota-baixista” por vezes, ou que no passado estava tudo mal. O Sr. Presidente da Câmara reconhecera que no passado também havia coisas bem feitas, e ele próprio acabava de recordar que o PS sempre foi construtivamente crítico e apoiante daquilo que estava bem feito. -----

----- Mas também era preciso que se dissesse que a versão que foi apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, era uma versão idílica e se fosse essa a única versão que ao longo dos tempos têm tido sobre Monsanto, quase que, como há pouco disse o Deputado Municipal Carlos Marques, estavam todos de acordo e nem era preciso fazer este debate. Teria justificação, apenas e só, para publicitação e dar conhecimento daquilo que de positivo estava a ser feito. -----

----- A verdade, porém, era que primeiro foi anunciado que a Feira Popular ia para Monsanto, depois que ela abriria no dia 10 de Junho, a seguir que, eventualmente, já não abriria nessa data, depois que não seria bem a Feira Popular mas sim um parque temático e, mais tarde, que já não era um parque temático mas sim um parque de diversões no Alvito. E agora já não era uma coisa definitiva mas sim um projecto que estava a ser feito e que posteriormente viria à Assembleia Municipal. Ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito alguma evolução, ainda bem que o projecto viria à Assembleia Municipal conforme compromisso do Sr. Presidente da Câmara. ---

----- Também a história do hipódromo. Primeiro era o hipódromo que ia para a Feira Popular, depois já só estava em projecto e posteriormente seria presente à Assembleia Municipal. Ainda bem que viria à Assembleia Municipal! -----

----- E enquanto recordava estas alterações de posições anunciadas, lembrou-se de alguém das suas relações que dizia, há dias, que o Sr. Presidente da Câmara estava sempre com ideias novas lançado-as para a opinião pública para que todos se esquecessem das ideias que ia apresentando e que iam ficando para trás, e nessa história dos cavalinhos e da montanha russa que iria rasar a água e passar pela copa das árvores, que seria tudo pacífico e que já não era nada do que lhes foi apresentado inicialmente, essa frase da tal pessoa das suas relações aplicava-se às mil maravilhas. -

----- Por fim, disse que o Sr. Presidente da Câmara, há pouco, com bom humor, recordou-lhes a história do pastor e do lobo, mas, pelo menos na versão que lhe contaram a si dessa história, o pastor chamava-se Pedro, e para que o Pedro desta história não fosse o pastor de então, era seu entendimento que o Sr. Presidente da Câmara deveria estabilizar melhor os planos e ideias que apresentava para que todos pudessem debater os projectos concretos que fossem apresentados, com os dados definitivos em cima da mesa. Não queria dizer que a política devesse ser feita apenas e só de ideias fixas, o Sr. Presidente da Câmara – fazia-lhe essa justiça – tinha evoluído nalgumas posições a propósito do debate, mas sobre estas matérias pensava que deviam passar a debatê-las em concreto, com os projectos em cima da mesa, e não com fogachos para depois terem que mudar não só as declarações mas até proceder à substituição dos *outdoors* que estavam colocados nos sítios. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, novamente no uso da palavra, começou por aludir às moções apresentadas, uma pelo PCP outra pelo BE, dizendo que elas iam ao encontro do projecto de resolução que o PEV apresentou na Assembleia da República, porque o Parque de Monsanto era um parque florestal total e, portanto, já estava de alguma forma com alguma protecção. O que acontecia era que não estava sob a alçada do Instituto de Conservação da Natureza, porque não fazia parte da rede nacional de áreas protegidas. A liturgia de parque florestal e parque urbano em relação a Monsanto era para si nova. -----

----- Disse, depois, que a Câmara estava a fazer um bom trabalho – e isso também tinha que ser dito – no que se referia à limpeza das matas, à reflorestação, à evolução no que dizia respeito aos riscos de incêndio e até nas iniciativas de animação que no ano passado decorreram em Monsanto. Só que isso era contraditório com as ameaças de várias sombras do mais variado tipo! -----

----- Por exemplo, deixaram de ouvir falar em retirar o campo de tiro de Monsanto e começaram a ouvir falar em alargamento do campo de tiro; começaram a ouvir falar da instalação de um estabelecimento prisional de alta segurança em Monsanto; a instalação de um centro de ténis capaz de acolher o *open*; a transferência do hipódromo do Campo Grande; e a transferência da Feira Popular. -----

----- Essas questões tinham em comum o facto dos lisboetas nada saberem sobre o assunto, e a Assembleia Municipal porque as questões colocadas não eram devidamente esclarecidas. -----

----- Relativamente ao alargamento do campo de tiro, disse que ele próprio, em 23 de Abril de 2002, na Assembleia Municipal, questionara o Sr. Presidente da Câmara sobre as notícias a propósito do alargamento do campo de tiro de Monsanto, e o Sr.

Presidente da Câmara, na sua resposta, afirmara que não sendo uma posição absolutamente definitiva, nem ele nem o Vereador do Pelouro eram favoráveis ao alargamento do campo de tiro. Esperavam que essa posição entretanto se tivesse tornado definitiva e, mais do que isso, que se fizesse um esforço no sentido de retirar o campo de tiro de Monsanto. Aliás, como já foi dito pelo Deputado Municipal Carlos Marques, também estiveram contra a instalação do campo de tiro em Monsanto, e as causas já foram também ditas. -----

----- Sobre a instalação do estabelecimento prisional de alta segurança, disse que também questionaram o Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, em Fevereiro do corrente ano, sobre qual a posição da Câmara quanto à intenção do Ministério da Justiça em transformar o actual estabelecimento prisional em estabelecimento prisional de alta segurança, mas sobre o assunto nem uma palavra. Sabiam que os terrenos eram da Administração Central e que o anterior Executivo havia estabelecido contactos no sentido do Ministério da Justiça sair do parque e passar os terrenos para a Câmara, como também sabiam que apesar dos terrenos serem da Administração Central uma obra dessas teria de ser precedida de um plano de pormenor, o que significava que a Câmara teria de ter uma intervenção no processo. Mas, sobre isso, a Câmara nada lhes dizia! Por exemplo, não lhes deu conhecimento sobre essa pretensão do Ministério da Justiça que, aliás, pretendia construir uma coisa que nenhum estudo considerara prioritário. -----

----- Disse, ainda, que o PEV considerava que o Parque Florestal de Monsanto deveria continuar a ser um local procurado pelos lisboetas que pretendiam fugir à poluição, ao barulho e à confusão, o que ficaria seriamente comprometido com a instalação da Feira Popular, para já não falar dos efeitos colaterais dessa operação, por exemplo as viaturas e os parques de estacionamento que com certeza seria necessário construir. A tudo isso acresciam os efeitos nocivos no ambiente e na biodiversidade do próprio parque, que uma obra dessa dimensão certamente provocaria. -----

----- Na perspectiva do PEV era absolutamente essencial avançar com o corredor verde que permitisse o acesso pedonal, ou através de ciclovia, do topo do Parque Eduardo VII, portanto do Jardim Amália Rodrigues, ao Parque Florestal de Monsanto, aproveitando, aliás, o troço já existente nas traseiras da Av. José Malhoa que acabava junto das instalações da Polícia Municipal. -----

----- Em síntese, não queriam que Monsanto se transformasse num parque urbano e muito menos num parque industrial de lazer. Queriam que Monsanto continuasse a ser um excelente produtor de oxigénio, queriam que Monsanto continuasse como um imprescindível regularizador termo-climático, queriam que continuasse a constituir uma admirável reserva de riqueza botânica, um local de lazer para milhares de cidadãos e um espaço fundamental no que dizia respeito à conservação da natureza e actividades de sensibilização e educação ambiental. -----

----- Ainda há dias, citado pela imprensa, dizia um autarca que quando comprou a sua casa o Parque de Monsanto estava muito próximo, mas agora estava a centenas de metros, e receavam que a transferência da Feira Popular e do Centro Hípico pudessem vir a constituir dois paraquedistas que serviriam para que os cortes de Monsanto

deixassem de ser feitos a partir das suas extremidades para passarem também a sê-lo a partir do seu interior. -----

----- Relativamente ao Parque da Bela Vista, disse que no mandato anterior foi discutida a tipologia desse parque. Uma área foi afectada ao campo de golfe, foi tomada uma importantíssima decisão de construir um viaduto sobre o prolongamento rodoviário da Av. Estados Unidos da América assegurando a continuidade física e a acessibilidade pedonal ao prolongamento do parque, e manteve-se a discussão quanto a instalar ou não novos equipamentos, e que tipo de equipamentos. A Câmara Municipal avançara para a realização de um festival nesse parque e introduzira-lhe obras que representavam algumas mudanças às suas características actuais. -----

----- Assim, era expectável que a Câmara tivesse já defenidas as características essenciais do parque, e o que se esperava era que partilhasse com a cidade essa informação. Qual seria o futuro do Parque da Bela Vista? Seria um parque aberto? Seria um parque fechado? A ser um parque murado representaria isso que o seu aceso era pago? -----

----- Naturalmente que a realização de um evento como o Rock in Rio constituía uma iniciativa que representava uma enorme divulgação desse espaço e seria uma oportunidade para a concretização de benfeitorias, mas importava que não viessem a lamentar a oportunidade perdida. -----

----- Por fim, sobre as barreiras arquitectónicas, disse que aquando da discussão do jardim que viria a ganhar o nome de Amália Rodrigues, o PEV fez uma intervenção na Assembleia Municipal sobre a colocação de degraus por todo o jardim, e depois dessa intervenção foi possível abrir uma entrada. No Parque de Bela Vista notava-se a construção de diversas entradas em degraus, o que representava um princípio que violava a sensibilidade da acessibilidade para todos, independentemente da idade, da dificuldade de mobilidade, fosse permanente ou temporária, etc., e numa iniciativa que se pretendia envolver milhares de pessoas, a existência de degraus representava um factor de risco. Deixava apenas o alerta. -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Lipari Pinto (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, disse que a convite do Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, teve oportunidade, no dia 19 de Abril, para com outros Presidentes de Junta terem uma discussão séria e pensarem um pouco em prol de Monsanto. E, na altura, teve oportunidade de dizer que Monsanto era um espaço único que urgia preservar, um parque florestal com cerca de 1.000 hectares, mas que tinham que ponderar a forma como se poderia avançar para a sua gestão e manutenção. E a gestão e manutenção passava, necessariamente, pelo melhor equilíbrio, pela salvaguarda de dois grandes objectivos: o ecológico e paisagístico por um lado, e o social por outro. -----

----- E quando pensava no social, entendia que Monsanto não podia ser um espaço fechado, Monsanto tinha que servir as pessoas também como espaço de lazer e de diversão. A título de curiosidade, confidenciava que aquando da comemoração do Dia da Árvore teve oportunidade de levar, das instituições educativas sediadas na sua freguesia, cerca de 500 crianças à Mata de São Domingos de Benfica e sentira alegria

nessas crianças porque a mata tem um parque infantil, tem um parque de aventura, e tem um circuito de manutenção. -----

----- Quanto ao que disse o Deputado Municipal João Pinheiro de que tinham lá um restaurante que nunca mais arranjaram, referiu que o aludido Deputado Municipal sabia melhor que ele que a responsabilidade nos dois últimos mandatos na freguesia pertencera a uma coligação constituída pelo PS e pelo PCP, mas podia adiantar que oportunamente iriam falar do assunto em Assembleia de Freguesia. Aliás, podia dizer que estava a ser pensada uma requalificação para isso, mas era certo que de um dia para o outro não podiam alterar tudo, porque quem não fez em oito anos não podia pedir agora que se fizesse em ano e meio. Mas queria dizer-lhe, e fazia-o na qualidade de Presidente da Junta, que na sua juventude também ele viveu junto da Mata de São Domingos de Benfica mas não podia ir à Mata. A insegurança era de tal ordem que não se atrevia a ir lá, para além de que não havia nada, não havia nenhuma diversão que o atraísse. Aliás, até era proibido pelos seus pais, e era isso que não queriam deixar às gerações vindouras. -----

----- Disse, ainda, que em função da obra feita, em nome da Junta de São Domingos de Benfica e não por uma questão político/partidária, queria louvar o Executivo Municipal pelo que já fez nos dois últimos anos. Seria bom que tivessem a humildade de perceber que foi feito muito trabalho, e o Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade para ali bem explanar esse muito trabalho que já foi feito, até através de um pequeno filme puderam visualizar. -----

----- Algum desse trabalho conhecia-o, outro não tão bem, mas, de facto, era de louvar a criação do plano de emergência que foi elaborado, assim como o combate à prostituição. Não se podia esquecer do Gabinete de Apoio à Mulher no Parque Florestal e das equipas de rua! Poderiam dizer que ainda havia resquícios, mas cabia então questionar o que foi todos esses anos Monsanto a esse nível. -----

----- Por outro lado, diagnosticou-se a população, efectuaram-se acompanhamentos e encaminhamentos para estruturas de apoio especializado! Que continuassem pois era esse o caminho. Mais seis bocas-de-incêndio e também uma reserva estratégica de água! Era bom lembrar isso atendendo até à elevada densidade de bio-massa existente na mata, e que toda a gente sabia mas ninguém estava preocupado. Com a plantação, quer de arbustos, quer de árvores, atingiriam 70.000 em 2006, mas para o final do corrente ano já se previam 43.000. E lembrava também a limpeza arbustíδια e arbórea selectiva, não obstante as podas entre outras. -----

----- Esse era um trabalho que tinham que reconhecer que foi feito. E também reconhecia, e acreditava, que a reconversão, quer do anfiteatro Keil do Amaral, quer no que respeitava à Pedreira da Serafina, quer do mobiliário urbano que estava previsto, que se ia concretizar. Estavam orçamentados três milhões de euros para o efeito, e, por isso, acreditava que efectivamente se iria concretizar. -----

----- Seguidamente, depois de referir que o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores, por parte da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, estavam de parabéns nesse aspecto, disse que repudiava a atitude impávida e serena que a Assembleia Municipal teve ao não se pronunciar sobre a questão do Clube de Tiro, sobre a

questão das toneladas de sucata, durante décadas, no Alvito, sobre a indiferença ao aumento sem controlo da prostituição, e até quanto à ideia absurda, que ali foi ventilada, da criação de um casino em Monsanto. Agora é que estavam preocupados! Mas estavam preocupados porque estavam a ver obra feita, porque aquilo de que estavam a falar era obra feita, essa é que era a verdade. -----

----- Disse que não estavam com os Velhos do Restelo, em São Domingos de Benfica não estavam com essa gente, estavam com quem fez e fazia obra porque não estava em causa a cor político/partidária. Aliás, teria o mesmo posicionamento se a oposição quando foi maioria tivesse feito esta obra. -----

----- Prosseguindo, disse que pelas provas dadas pelo Executivo nos seus dois anos de exercício, acreditava, enquanto Presidente de Junta, que iria haver um equilíbrio ambiental entre o desfrutar da diversão para centenas de lisboetas, e a manutenção de uma extensa zona de mancha verde protegida. E, perante isso, São Domingos de Benfica apoiava esses dois projectos: o do Alvito no respeitante aos quatro hectares até porque já nem lá tinha árvores e porque o modelo de Feira Popular todos sabiam que estava esgotado, mas também o Sr. Presidente da Câmara não falara de Feira Popular. Queriam era mais diversão! Aliás, as potencialidades da Mata de São Domingos de Benfica passavam por mais diversão em Monsanto. Quantas vezes sonhava que as 700.000 pessoas que foram ao Jardim Zoológico no ano passado pudessem desfrutar mais Monsanto e não o podiam fazer porque o teleférico ainda não se prolongara até ao Bairro do Calhau. -----

----- Disse que também apoiavam, inequivocamente, a questão de se ter rescindido o contrato com o restaurante “O Chimarrão” que agora era a sede da Sociedade Hípica. O Sr. Presidente da Câmara estava também de parabéns, porque em 12 anos o Executivo da Câmara, de maioria PS/PCP, não foi capaz de resolver o problema do hipódromo e parecia que desta vez se ia conseguir. Valia a pena que acreditassem nisso. Já há 20 anos, quando frequentava a Faculdade de Direito, se falava que iam para ali umas residências universitárias, não foram capazes disso, mas parecia que agora iam conseguir. Até por isso valia a pena acreditar e apoiar. -----

----- A terminar, disse que o Plano de Ordenamento já previa essa questão do Centro Hípico, pelo que não valia a pena que estivessem ali sem ser numa discussão séria e construtiva. Seria bom que continuassem assim em prol de Portugal, em prol dos portugueses e, acima de tudo, dos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que assumindo também a sua qualidade de autarca da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, desejava perguntar ao orador anterior directamente e em termos de medidas concretas e projectos reais, o que era que o actual Executivo municipal fez, nos dois anos de mandato, para requalificar os espaços de Monsanto compreendidos na área da Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

----- O quê e que mais-valias apresentava relativamente ao mandato anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Lipari Pinto (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra para responder ao pedido

de esclarecimento, disse que com certeza o Deputado Municipal João Pinheiro não queria que reconduzisse uma Assembleia Municipal a uma Assembleia de Freguesia, porque no dia 27 iriam ter uma reunião da Assembleia de Freguesia e esperava que estivesse lá porque ali lhe daria a resposta certa e concisa no que dizia respeito a esses assuntos. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse que nesta sua intervenção sobre o ambiente na cidade e os aspectos da segurança dos parques, dos programas, das alterações e dos projectos, não iria falar em Monsanto porque neste debate, tão útil, já se tinha dito muita coisa importante. Aliás, subscrevia totalmente as intervenções, que foram muito bem documentadas, dos Deputados Municipais do seu partido, José Godinho, Martinho Baptista e também António Pereira, esta relativamente ao Parque da Bela Vista, como também achara extremamente bem preparada a intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, que também subscrevia totalmente. A Moção do PCP parecia-lhe também extremamente clara, portanto não se iria repetir, não iria falar disso. -----

----- Iria apenas falar de um parque municipal de que ninguém falava, e que, neste momento, temia que com a realização do Rock in Rio ficasse em extrema situação de insegurança, pelo que a sua pergunta à Câmara era se estavam a ser tomadas medidas, ou não, relativamente ao Parque Municipal José Gomes Ferreira, que não se chamava Parque de Alvalade porque desde 1959, com a nova divisão administrativa da cidade em que Lisboa passou a ter 53 freguesias, aquela zona se passou a chamar São João de Brito. -----

----- Mas aquele parque, que antes de 1959 era o Parque de Alvalade, continuou a ser conhecido por essa designação, mesmo não estando em Alvalade, e, na vigência da anterior maioria acharam que já era demais um parque situado numa freguesia ter o nome de outra. Portanto, o Parque de Alvalade, que afinal era em São João de Brito, que confrontava com o Campo Grande e com Marvila, passara, em Julho de 2000, a ter o nome de alguém muito importante que morou naquela freguesia, concretamente o poeta José Gomes Ferreira. -----

----- Por conseguinte, depois de totalmente recuperado pela anterior Câmara, em Julho de 2000 aquele parque, que era um dos mais bonitos e mais bem tratados da cidade e onde ela própria já tem levado estrangeiros que diziam “afinal isto aqui nem parece Lisboa” de tal maneira ele estava bem tratado. Ele tem dois parques de merendas, um deles até com churrasqueira que é uma coisa que não é vulgar, um riquíssimo e completo circuito de manutenção que tem sido razoavelmente mantido pela actual Câmara, tem guardas florestais que o mantinham razoavelmente bem, e tem um miradouro lindíssimo sobre Marvila. -----

----- Esse parque, para quem o não conhecia, ficava exactamente do outro lado do Parque da Bela Vista, com um vale no meio que é a Av. Gago Coutinho, a tal avenida que ia ser fechada ao público. Esperava que não estivessem ali jovens que gostassem de acampar, que gostassem de *rock* e que tivessem 50 euros por noite para pagar, que tivessem essa ideia que achava espantosa mas também um perigo espantoso, que era pensar que era muito barato e bom acampar ali do outro lado da avenida, que ainda

por cima estava fechada, no Parque José Gomes Ferreira. Tinha lá churrasqueira, tinha tudo mais alguma coisa, tinha vistas, por que não acampar? Por que não acender lume ali? Por que não pegar fogo ao parque? É que era só atravessar a avenida para chegar à festa e ao *rock*! Esperava que não estivesse nenhum jovem na Sala a pensar nessa bela ideia para destruir um dos mais belos parques de Lisboa. -----

----- Pessoalmente estava assustada, era um parque que frequentava quase todos os dias, esperava que a Câmara não tivesse ali um incêndio ou qualquer outro problema, mas que pensasse nisso. O parque existia hoje, dia 13 de Abril, ver-se-ia depois. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que tinha duas ou três dúvidas, a primeira das quais, também em termos de esclarecimento, partilhava com a Mesa, que era saber se o assunto que foi trazido agora à colação fazia sentido neste ponto da Ordem de Trabalhos, que lhe parecia fazer referência, em concreto, aos parques de Monsanto e da Bela Vista, porque o Parque de Alvalade a única relação que tinha com o Parque da Bela Vista seria, eventualmente, a vista que tinha de alguns locais. -----

----- A segunda dúvida era se a Deputada Municipal Graça Mexia também tinha ideia que esse Parque de Alvalade era o mesmo para onde o anterior Executivo também ponderara a hipótese de transferir a Feira Popular. Isso fazia-lhe lembrar a discussão e a argumentação que a oposição usava agora relativamente à transferência do parque de diversões para Monsanto. Mas, enfim, já viram noutras matérias que têm evoluído rapidamente. -----

----- Quanto à exactidão da designação do Parque de Alvalade, disse que não acreditava que a Deputada Municipal Graça Mexia quisesse que também a Freguesia de São João de Brito passasse a designar-se por Freguesia José Gomes Ferreira à semelhança do que aconteceu com o parque, porque o Parque de Alvalade era a Mata de Alvalade em 1959. Concordava que era um bonito parque, mas ele para toda a gente, apesar do nome ter sido imposto pelo anterior Executivo, continuava a ser o Parque de Alvalade porque, de facto, se situava no Bairro de Alvalade a que também pertencia a Freguesia de São João de Brito. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que lamentava o ódio do Deputado Municipal António Prôa ao poeta José Gomes Ferreira, um dos maiores poetas da cidade, mas compreendia-o. Esta questão das ideologias era importante! -----

----- De facto, o Parque José Gomes Ferreira, como se chamava há muitos anos, era um balcão de luxo para o Parque da Bela Vista. Bastava conhecer para perceber, e daí a sua preocupação e a conseqüente pergunta à Câmara se estavam a ser tomadas medidas. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra, referiu-se a uma reunião que houve na sua Junta de Freguesia, onde foi aprovado o documento que passava a ler: -----

----- “Na sequência dos projectos levados a cabo por anteriores Executivos municipais, entre os quais se destacam a construção do Parque da Serafina, o Parque Ecológico – o designado Parque Norte – a construção do Parque do Calhau, a

recuperação do Parque dos Montes Claros e do Alvito – este já concluído e inaugurado pelo actual Executivo municipal – a construção de percursos pedestres de ciclovias, a elaboração de inúmeros estudos e iniciativas tendentes a valorizar cada vez mais o Parque Florestal de Monsanto, cuja concretização em alguns casos ainda aguardamos, como é o caso da zona a tardoz do Bairro da Boavista, na sequência de tais iniciativas o actual Executivo municipal tem realizado projectos e actividades relevantes, como eram manifestamente os casos do Plano de Emergência, o encerramento de algumas vias ao tráfego, a limpeza e o reflorestamento da mata, as acções de repressão sobre práticas de prostituição e o reforço de meios e equipamentos para a guarda florestal. -----

----- Trata-se, em nosso entender, de um bom trabalho e de boas iniciativas que importa aplaudir. -----

----- No entanto, a Junta de Freguesia de Benfica, atenta a que quase dois terços do seu território pertencem ao Parque Florestal de Monsanto, não deixando de repudiar todas as acções que até hoje já reduziram os 900 hectares iniciais para 600 hectares, numa altura em que se fala – e se colocam *outdoors* – em transferir para Monsanto a Feira Popular de Lisboa e o Hipódromo do Campo Grande, manifesta a sua profunda discordância pois considera que os erros do passado não podem servir de justificação para novos e graves erros, e que Monsanto – o Monte Santo como a ela se referiu recentemente Ribeiro Teles – merece e deve ser sempre tratado, fundamentalmente, como um Parque Florestal. -----

----- A freguesia agradece que assim seja.” -----

----- Finda a leitura do documento, questionou qual a razão porque em vez de se tentar caminhar para tornar Monsanto num parque urbano não se terminava em Benfica a recuperação, ou a construção, do Parque Urbano da Quinta da Granja, que foi abandonada, ou não se recuperava devidamente o Parque Silva Porto, o histórico Parque Silva Porto, conhecido popularmente como Mata de Benfica, cujo abandono a todos envergonhava. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que era a partir de um equívoco cometido há 50 anos que estavam agora a falar no Parque de Monsanto, porque, de facto, aquele terreno tinha todas as condições e todas as vocações para ser uma zona de construção, mas o Sr. Engº Duarte Pacheco, figura que nunca percebeu porquê exercia grande fascínio na zona do PCP, enquanto resolvia fazer em Monsanto um parque florestal que não tinha nenhuma influência nos ventos e no ar que chegava à cidade e a limpeza que fazia do ar ia direitinha ao mar, nessa mesma altura resolveu estabelecer áreas de urbanização nas zonas de Benfica e de Loures, essas sim com apetência para parques. -----

----- Mas hoje era o que tinham, e era o que tinham que defender! Sobre isso não havia dúvida nenhuma, já não lhes restava nada senão o Parque de Monsanto e então havia que defendê-lo, e parecia-lhe que a Câmara poderia estar no bom caminho. Ele tinha que ser utilizado e o facto de destruir um, dois ou três centos de árvores não tinha influência nenhuma. Não se podiam esquecer que as árvores eram seres vivos

que, como tal, nasciam, cresciam, multiplicavam-se e morriam, o que era preciso é que mantivessem condições para que o ciclo natural naquela zona se mantivesse. -----

----- Apelou à Câmara que procurasse fazer um estudo para ver se nas zonas periféricas da cidade ainda havia terrenos disponíveis onde se pudessem fazer algumas outras zonas de parques, porque, essas sim, poderiam defender e melhorar a qualidade do ar que chegava a Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que aquilo que já se debateu hoje não teria sido possível se não tivessem agendado para esta Sessão esta matéria tão importante para a cidade. Até porque a Câmara trouxe ali o Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto, que era um plano que já estava feito e em concretização desde o mandato anterior, e se se continuasse a implementar esse plano estava-se no sentido correcto daquilo que até foi ilustrado pelo *Power Point* que foi mostrado. -----

----- Mas ainda bem que fizeram soar o alarme, porque, de facto, não conseguiam estar calados perante uma série de projectos que todos os dias eram avançados e alterados pelo Sr. Presidente da Câmara, e que estavam consignados na afirmação de que o produto final seria mais favorável. Que se deixassem as pessoas falar primeiro para que depois se visse esse produto final. Porque em relação à frase “depois logo se vê”, que durante o mandato têm ouvido frequentemente, tinham mesmo que ver no que ia dar. -----

----- Disse, depois, que o que estava em cima da mesa eram conceitos diferentes, eram fundamentações completamente diferentes umas das outras, porque o conceito de Parque Florestal de Monsanto que existia hoje não era o mesmo conceito de parque que ali estava colocado para ser alterado. E esta era a questão central que tinha que ser decidida, mas tinha que ser decidida em conjunto, pelo debate público e pela democracia participativa e não “deixá-los falar que depois logo se vê”. -----

----- Portanto, o conceito de parque urbano, ou semi-parque urbano como foi ali apelidado, era um conceito totalmente diferente daquele que existia neste momento, porque o primado em relação ao Parque de Monsanto era que ele fosse um pulmão da cidade. Todos os dias respiravam melhor porque existia esse pulmão, mesmo que não o usufruíssem o simples facto de ele lá estar levava a que a região, do ponto de vista ambiental, funcionasse muito melhor do que se ele não existisse. -----

----- E o mesmo dizia em relação ao Deputado Municipal Ferreira Pereira, porque outros monárquicos não estavam de acordo com ele, designadamente o Arqtº Ribeiro Teles, o próprio Marquês de Fronteira, etc., que desde a primeira hora estiveram sempre contra quaisquer medidas que alterassem o Parque de Monsanto. -----

----- Quantos hectares retirariam a Monsanto com os projectos que existiam para aquilo que se queria lá pôr? Esta é que era a questão central. -----

----- Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, disse que todos ficaram a saber que ele achava bem e defendia que fosse o parque de diversões, ou uma parte dele, para o Parque do Calhau, mas quem conhecia o Parque do Calhau, ia lá nos fins-de-semana e via dezenas e dezenas de pessoas a

divertirem-se como devia ser e certamente não estariam de acordo que ele fosse alterado nesse sentido. -----

----- Por outro lado, também ficaram a saber que o objectivo era que 20 milhões de pessoas por ano visitassem o Parque de Monsanto, o que, de facto, era quase urbanizar o parque. Como já ali foi referido por um Deputado Municipal do PS, em determinados períodos de pique, nos fins-de-semana ou nas férias, bastava ver os efeitos que isso teria em Monsanto em termos de impactos negativos na flora e na fauna. -----

----- Ficaram também a saber, pela primeira vez, o que se queria fazer com os terrenos da Feira Popular e do hipódromo. O hipódromo saía de onde estava, ia para Monsanto, depois passaria a ser um parque usufruído por toda a gente, era para massificar, para democratizar, porque ninguém ia pagar, aquilo seria tudo gratuito! Andar a cavalo, ter treinos, fazer aprendizagem, etc., seria tudo gratuito! Só que essa questão era ali apresentada edilicamente, não era verdadeira. -----

----- Quanto à sucata, disse que era verdade que ela já lá estava há muitos anos e nunca ninguém tinha colocado em causa isso. Mas se hoje eram oposição perguntava à agora maioria se quando foi oposição também fizeram alguma coisa em relação a isso, se alguma vez ali apresentaram propostas ou se lutaram contra essa questão. Nunca o fizeram, e, portanto, que não colocassem agora problemas em relação a matérias que não resolveram enquanto estiveram no poder e que não apontaram quando estiveram na oposição. Por isso, também tinham esse ónus histórico que tinham que interiorizar para não estarem permanentemente a colocar essas questões. ---

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por se congratular pela realização deste debate dizendo que a Assembleia estava de parabéns por ter oportunidade de estar a discutir o Parque de Monsanto, e também o Parque da Bela Vista embora todos compreendessem que a primazia tinha que ser dada a esse pulmão da cidade, o Parque de Monsanto. -----

----- E dizia que estavam de parabéns porque a própria Câmara Municipal, e bem, aproveitara este debate para dar mais informações sobre os seus projectos e os seus planos para aquela zona da cidade, o que, obviamente, agradeciam. -----

----- Portanto, uma primeira constatação é que foi a Assembleia Municipal que teve a primazia de proporcionar à Câmara que lhes viesse dar a conhecer aquilo que pensava fazer nessa zona da cidade, o que era uma *nuance* interessante porque o Sr. Presidente da Câmara, e também alguns Deputados Municipais do PSD na sua tentativa de defenderem a equipa, procuraram pontuar como se esta discussão que hoje estavam a ter fosse trazida pelo Executivo municipal, quando isso não era verdade e importava precisar essa questão porque, de facto, estavam a discutir esta matéria por iniciativa da Assembleia Municipal. -----

----- E isso era tanto mais significativo quanto ficaram hoje todos a saber, com mais algum pormenor, não muito, que o Executivo municipal tinha planos para Monsanto. Essa, diria, era uma primeira constatação. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara fez um apelo para que em relação a esta matéria não houvesse dois planos, duas zonas da cidade, e que estivessem todos

do mesmo lado, ou seja, que defendessem a qualidade de vida em Lisboa, designadamente em Monsanto, pelo que quase se atreveria a dizer que lhes fez hoje ali a sua profissão de fé sobre aquilo que iria acontecer em Monsanto e a garantia de que nada de mal acontecerá àquela zona da cidade. -----

----- E ficaram hoje a saber também, segundo o Sr. Presidente da Câmara, que o Parque Florestal de Monsanto passara a ter uma nova designação, o que era uma questão importante, porque referenciara que, para ele e para o seu Executivo, o Parque Florestal de Monsanto passava a designar-se Parque Florestal e Urbano de Monsanto. Esta era uma *nuance* interessante porque lhe parecia que esta forma como o Executivo estava a procurar vivenciar aquela zona cidade, era uma forma que manifestamente condizia com essa designação e com essa apresentação que procurava fazer do próprio plano e da própria zona. -----

----- E ficaram ainda a saber com mais pormenor, que as ambições que o Executivo Municipal tinha para Monsanto era que aquela vivência que desejavam que o parque tivesse, fosse uma vivência em que passasse a haver, diária e quotidianamente, uma fruição exacerbada daquela zona, quase que, diria, passando Monsanto a ter quase que sistemáticas horas de ponta, tal era a expectativa da sua fruição. Certamente que se os números apontados se realizassem, o que seria dramático para Monsanto, passariam a ter horas de ponta consecutivas na zona de Monsanto, o que não era aquilo que o PS ansiava para essa zona da cidade, com as funções que ela tinha que ter que era ser o pulmão não só de Lisboa mas da Área Metropolitana. -----

----- Seguidamente, disse que procurando ir um pouco de encontro às expectativas do Sr. Presidente da Câmara, desejava que houvesse ali um enorme consenso sobre Monsanto, que sobre esse parque não fizessem grandes querelas nem grandes batalhas políticas. O PS em relação a isso estava de acordo, entendiam que sobre Monsanto, como sobre outras questões da cidade, era importante que houvesse grandes consensos porque certamente esses consensos ajudariam a que fossem tomadas as melhores decisões. -----

----- E, nesse sentido, propunha ao Sr. Presidente da Câmara que os projectos que já existiam para Monsanto fossem entregues à Assembleia Municipal, para que a sua Comissão Permanente de Ambiente pudesse também desde já começar a trabalhar sobre eles. Isso seria, quanto a si, uma forma interessantíssima de envolver a Assembleia Municipal naquilo que o Sr. Presidente da Câmara desejava que era o consenso mais amplo possível. Portanto, envolver desde já a Comissão Permanente de Ambiente, seria certamente um bom início para esse diálogo entre o Executivo e o órgão deliberativo que era a Assembleia Municipal. -----

----- Esta, disse, era uma questão manifestamente interessante, porque quando o Sr. Presidente da Câmara lhes fez essa declaração de que em relação a Monsanto nada daquilo que estava programado e nada daquilo que estava previsto iria pôr em causa as suas funções essenciais, queriam muito acreditar nisso mas os estudos que iam fazendo não apontavam nesse sentido. Pelo contrário apontavam que os impactos negativos das alterações, por exemplo do agora denominado parque de diversões, seriam, inquestionavelmente, uma opção com a qual não estavam de acordo. -----

----- Resolver o problema da Feira Popular era uma matéria com a qual todos estavam de acordo porque a Feira Popular que existiu até ao final do ano passado não dignificava a Cidade de Lisboa. Sobre isso havia grande consenso mas esse consenso terminava aí, porque dizer-se que porque não tinham uma Feira Popular com condições poderiam pôr um parque de diversões em Monsanto, mais concretamente no Alvito, parecia-lhes que o impacto desse pequenino parque de diversões, como o Sr. Presidente da Câmara o procurara apresentar, era manifestamente uma coisa com a qual não estavam de acordo. -----

----- Era evidente que não conheciam a proposta na sua plenitude, e daí dizerem que desde já deveriam ter acesso a ela porque mais facilmente poderiam fundamentar uma posição, assim como lhes parecia que o projecto de realocização do hipódromo passando-o para o Parque de Monsanto, também não lhe parecia que pudesse ter o aval do PS. Lamentavam muito mas o facto de, no passado, essa poder ter sido a posição do Executivo municipal era uma coisa que não vinculava nada. Já disseram isso reiteradamente e iriam continuar a reiterar o mesmo, ou seja, que aquilo que os Executivos do PS fizeram no passado não vinculava rigorosamente nada aquilo que o PS representava hoje neste órgão deliberativo. -----

----- Porquê? Exactamente porque entendiam que pelo facto de, eventualmente, terem sido tomadas decisões não queria dizer que se mantivessem agarrados às posições que defenderam no passado. -----

----- Portanto, ficava desde já a declaração do PS de que também sobre essa matéria, pese embora houvesse uma posição divergente na sua bancada, e exactamente por isso iriam solicitar oportunamente que a Moção fosse votada ponto por ponto, mas, maioritariamente, a bancada iria votar a Moção do PCP porque aquela era a posição que defendiam. E o mesmo se aplicaria em relação ao campo de tiro. Aliás, sendo o Sr. Presidente da Câmara, e o Sr. Vereador Pedro Pinto também, defensores de que aquela não era uma boa localização para o campo de tiro, desafiava-os a que fossem para o outro lado da barricada defendendo que ele deixasse de estar ali, já que tão nocivo era para o ambiente e para a fruição da qualidade do ambiente do parque que todos queriam bom para os cidadãos de Lisboa. Portanto, como o Sr. Presidente da Câmara era contra essa localização, o Sr. Vereador Pedro Pinto também já declarou que era, o PS era igualmente contra e o PCP também, efectivamente sobre essa matéria começava a fazer-se um enorme consenso para que encontrassem uma nova localização com, obviamente, os respectivos investidores, para que se pudesse também dar aquele espaço aos cidadãos de Lisboa e se pudesse potenciar um novo espaço de fruição. -----

----- Disse, ainda, que se lançou hoje uma notícia, que teria desenvolvimentos amanhã, relacionada com a problemática dos referendos locais, designadamente pela legitimação ou não que o Sr. Presidente da Câmara considerava que existia para os projectos que não apresentara em campanha eleitoral e que, por esse facto, não se considerava mandatado pelos cidadãos de Lisboa para tomar determinado de decisões, designadamente a construção em altura, e, sobre isso, desafiava o Sr. Presidente da Câmara a assumir o mesmo desafio relativamente a Monsanto, porque lembrava-se

que do seu programa eleitoral também não constava que quisesse tornar Monsanto naquilo que agora estava pretender. -----

----- Portanto, já que estavam em maré de referendos e há pouco o Sr. Presidente da Câmara falava de um hipotético referendo para o parque de estacionamento na zona de Alvalade, lançava-lhe o desafio de fazer um referendo a propósito daquilo que queria fazer em Monsanto, porque era capaz de ser uma oportunidade importantíssima para os cidadãos de Lisboa se pronunciarem, em matéria de referendos, sobre Lisboa. -

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para um protesto relativo à intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista, disse que este não tinha percebido nada daquilo que ele havia dito, o que desabonava em favor da sua capacidade de expressão, e, por isso, ia recordar o que disse. -----

----- Repetiu, então, que Monsanto era um equívoco, mas era, de facto, a única coisa que tinham hoje, e então tinham que a defender em condições com a utilização, mas em que as árvores, que são seres vivos, o coberto vegetal se pudesse reproduzir naturalmente, viver e morrer. -----

----- Quanto à piada dos monárquicos e do Marquês de Fronteira, disse que ficava bastante satisfeito por o Deputado Municipal Martinho Baptista juntar no mesmo saco um membro da alta aristocracia, o Arqtº Ribeiro Teles e ele próprio, um pobre plebeu dos quatro costados, porque com isso estava a considerar que a monarquia era um regime interclassista. -----

----- Mas, já agora, também lhe dizia que os monárquicos tinham liberdade de pensamento e expressão, não funcionavam como o PCP onde todos tinham que dizer a mesma coisa. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, novamente no uso da palavra, leu a seguinte carta, que lhe foi enviada pelo Arqtº Francisco Pires Keil do Amaral, que tinha sido convidado para o debate realizado na Junta de Freguesia de Alcântara, no dia 1 de Abril, mas que não pode estar presente. -----

----- “Lamento sinceramente não poder estar presente na Sessão Pública de 1 de Abril sobre a futura ocupação de Monsanto, que em boa hora promoveram -----

----- Saúdo todos os presentes e felicito-vos pela manifestação de civismo que demonstram preocupando-se com a defesa da qualidade de vida na nossa capital. -----

----- Ainda criança, posso dizer que assisti ao nascimento do Parque Florestal de Monsanto, através dos projectos em que meu Pai, o arquitecto Francisco Keil do Amara e o seu amigo, engenheiro Silvicultor Joaquim Rodrigo, se empenhavam com entusiasmo, na Câmara Municipal então dirigida por Duarte Pacheco. -----

----- Com eles visitei quase todos os recantos do futuro Parque durante as obras da sua criação. -----

----- Já nessa altura, recordo bem, havia lutas renhidas para garantir a integridade territorial do espaço, que era cobiçado por várias entidades, especialmente militares. --

----- A estreiteza de vistas, a ignorância da função essencial que desempenha uma zona verde à escala da Cidade de Lisboa, levaram a que o Parque, ao longo dos anos, tenha sido “tasquinhado”, “ratado”, servindo como “área de reserva” para o mais que

houvesse para instalar, de uma forma barata, pois o terreno era gratuito, e o trânsito já ia tomando conta das acessibilidades. -----

----- Essa situação de “área expectante” também justificou períodos de grande abandono, com a consequente degradação, e o afastamento das pessoas. -----

----- A política actual já não será exactamente a mesura, mas talvez seja ainda mais perigosa, – a de rentabilizar tudo em termos económicos. Qualquer recanto do parque deve ser visto como potencial fonte de lucro e rendimento. -----

----- É lamentável. -----

----- Ocorre-me uma triste comparação: – sendo o Parque Florestal de Monsanto o pulmão de Lisboa, hoje esse órgão vital encontra-se cheio de metástases! Algumas mais e já não haverá quimioterapia, ou cirurgia, que evitem o colapso final. -----

----- Lisboa já respira mal, o seu futuro será negro.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, disse que depois da Câmara ter sido tão interpelada, pretendia começar por extrair duas ou três conclusões deste debate. -----

----- Primeiro, que todas as intervenções, com excepção da do Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, usaram um tom construtivo que se permitia reconhecer, e tiveram um denominador comum, nomeadamente as intervenções do BE, do PEV, do PS e algumas do PCP, em que a frase foi mesmo que o que foi feito até aqui estava bem feito. Tomou nota, nomeadamente da frase do Deputado Municipal Carlos Marques! -----

----- E esse era um ponto muito importante que gostava de sublinhar, porque pensava que era verdadeiro. Aliás, o mérito principal da decisão política era do Executivo, mas os serviços da Câmara tinham aí, obviamente, um crédito que lhes deveria ser naturalmente reconhecido. E essa convergência de posições no sentido de reconhecerem que o que estava feito até agora foi bem feito, era um dado relevante do ponto de vista da cidade. Não falava do ponto de vista político porque isso teria logo uma conotação complicada. -----

----- Como segundo ponto, sublinhava que as possibilidades de carga, como ali foi referido pelo Eng^o João Tremoço e não pelo Executivo, foram feitas com base num estudo realizado há um tempo considerável e que não traduzia as metas que consideravam desejáveis. 20 milhões de pessoas seria uma capacidade limite, pessoalmente tinha falado num aumento de dois/três milhões de pessoas nos próximos anos, até tinha dito mesmo que nos próximos quatro anos se isso acontecesse seria razoável. Portanto, eram números que não assumiram e não era nessa perspectiva que estavam a trabalhar. -----

----- Depois das conclusões do que estava feito até agora, desejava referir a perspectiva do que se iria passar. E aí desejava lembrar, para além da questão que já referiu do Clube de Tiro de Monsanto, que tinha o *dossier* onde constava uma carta dirigida pela Sociedade Hípica Portuguesa ao Vereador Pedro Feist, em que a Câmara já em 1986 dava a escolher dois terrenos. Todos os Deputados Municipais concordaram que não eram desejáveis grandes manifestações de massas em Monsanto, enfim, equipamentos que trouxessem grandes movimentos de população

simultaneamente, mas, nessa altura, a Sociedade Hípica dizia na carta que se lhe fosse dada a possibilidade de escolher entre ambos os terrenos, ela daria prioridade ao terreno chamado, impropriamente, “O Avante”. E lembrava que se alguém tinha utilizado Monsanto para manifestações de massas tinha sido o PCP, porque mais ninguém o fez! E se alguém, há algum tempo, sugeriu o casino em Monsanto não foi nenhuma das forças políticas que apoiava o Executivo! Era bom lembrar isso aos amigos da Plataforma de Monsanto! -----

----- Quanto à alusão do Deputado Municipal Carlos de Marques de que eram “cavalinhos”, disse que dependia do que cada um comprasse ou lhe fosse dado. Poderiam ser cavalinhos ou cavalões, mas já havia cavalos em Monsanto! Poderiam dizer que havia uns cavalos progressistas e outros reaccionários, mas a verdade era que já lá estavam. A guarda florestal tinha cavalos e estavam instalados em Monsanto. E quando falavam num hipódromo com 17 hectares não eram 17 hectares de cavalos, eram 17 hectares de terreno, em pouco mais de um hectare haveria saltos de cavalos, depois continuava o espaço verde e pelo meio algumas construções provisórias chamadas *boxs*. -----

----- E lembrava isto a propósito do referendo a que se referira o Deputado Municipal Dias Baptista. Estava mesmo a ver que se passava a reunião sem ninguém se referir a isso, que era uma questão de somenos, o tema em debate não era esse, mas gostava de ver a diferença pois sentia-se legitimado por essas posições. A população de Lisboa sabia, há décadas, que o *Jockey* estava para ir para Monsanto, era uma pretensão dos Executivos municipais há décadas e estava no Plano de Ordenamento de Monsanto de 1991 um Centro Hípico, com uma área diferente, exactamente para o sítio onde o pretendiam instalar agora. Mas iam fazer isso com conta, peso e medida. -----

----- Mas também não lhe deixava de fazer confusão que “Os Verdes”, enfim, quem se preocupava com o ambiente, que eram todos, considerassem desejável a Feira Popular na Av. da República ou os “cavalinhos” na Segunda Circular, no meio dos carros, nas zonas mais poluídas de Lisboa! Ali era que, com toda a franqueza, achava que não fazia sentido. E quando o Deputado Municipal Carlos Marques, depois de contar uma anedota que na verdade não tinha ouvido porque não gostava de perder tempo e foi trabalhando, se referiu ao sobe-e-desce em Monsanto adequado ao ambiente, questionava por que não! E quando dizia também que ele mudara o *outdoor* de Feira Popular e passara a estar Parque de Diversões, foi porque julgava que não precisava de explicar, pois não lhe passava pela cabeça que alguém admitisse que a Feira Popular que ia para Monsanto não fosse uma Feira Popular de hoje! Portanto, não iam ali fazer uma Feira Popular de fogueiro e sardinha no meio da mata de Monsanto. Se calhar pensavam dos outros aquilo que eles próprios fariam! Aliás, disse para consigo próprio: “queres ver que ainda vão pensar que vamos levar para Monsanto a Feira Popular de Entrecampos?”. E então disse ao seu Chefe de Gabinete para pôr no *outdoor* “Parque de Diversões do Alvito” e até podiam pôr mais desenhos para não haver dúvidas. -----

----- De resto, tinha consigo o Plano de Monsanto que, por exemplo, falava na área de concessão Aquaparque, que na altura até poderia ter colhido muito movimento mas

não colheu, que era uma área de 12 hectares e uma área de extensão prevista. E, a propósito, pretendia dizer ao Deputado Municipal do PS que falara na história do pastor e do lobo e que achava que o pastor era Pedro. Essa parecia aquela dos violinos de Chopin. Não era! Pedro e o lobo, Prokofiev, como lhe confirmava a Sra. Vereadora da Cultura, era outra coisa, era uma composição prática bonita que às vezes era tocada em concerto musical, e o Sr. Presidente da Assembleia, que era esclarecido nessas matérias, poderia confirmar isso. Ele próprio foi confirmar, para não acrescentar mais uma ao rol daquelas que lhe costumavam atribuir, que, de facto, estavam a falar de Prokofiev. -----

----- Continuando, disse que esta era a Câmara que disse não à construção na encosta do Palácio da Ajuda, apesar de ter já parecer favorável do IPPAR, e que mandara demolir uma construção que estava autorizada pela Câmara como sendo para alfaias agrícolas e estava como escritórios na Quinta de Santo António, no Restelo, e estava uma providência cautelar em tribunal. Era esta mesma Câmara que continuaria a fazer aquilo que os Deputados Municipais reconheceram que foi bem feito até agora. -----

----- Sobre o que foi dito acerca do Arqtº Ribeiro Teles, disse que ele começou na AD e já ia, pelo que ouviu citado, pelo Bloco de Esquerda. O Monte Santo era pouco original! Monte Santo sempre foi, só que houve décadas em que teve muito pouco de santo! Era mais santo agora do que era antes por algumas práticas que lá existiam! E o Arqtº Ribeiro Teles nessa altura, em que trabalhava com a Câmara, esquecera-se de ver se havia pecado ou santidade em Monsanto. Mas a Câmara mal tomou posse foi tratar desse assunto, como tratou dos outros que tinham a ver com esse amor a Monsanto e não esperou dez anos para o fazer. -----

----- Portanto, nem o Arqtº Ribeiro Teles lhes dava lições de amor ao ambiente, aos recursos naturais e a Monsanto. Por isso o corredor verde que ele idealizara para Lisboa a Câmara ia aumentá-lo, porque acharam que o que ele propôs era pouco. Na zona do Aqueduto da Águas Livres e de Campolide precisava de um corredor verde maior que fizesse a ligação do bonito jardim Amália Rodrigues, feito no Executivo anterior, para Monsanto. Portanto, nem Deputados Municipais, nem Vereadores, nem Presidente da Câmara precisavam de lições de amor ao ambiente de nenhuma dessas pessoas, porque nenhum deles devia nada a ninguém, não havia nenhum promotor imobiliário que mandasse neles, eram livres de decidir, gostavam do ambiente, gostavam da liberdade e gostavam da paz que eram valores caros a todos. Por conseguinte, lições quanto a isso não! -----

----- Quanto a manifestações em Monsanto que foram convocadas, disse que se Monsanto estivesse em perigo o povo acorria em massa. Só que o povo sabia que tem sido feito bem a Monsanto. Por isso é que as manifestações convocadas em defesa de Monsanto tinham 100 ou 150 pessoas quando só na área de Lisboa, a amar e a usufruir Monsanto tinham dois ou três milhões de pessoas. Não vinha para ali ler artigos de jornais, pensava pela sua cabeça, gostava de pensar livre. Não precisava de ler o que escreveu alguém, mas chegar ali e dizer o que pensavam, o que sentiam e o que faziam. Podiam dizer para não se falar mais do passado, estava de acordo, mas

havia uma coisa que era bonita na vida que era ter autoridade moral para falar dos assuntos. Esse era um conceito importante. -----

----- Podia dizer-se, como disse o Deputado Municipal Dias Baptista, que estavam todos de acordo: agora, Clube de Tiro etc., etc., em Monsanto não! -----

----- Bom, pelos vistos houve um PS que se finou e havia outro que estava a renascer. Mas para a Câmara isso era uma confusão! Tinham que pensar assim: “o que é que pensava o Dr. João Soares? Isto! O PS hoje pensava ao contrário.” Era a operação de lógica mais simples! -----

----- A um aparte respondeu: “já sei, pronto, no Dr. João Soares não! Mas no Dr. Jorge Sampaio reviam-se? Mas foi o Dr. Jorge Sampaio que assinou isto!” Portanto, o Deputado Municipal Dias Baptista não devia dizer “nós, PS”. Quando houver uma declaração a dizer assim: “foram cometidos muitos erros no passado, nós assumimos e às vezes não temos autoridade moral para falar nisto! Nós fazemos o mesmo e dizemos assim: agora só presente e futuro”. Pronto, faziam uma absolvição colectiva. -

----- Agora, pelos vistos, o Deputado Municipal Dias Baptista gostava que o Presidente da Câmara pusesse em referendo mesmo tudo aquilo que estava já nos planos. As torres não estavam e por isso iam agora, se fosse aprovado como esperavam, ter os cidadãos todos a votar sobre isso. Mas não iam pôr, neste momento, as decisões todas a referendo. Agora era Monsanto, depois era o túnel, depois era o Parque Mayer, depois o Arqtº Frank Gehry, depois os parques da Rua Lins do Rego e da Av. da Igreja, enfim, tudo. -----

----- A propósito da Mata de Alvalade, Parque José Gomes Ferreira, disse que foi assaltado várias vezes aí. Andava no Liceu Padre António Vieira, ia a pé para casa, o bilhete de autocarro eram 15 tostões, para poupar cinco apanhava o autocarro na Rotunda do Relógio, portanto ia pela mata a pé. A Mata era muito bonita, estava mais bonita agora, fizeram lá o campo de ténis, etc. Mas não entrava na questão do nome, ele estava dado, respeitava a obra e o nome do poeta José Gomes Ferreira, como pensava que todos respeitavam. Se calhar uns eram mais saudosistas, mais ligados as tradições, mas isso não tinha mal nenhum. Mas a Deputada Municipal Graça Mexia que não tivesse receio que fossem permitir ou que não estivessem a trabalhar na segurança durante o Rock in Rio, portanto que fossem acampar para lá, fazer mal à Mata ou fosse o que fosse. -----

----- Estavam em todos esses parques e matas a desenvolver acções de segurança. O Deputado Municipal Dias Baptista quase questionou por que não isso para referendo. Ia haver um grande referendo, em Outubro de 2005, em que o povo votaria sobre isso tudo. Aquilo que não estava nos programas nem nos planos da Câmara, isso sim, porque quanto ao resto o povo ia votar e depois ver-se-ia. Ou dava 1, ou X, ou 2, mas o X era difícil porque normalmente havia sempre uns votos que desempataavam como aconteceu da última vez. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara registasse que da parte do Grupo Municipal do PS, já disseram isso reiteradas vezes e iriam continuar a dizer, a preocupação em Lisboa, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, era

com o presente e o futuro, porque o passado já lá ia. E o Sr. Presidente da Câmara também tinha que se deixar de agarrar ao alibi do passado e projectar apenas o presente e o futuro. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à votação das duas moções, uma apresentada pelo BE e outra pelo PCP, sendo votada, em primeiro lugar, a do BE por ser aquela que entrou primeiro e à qual tinha sido atribuído o número sete na reunião anterior de onde transitara para este ponto. -----

----- Submetida à votação, foi a aludida Moção aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Depois passou-se à Moção apresentada pelo PCP na reunião anterior com o número dezassete, que tal como a do BE também transitara para este ponto, e que, a pedido do Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto um, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e da Deputada Municipal Irene Lopes, do PS. ----

----- Aprovar o ponto dois, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto três, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto quatro, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.-----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha declaração de voto não é enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, mas sim enquanto Deputada Municipal que já o era na altura em que houve um acordo que envolveu a universidade, a cujos órgãos eu pertenci e pertença ainda, sou professora na Faculdade de Ciências. Portanto, houve um acordo traduzido num protocolo relativamente à saída do hipódromo do sítio onde está para Monsanto. -

----- Foi um processo difícil, lembro-me que eu própria fui indigitada pela Faculdade de Ciências e pelo próprio Reitor de então para participar nessa negociação, que envolvia a saída do hipódromo para Monsanto. Isto porque a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Letras e os estudantes relativamente a residências universitárias, estavam impedidos, dessa expansão. -----

----- Portanto, como professora da Faculdade de Ciências de Lisboa, tendo pertencido aos órgãos de gestão, quer do Senado Universitário, quer da Assembleia da Universidade, e órgãos da Faculdade de Ciências, sabendo o que se tinha passado, que está inclusivamente escrito, na altura lembro-me que houve até um protocolo, não podia, nessa qualidade, estar a renegar aquilo que foi nessa altura decidido. -----

----- É nessa qualidade que eu hoje votei aqui contra.” -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O debate demonstrou que houve consenso, ou seja, que praticamente ninguém está de acordo com a colocação deste tipo de equipamentos em Monsanto. -----

----- A aprovação desta Moção prova que, de facto, terá que haver um entendimento por parte da Câmara Municipal de Lisboa de que em todas as intervenções que vier a fazer no Parque de Monsanto terão sempre que ter em conta aquilo que foi hoje aqui decidido.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu queria saudar a Assembleia pela aprovação da Moção sobre passar Monsanto a área protegida, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que agora conseguisse proceder de forma sensibilizar o Sr. Ministro para esta Moção aprovada pela Assembleia, ainda por cima sem votos contra, e responder ao nosso colega Pedro Portugal que o argumento de que se era protegida era mais protegida ou não, é um problema do Instituto de Conservação da Natureza, naturalmente. -----

----- O princípio jurídico, constitucional e legal não pode ser se eu protejo mais legalmente, como o Estado funciona mal e como o meu partido gere mal o Governo, logo isto vai ser mais desprotegido! Bom, isso é um problema de quem está a gerir o Governo! O Instituto de Conservação da Natureza está sob a direcção do Governo, ponham a funcionar bem o Instituto e seguramente que será mais bem protegido.” -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o ponto número oito, de acordo com o Grupo Municipal do PSD, ficava adiado para a Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária a iniciar no dia 27 de Abril. Seria integrado como aditamento e na Conferência de Representantes veriam a forma de organizar essa discussão. -----

----- Assim, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária iniciada no passado dia 6 de Abril. -----

----- Eram 20 horas e 45 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . ---

----- O PRESIDENTE -----